



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SOCIOECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Zander Nascimento Martins

**Reformas das Forças Policiais do Kosovo: Impactos e Consequências de um Processo
Multilateral**

Florianópolis

2024

Zander Nascimento Martins

**Reformas das Forças Policiais do Kosovo: Impactos e Consequências de um Processo
Multilateral**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em
Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito
para a obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais

Orientador: Prof. Dra. Juliana Lyra Viggiano Barroso

Florianópolis

2024

Ficha de Identificação da Obra

Martins, Zander

Reformas das Forças Policiais do Kosovo : Impactos e
Consequências de um Processo Multilateral / Zander
Martins, Zander, Juliana Viggiano, 2024.

102 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Reformas do Setor de
Segurança. 3. Segurança Internacional. 4. Segurança
Pública. 5. Polícias. I. Viggiano, Juliana. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Relações Internacionais. III. Título.

Zander Nascimento Martins

Reformas das Forças Policiais do Kosovo: Impactos e Consequências de um Processo Multilateral

Florianópolis, 2 de dezembro de 2024.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a), Dr.(a) Juliana Viggiano Lyra Barroso

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a), Dr.(a) Márcio Voigt

Universidade Federal de Santa Catarina

Rodrigo Ribeiro

Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof.(a), Dr.(a) Juliana Viggiano Lyra Barroso

Orientadora

Florianópolis, 2024.

Este trabalho é dedicado aos meus queridos pais, obrigado por nutrir minha avidez pelo saber.

AGRADECIMENTOS

Insiro aqui meus sinceros agradecimentos a todos que me auxiliaram em minha jornada nesses quatro anos de universidade. Em primeiro lugar, meus pais, por sempre prezarem pelo meu futuro e minha educação acima de tudo, sempre fazendo o possível para garantirem que eu trilhe o melhor caminho, e minha querida irmã Mariana, por sempre me mostrar o verdadeiro significado de irmandade ao mostrar seu apoio e confiança em minha trajetória. Também, agradeço pelas orientações da Profa. Dra. Juliana, que desde a primeira etapa de elaboração do tema esteve me ajudando a sempre melhorar o estudo realizado neste trabalho. Ficam meus agradecimentos também a todos os professores e professoras que tive o prazer de aprender, conversar e debater ao longo desse período na UFSC, vocês serão uma eterna fonte de inspiração, tanto para o meu quanto para o futuro de todos os estudantes passados, presentes e futuros.

Em seguida, minha namorada, Bianca, por sempre me apoiar e estar ao meu lado nos momentos de maior alegria e piores complicações, sempre iluminando meu dia com seu sorriso. Ademais, agradeço aos colegas Yumi, Kuerten, Igor, Gabriella, Ana, André, Laura, Llilith, Marina, Vanessa e Renata, por não só me acolherem ao chegar nessa cidade, mas também por me proporcionarem momentos inesquecíveis durante a graduação. Também direciono meus sinceros agradecimentos aos colegas de gestão da Associação Atlética Acadêmica de Relações Internacionais por me fazerem sentir parte desse lugar tão longe de minha terra natal. Aos colegas de estágio, muito obrigado por me ajudarem a me tornar uma pessoa mais disciplinada e profissional, tanto para trabalho quanto para o cotidiano

Por fim, ficam meus agradecimentos aos meus amigos de infância, do colégio e vizinhos de minha antiga casa. Mesmo separados por grandes intervalos de tempo e espaço, todo reencontro ou conversa a distância é como se nada tivesse mudado, e o carinho por cada um se fortalece ainda mais com o passar do tempo.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar o processo de reforma das forças policiais do Kosovo realizado pela Organização das Nações Unidas, Organização para Segurança e Cooperação da Europa e a Missão Europeia de Estado de Direito no Kosovo, e como este moldou a Polícia do Kosovo ao longo dos anos. Partindo de uma contextualização histórica geral sobre o Kosovo até o final da guerra civil e uma fundamentação teórica acerca das teorias por trás do modelo de reformas do setor de segurança proeminentes do período, o trabalho busca trilhar uma linha do tempo da reforma, dívida entre as duas principais etapas: a primeira com proeminência da ONU, e a segunda liderada pela União Europeia. Destarte, o trabalho segue para uma análise dos resultados da reforma, avaliando tanto os objetivos principais das organizações para a nova polícia, quanto a avaliação de métricas de eficiência da segurança pública do Kosovo. Conclui-se que, apesar de avanços terem sido obtidos, o processo de reforma apresentou falhas graves na coesão multiétnica, efetividade das forças e contradições estruturais, que comprometem o arranjo da segurança pública.

Palavras-chave: Kosovo; Reformas; Forças Policiais; Pós-conflito;

ABSTRACT

This paper seeks to analyze the process of reform of Kosovo's police forces carried out by the United Nations, the Organization for Security and Cooperation in Europe and the European Rule of Law Mission in Kosovo, and how it has shaped the Kosovo Police over the years. Starting with a general historical contextualization of Kosovo up to the end of the civil war and a theoretical foundation on the theories behind the prominent security sector reform model of the period, the paper seeks to trace a timeline of reform, debt between the two main stages: the first with UN prominence, and the second led by the European Union. The paper then moves on to an analysis of the results of the reform, evaluating both the main objectives of the organizations for the new police and the evaluation of efficiency metrics in Kosovo's public security. The conclusion is that, although progress has been made, the reform process has had serious flaws in terms of multi-ethnic cohesion, the effectiveness of the forces and structural contradictions that jeopardize the arrangement of public security.

Key-Words: Kosovo; Reforms; Police forces; Post-conflict;

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - A Taxa de Criminalidade do Kosovo (2019-2023).....	79
Tabela 2 - Número de presos no Kosovo entre 2019 e 2023.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CUE Conselho da União Europeia

CIGI Centro para Inovação de Governança Internacional

CKES Centro Kosovar para Estudos de Segurança

CSNU Conselho de Segurança das Nações Unidas

DCAF Centro de Governança de Segurança de Genebra

DDR Desmilitarização, Desmobilização e Reabilitação

EUA Estados Unidos da América

EULEX Missão da União Europeia para o Estado de Direito do Kosovo

HRW Human Rights Watch

KAS Agência de Estatísticas do Kosovo

KFOR Força do Kosovo

KLA Exército de Libertação do Kosovo

KP Polícia do Kosovo

KPS Serviço de Polícia do Kosovo

LDK Liga Democrática do Kosovo

OCDE Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU Organização das Nações Unidas

OSCE Organização para Segurança e Cooperação da Europa

OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCSD Política Comum de Segurança e Defesa

PIK Inspeção da Polícia do Kosovo

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RSS Reformas do Setor de Segurança

UE União Europeia

UNMIK Missão Interina das Nações Unidas no Kosovo

UNODC Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

UNPK Departamento de Operações de Paz da Organização das Nações Unidas

OSW Centro de Estudos Orientais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1. O ARRANJO ÉTNICO E OS ANTECEDENTES DA GUERRA	15
2.2. “REFORMAS DO SETOR DE SEGURANÇA”: TEORIA, PRÁTICA E AS GERAÇÕES DE RSS	21
2.2.1. A Trajetória do Modelo	22
2.2.2 A Operacionalização das RSSs	23
2.2.3. A Polícia e Seu Papel na Segurança Pública	26
2.3. AS CRÍTICAS E AS LACUNAS DO MODELO RSS	28
2.4 AS ENTIDADES INTERNACIONAIS PRESENTES NA REFORMA	33
2.4.1 ONU/UNMIK	34
2.4.2 OSCE	35
3.3.3 EULEX	36
2. O PROCESSO DE REFORMA: ATORES INTERNACIONAIS E AS ENCARNAÇÕES DA AGÊNCIA LOCAL	37
3.1. AS PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO OTAN E DA ONU	37
3.1.1. Os Acordos de Rambouillet	37
3.1.2 A Resolução 1244	40
3.2. A PRIMEIRA ETAPA: ONU E OSCE, REESTRUTURAÇÃO HIERÁRQUICA, TREINAMENTO E MONITORAMENTO	43
3.3. SEGUNDA ETAPA: EULEX , DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA, NOVA	

DIVISÃO DE TRABALHO E “AUTO-GOVERNANÇA”	48
3.3.1. A Declaração de Independência do Kosovo e suas Repercussões no Território	49
3.3.2. O Impacto da EULEX na KP Pós-Independência	51
3.4. O ARRANJO ATUAL DA ESTRUTURA POLICIAL DO KOSOVO	58
4. BALANÇO DOS RESULTADOS	60
4.1 OS OBJETIVOS DAS OIS COM A REFORMA	60
4.2. AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE POLICIAL	71
4.2.1. Taxas de Criminalidade do Kosovo	72
4.2.2. A Percepção de Segurança Local	75
4.2.3. A Violência Policial	79
5. CONCLUSÃO	82

1. INTRODUÇÃO

Após o término do conflito armado no Kosovo em 1999, sendo este o último grande conflito com gênese na ex-Iugoslávia, uma era de reconstrução e reestruturação começou a tomar forma na região nas frentes política, econômica e de segurança, com a participação de diversos países e organismos internacionais. No que tange à frente de segurança pós-conflito, um dos principais desafios apresentados foi a questão policial no país e como se daria o arranjo da segurança pública frente a problemática étnica ainda latente no Kosovo. Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas, através da “Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo” (UNMIK) e a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) emergiram como atores-chave, unindo esforços na reestruturação das forças policiais do país, com a participação da “Missão Europeia para o Estado de Direito do Kosovo” posteriormente na operação. Essa aliança compõem uma das instâncias de reformas do setor de segurança norteadas pela união de teorias liberais de desenvolvimento e segurança para a transformação de “Estados Falhos” (i.e, termo designado à Estados em que, na visão da potências ocidentais, o governo é ineficaz e não mantém de fato o controle sobre o território, colapsando os sistemas político e econômico domésticos)em democracias plenas baseadas no Estado de Direito Ocidental. O foco primordial dessa cooperação foi a formação, isto é, recrutamento, treinamento, operacionalização e monitoramento da Kosovo Police Force (KPF), visando à estabilização do cenário pós-conflito e à criação de forças de segurança multiétnicas capazes de manter a paz em um futuro independente do suporte externo. Esse empreendimento visava não apenas a criação de uma força policial funcional, mas também o estabelecimento de um ambiente de segurança capaz de permitir a transição para uma governança independente e autossustentável.

No entanto, à medida que as organizações caminhavam rumo ao encerramento de suas operações diretas no Kosovo, questões cruciais sobre a eficácia e a sustentabilidade das reformas policiais implementadas se tornaram proeminentes. A transição para a total responsabilidade local pela segurança do país era acompanhada por desafios significativos, incluindo a manutenção da coesão multiétnica, o fortalecimento das instituições estatais e a garantia da efetividade contínua das forças policiais. Mas para além das questões administrativas e burocráticas, a experiência também reflete uma problemática fundamental que permeia a literatura crítica às reformas do setor de segurança dessa geração, sendo esta o

caráter ahistórico e acontextual desses trabalhos de engenharia social e política que, ao se basear em um “receituário” de soluções para conjunturas pós-conflitos ao redor do mundo, sem levar em conta as especificidades socioeconômicas, políticas e culturais do cenário abordado, acabam por propor soluções superficiais e levianas a problemas de raízes mais complexas do que os formuladores de políticas reconhecem ser.

O problema de pesquisa deste trabalho é: quais foram os principais impactos e consequências da reforma implementada pela cooperação internacional na KP para a segurança pública? A partir desta, a hipótese inicial de que a reforma foi eficaz em atender a problemas específicos, mas falha em garantir um modelo de segurança pública completo e eficiente devido a falta de compreensão conjuntural que esse modelo propõe, levando a lacunas que não foram compreendidas pelo plano original. Diante desse cenário, o presente trabalho, através dos métodos monográfico e histórico, tem como objetivo analisar de forma abrangente e crítica o papel desempenhado pela cooperação ONU-OSCE-EULEX na reestruturação das forças policiais do Kosovo. A partir de uma breve contextualização histórica da conjuntura do país que levou ao conflito e como o mesmo se encontrava após a guerra, uma fundamentação teórica abordando o modelo de reforma utilizado neste cenário, uma revisão das entidades envolvidas e seu papel no país, a compreensão da linha do tempo da reforma (conceitualização, aplicação das medidas propostas, episódios importantes e resultados quantitativos e qualitativos), e a avaliação do fenômeno através de uma lente crítica, esta pesquisa busca compreender não apenas as conquistas alcançadas, mas também os desafios persistentes à cooperação.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De início, é importante compreender quais foram os condicionantes para a deterioração das relações entre as diferentes comunidades presentes na região que resultaram no conflito sangrento no Kosovo no final do século XX. As raízes são traçadas a décadas anteriores à tragédia e são fundamentais para entender como tudo culminou nesse cenário. Além disso, para compreender o período inicial de formulação das reformas, faz-se necessário também elucidar sobre a fundamentação teórica por trás dos modelos de reformas do setor de segurança vigentes durante esse período, voltadas a unir as teorias de formação do Estado, democracias liberais e Estado de Direito, com teorias e práticas por trás das áreas de

Segurança Internacional e missões internacionais de manutenção da paz. Por fim, neste capítulo também são introduzidas organizações internacionais por trás do processo de reforma.

2.1. O ARRANJO ÉTNICO E OS ANTECEDENTES DA GUERRA

Para uma compreensão holística da realidade securitiva do Kosovo e dos Balcãs, é necessário compreender o quadro étnico que compõe a região, dado que muitas das problemáticas encontradas possuem a questão étnica como raiz. De acordo com o último censo realizado pelo governo no país, através da KAS (Kosovo Agency of Statistics) em 2011, o país possui a distribuição de Albaneses, Bosníacos, Sérvios, Turcos, Ashkali, Egípcios, Gorani e Romas. Porém, este censo não ilustra o quadro demográfico do país de forma verossímil, dada a ausência da inclusão da região norte do país, habitada predominantemente por sérvios. Tal ausência se deu a questões políticas e de segurança, dado o fato que a Sérvia reivindica a região em pauta, e ainda mantém laços administrativos e políticos com atores importantes no norte do país.

Tal episódio envolvendo o censo já demonstra o principal impasse enfrentado pelo país: o constante conflito entre kosovares albaneses e sérvios. Toda a operação de reforma e statebuilding do Kosovo é orientada pela lente do conflito entre as duas etnias (um dos alicerces da guerra travada nos anos 1990). Tendo em vista esse quadro, o foco das reformas e compromissos realizados pelas OI engloba os kosovares albaneses e sérvios. Que fique claro porém que tal decisão já se mostra problemática, pois, como mostrado no report de 2009 da Minority Ethnic Group, as outras etnias que compõem a população do Kosovo vem sofrendo forte discriminação em áreas onde não são predominantes desde a declaração de independência em 2008¹.

Os albaneses do Kosovo têm origens que remontam aos antigos ilírios, que habitavam a região antes da conquista romana (Vickers, 1998). No século XII, o Kosovo foi incorporado

¹ De acordo com o Minority Ethnic Group e seguindo o Censo de 2011, os principais grupos minoritários são os bósnios (1,6 %), os sérvios (1,5 %), os turcos (1,1 %), os askhali (0,9%), os egípcios (0,7 &), os gorani (0,6 %) e os ciganos (0,5 %).

ao Império Sérvio de Stefan Dušan e se tornou um centro espiritual e político da Sérvia medieval. Apesar da predominância da influência sérvia, as comunidades albanesas continuaram a residir na região, convivendo com outras etnias. O estabelecimento do Patriarcado de Peć e a construção de mosteiros ortodoxos como Visoki Dečani e Gračanica consolidaram o Kosovo como o coração da identidade religiosa e cultural sérvia (Vickers, 1998). Com a conquista otomana dos Bálcãs no século XV, o Kosovo passou a fazer parte do Império Otomano. Muitos albaneses se converteram ao islamismo, o que contribuiu para uma distinção cultural e religiosa em relação aos sérvios ortodoxos (Vickers, 1998). Durante o domínio otomano, os albaneses do Kosovo obtiveram uma certa autonomia local e desempenharam papéis importantes na administração regional, embora houvesse tensões esporádicas entre as comunidades albanesa e sérvia. A conversão ao islamismo alterou ainda mais a demografia da região (Vickers, 1998).

O século XIX foi marcado por um ressurgimento do nacionalismo nos Bálcãs. Os albaneses do Kosovo participaram ativamente do movimento nacional albanês, buscando autonomia e independência do domínio otomano, com a Liga de Prizren de 1878 desempenhando um papel crucial (Vickers, 1998). Simultaneamente, os sérvios também se mobilizaram contra o domínio otomano, e a revolta de 1878 destacou a determinação sérvia em recuperar o controle da região. O Tratado de Berlim (1878) reconheceu a autonomia da Sérvia, mas o Kosovo permaneceu sob domínio otomano até o início do século XX (Vickers, 1998).

Durante as Guerras dos Bálcãs (1912-1913), a Sérvia anexou o Kosovo, o que resultou na expulsão de muitos albaneses e no retorno de sérvios à região, intensificando as tensões étnicas (Vickers, 1998). A Primeira Guerra Mundial trouxe ocupação austro-húngara e desafios adicionais para todas as comunidades locais. Após o conflito, o Kosovo foi integrado ao Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (mais tarde Iugoslávia), onde políticas de colonização visavam aumentar a população sérvia, gerando resistência e ressentimento entre os albaneses (Vickers, 1998). Durante a Segunda Guerra Mundial, a região foi ocupada por forças italianas e, posteriormente, alemãs, que prometeram autonomia aos albaneses. Após a guerra, o Kosovo foi reintegrado à Iugoslávia socialista sob Josip Broz Tito, enfrentando repressão política, mas também algumas melhorias econômicas e sociais (Vickers, 1998).

Sob o governo de Tito, a região desfrutava de um certo grau de autonomia, e os albaneses do Kosovo ainda gozavam de direitos culturais e linguísticos, mesmo com certo

nível de repressão. No entanto, após a morte de Tito em 1980, a situação começou a deteriorar-se, onde o equilíbrio entre os grupos começou a se desfazer, e as tensões latentes se intensificaram, aliado a um cenário de crescente instabilidade econômica, sendo o Kosovo um dos principais palcos dessas disputas. A alta taxa de desemprego, especialmente entre os albaneses, criou um terreno fértil para a insatisfação com o governo central e alimentou as tensões sociais (Pichler, Grandit & Fotiadis, 2020). O aumento da repressão por parte das autoridades sérvias e as tentativas de revogar a autonomia da província, que havia sido garantida pela Constituição de 1974, geraram um sentimento de alienação entre a população albanesa.

A emergência do nacionalismo sérvio nos anos 1980 foi catalisada pelas percepções de que os sérvios no Kosovo eram uma minoria oprimida pela maioria albanesa. Essa narrativa foi habilmente explorada por Slobodan Milošević, que em 1987 fez um discurso em Kosovo Polje, reforçando seu compromisso com a proteção dos sérvios e capitalizando o ressentimento popular (Kamberović, 2020). Seu discurso não apenas consolidou seu poder político, mas também marcou o início de um movimento para revogar os direitos autônômicos do Kosovo, que culminaria em 1989 com a suspensão oficial de grande parte da autonomia da província. As medidas tomadas pelo governo de Milošević, incluindo a expulsão de albaneses de cargos públicos e a imposição de políticas culturais que favoreciam a etnia sérvia, tiveram um impacto devastador sobre a população albanesa. Em resposta, os albaneses kosovares, liderados por Ibrahim Rugova e a Liga Democrática do Kosovo (LDK), adotaram uma abordagem de resistência pacífica. Instituições paralelas foram criadas, incluindo um sistema educacional e de saúde não-oficiais, como forma de preservar a identidade e autonomia albanesa (Pichler, Grandit & Fotiadis, 2020). Embora pacífica, essa resistência não conseguiu alcançar reconhecimento internacional suficiente para mudar a situação política. No entanto, enquanto Rugova pregava a não-violência, a frustração com a falta de avanços reais levou ao surgimento de facções mais radicais. Durante o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, essa insatisfação pavimentou o caminho para o fortalecimento de grupos armados, como o Exército de Libertação do Kosovo (KLA). A crescente polarização entre sérvios e albaneses, somada à repressão estatal, fez com que a ideia de uma solução pacífica se tornasse cada vez mais inviável, levando à escalada do conflito.

Para além das tensões étnicas no Kosovo, a década de 1980 também foi marcada por um crescente cenário de instabilidade em toda a Iugoslávia, com diferentes grupos étnicos

reivindicando maior autonomia ou até mesmo a independência. A estrutura federativa da Iugoslávia, que havia permitido certo equilíbrio entre as diversas repúblicas e províncias durante o governo de Tito, começou a se fragmentar após sua morte. A incapacidade do governo central de lidar com as crises econômicas, sociais e políticas que emergiam agravou ainda mais o cenário (Pichler, Grandit & Fotiadis, 2020). O país enfrentava uma crise econômica severa no início dos anos 80, com uma crescente dívida externa e um alto nível de desemprego, principalmente entre as populações mais jovens. A inflação elevada e a falta de investimentos estrangeiros exacerbaram as desigualdades regionais, com algumas repúblicas, como Eslovênia e Croácia, sendo relativamente mais ricas, enquanto outras, como Macedônia e Kosovo, sofriam com o subdesenvolvimento (Pichler, Grandit & Fotiadis, 2020). Essa disparidade econômica gerou ressentimentos mútuos e contribuiu para o aumento de movimentos nacionalistas e separatistas. O governo central, dominado cada vez mais pela liderança sérvia sob Milošević, buscou reverter algumas das concessões de autonomia feitas às repúblicas e províncias na década anterior. Em resposta a essas tentativas centralizadoras, repúblicas como Croácia e Eslovênia começaram a se distanciar politicamente do projeto iugoslavo, exigindo maior independência e contestando o poder de Belgrado. Essas tensões separatistas serviram como catalisadores para uma série de conflitos internos que culminaram nas guerras iugoslavas da década de 1990 (Kamberović, 2020).

No centro dessas disputas estava a questão da identidade étnica e política, que se tornava cada vez mais polarizada à medida que os discursos nacionalistas ganhavam força. A narrativa promovida por Milošević, de que os sérvios estavam sendo ameaçados e oprimidos, ecoava não apenas no Kosovo, mas em outras partes da federação, onde minorias sérvias conviviam com populações majoritárias de outras etnias (Pichler, Grandit & Fotiadis, 2020). Esse sentimento de ameaça iminente foi usado como justificativa para políticas repressivas e centralizadoras, como no caso do Kosovo, mas também contribuiu para o aumento da desconfiança e do radicalismo entre outros grupos étnicos na Iugoslávia. Esses processos de fragmentação e polarização foram exacerbados pelas tensões no cenário internacional. A Guerra Fria ainda estava em seus últimos anos, e os países ocidentais observavam com preocupação as crescentes instabilidades nos Bálcãs. A dissolução da União Soviética e a mudança nas alianças globais criaram um ambiente onde o apoio internacional a movimentos de autodeterminação aumentava, especialmente na Europa Oriental. A Iugoslávia, antes vista como um ponto de equilíbrio entre o bloco socialista e o ocidente, perdia seu status geopolítico estratégico, o que também enfraqueceu a unidade do país (Kamberović, 2020).

A guerra da Bósnia, que começou em 1992, teve um impacto significativo na abordagem da comunidade internacional em relação à Iugoslávia. As atrocidades cometidas durante o conflito, como o massacre de Srebrenica e o cerco de Sarajevo, chamaram a atenção global e geraram um clamor por intervenção internacional para prevenir uma catástrofe semelhante em outras partes da região. O envolvimento internacional no Kosovo foi amplificado por essas preocupações, levando a uma pressão crescente para encontrar uma solução para a crise kosovar antes que a violência escalasse ainda mais (Pichler, Grandit & Fotiadis, 2020). O conflito na Bósnia também contribuiu para a desestabilização da conjuntura kosovar com os Acordos de Dayton, onde estes, ao ignorarem completamente as violações aos direitos humanos sendo ocorridas a partir de disputas étnicas, levam a maior radicalização como resposta. Sorensen elucida:

Em Dayton, a questão do Kosovo e das relações entre a Sérvia e a Albânia foi ignorada e a comunidade internacional continuou a tratar os problemas no Kosovo como uma questão de direitos humanos, embora Rugova tenha declarado repetidamente que o objetivo dos albaneses era a independência. A interpretação albanesa de Dayton foi que a limpeza étnica foi legitimada uma vez que as entidades na Bósnia-Herzegovina haviam sido criadas por meio de limpeza étnica e uma pré-condição para Dayton era a eliminação da Krajina sérvia, o que, de fato, legitimou a limpeza étnica como legitimando a limpeza étnica como um método de construção do Estado... A mensagem mais importante transmitida de Dayton foi que, para receber atenção para Kosovo, era preciso haver uma guerra. (Sorensen; 2013).

Dentro desse contexto, o Kosovo emergiu não apenas como uma questão de tensões étnicas locais, mas como parte de um quadro mais amplo de fragmentação nacional. As ações centralizadoras de Belgrado, destinadas a conter as demandas de autonomia, acabaram por intensificar o sentimento de separação entre as demais repúblicas e as populações dentro da própria província. O Kosovo, visto como uma região simbólica e estrategicamente importante para a Sérvia, tornou-se um microcosmo das tensões iugoslavas, onde a disputa por autonomia e a luta pelo controle centralizado se chocavam de maneira brutal. À medida que as tensões em toda a Iugoslávia aumentavam, o território se tornava um ponto focal tanto para o nacionalismo sérvio quanto para a resistência albanesa, cada vez mais polarizado. A situação política caótica e a incapacidade de encontrar uma solução política pacífica criaram um ambiente propício para a eclosão de conflitos abertos, como viria a ocorrer na década de 1990, quando o colapso da Iugoslávia se concretizaria de forma violenta e irreversível (Kamberović, 2020; Pichler, Grandit & Fotiadis, 2020).

Em 1988, Milošević revogou a autonomia do Kosovo, provocando uma série de protestos e manifestações por parte da população albanesa. A repressão sérvia intensificou-se, e muitos albaneses foram demitidos de seus empregos públicos, especialmente em setores como a educação e a saúde (Judah; 2000, p.55). Em resposta à repressão sérvia, os albaneses começaram a organizar-se politicamente. Liderados por Ibrahim Rugova, a Liga Democrática do Kosovo (LDK) advogava uma resistência pacífica e a criação de instituições paralelas (Vickers; 1998, p.266). No entanto, com o passar do tempo, uma ala mais radical emergiu, culminando na formação do Exército de Libertação do Kosovo (KLA, na sigla em inglês) em meados dos anos 1994. O KLA defendia a luta armada para alcançar a independência do Kosovo. O grupo iniciou uma campanha de ataques contra alvos sérvios, incluindo forças de segurança e infraestruturas governamentais. Esses ataques levaram a uma resposta militar agressiva por parte das forças sérvias, que incluíram operações de contrainsurgência caracterizadas por graves violações dos direitos humanos. As forças sérvias foram acusadas de realizar execuções sumárias, deslocamentos forçados e destruição de propriedades albanesas, o que aumentou ainda mais as tensões na região (Human Rights Watch, 2001). Em 1998, a violência escalou drasticamente, quando o governo de Belgrado lançou uma série de ofensivas militares para erradicar os insurgentes, utilizando força desproporcional que frequentemente visava civis. A situação humanitária deteriorou-se rapidamente, com dezenas de milhares de albaneses do Kosovo sendo forçados a fugir de suas casas para escapar da violência. Relatórios de organizações de direitos humanos documentaram numerosos casos de massacres e outras atrocidades cometidas pelas forças sérvias contra civis albaneses (Judah; 2000, 157).

A comunidade internacional começou a prestar mais atenção ao conflito à medida que a violência se intensificava. Em janeiro de 1999, o massacre de Račak, onde mais de 40 albaneses foram mortos pelas forças sérvias, chamou a atenção global e aumentou a pressão para uma intervenção internacional. A tentativa de negociações de paz em Rambouillet, França, falhou em alcançar um acordo entre as partes em conflito, deixando a situação ainda mais tensa. Com a falha das negociações e a contínua violência, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) decidiu intervir para prevenir uma catástrofe humanitária maior. Em março de 1999, a OTAN lançou uma campanha de bombardeio aéreo contra a Iugoslávia, marcando o início de uma nova fase no conflito (Sörensen; 2013). A operação durou 78 dias e foi marcada por ataques a infraestruturas militares e civis sérvias, gerando controvérsias sobre a legalidade e a ética da intervenção.

A pressão da OTAN, combinada com a intensificação das sanções internacionais e o crescente isolamento político, levou Slobodan Milošević a aceitar um acordo de paz em junho de 1999. Como parte do acordo, as forças sérvias se retiraram do Kosovo, e a região foi colocada sob administração internacional. A Resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU estabeleceu a Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK), encarregada de governar a província e criar condições para um autogoverno democrático. A resolução desenvolvida pelo CSNU estabeleceu o plano de ação inicial para a reestruturação do país, e funciona como texto basilar para toda a atuação de distintos organismos internacionais que subsequentemente se envolveriam nas reformas institucionais e atuação político-administrativas no país. Destarte, é necessário elucidar acerca da fundamentação teórica por trás do proposto no documento em questão, ou seja, discutir acerca do arcabouço teórico das “Security Sector Reforms”.

2.2. “REFORMAS DO SETOR DE SEGURANÇA”: TEORIA, PRÁTICA E AS GERAÇÕES DE RSS

Ao longo do século XX, o modelo de intervenção e atuação de atores internacionais em territórios estrangeiros foi evoluindo, ampliando tamanho e escopo de abrangência de trabalho, aliado à expansão conceitual da esfera de segurança e que elementos institucionais se associam a mesma. Tal engrandecimento abriu espaço para um novo debate no campo teórico basilar dessas operações, onde além de questões de segurança mais “tradicionais”, questões associadas a desenvolvimento, state-building e Estado de Direito começaram a ser elucidadas pelos conceitualizados e tomadores de decisão por trás dos organismos internacionais e potências. As RSSs são a culminação de tal idealização, onde esforços de reformas e constituições de agentes securitativos são realizados lado a lado a trabalhos de boa governança e estabelecimento de instituições que fortalecem o Estado de Direito. Essas operações são geralmente implementadas em países que emergem de conflitos, estados falidos ou em transição de regimes autoritários para democráticos.

O Centro de Governança de Segurança de Genebra (DCAF) define as RSSs como “o processo político e técnico de melhoria do estado e segurança humana, tornando a provisão de segurança, gestão e supervisão mais eficaz e mais responsável, dentro de um quadro de controle civil democrático, Estado de direito e respeito pelos direitos humanos.” (Sedra,

2019). Ademais, a OCDE também trabalha com o modelo de operações, especificando em um de seus handbooks os agentes englobados pelo sistema de segurança sob a ótica mais ampla do nexus segurança-desenvolvimento, estes sendo:

“principais agentes de segurança (forças armadas, polícia, gendarmaria, guardas de fronteira, alfândegas e imigração, e serviços de inteligência e segurança); gerenciamento de segurança e órgãos de supervisão (ministérios da defesa e assuntos internos, órgãos de gestão financeira e autoridades públicas, comissões de reclamações); instituições de justiça e de aplicação da lei (o poder judicial, as prisões, o Ministério Público, sistemas de justiça tradicionais); e forças de segurança não estatais (empresas de segurança privadas, exércitos de guerrilha e milícias privadas)” (OCDE; DAC, 2007).

Com essas definições em mente, é possível notar o quão abrangentes e expansivas tais operações são, trabalhando com múltiplas facetas da esfera securitiva.

2.2.1. A Trajetória do Modelo

A evolução das RSSs pode ser rastreada através de várias fases e marcos históricos. Após a criação das Nações Unidas, operações de paz em territórios maculados por conflitos e instabilidades começaram a surgir, ainda que de forma mais contida. Com o tempo, tais operações começam a ganhar escopo multidimensional, abarcando diferentes frentes da realidade socioeconômica e política (Andersen, Engedal; 2013). Mesmo com um grande intervalo de tempo entre a gênese das operações de paz e o período em que se iniciou um compromisso ferrenho com as RSSs, a ideia de reformar setores de segurança tem raízes na reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial, particularmente na Europa e no Japão. A ocupação aliada na Alemanha e no Japão envolveu a desmilitarização e a reconstrução das forças de segurança com o objetivo de criar instituições que fossem democráticas e que respeitassem os direitos humanos (Dobbins, et al; 2003). Durante a Guerra Fria, as reformas no setor de segurança frequentemente assumiram a forma de apoio militar e de segurança a aliados estratégicos, sem um foco significativo na democratização ou nos direitos humanos. Contudo, com a descolonização na África, Ásia e América Latina, emergiram algumas iniciativas de reforma com o objetivo de construir forças de segurança nacionais, embora frequentemente esses esforços fossem marcados por interesses geopolíticos e pelo apoio a regimes autoritários (Bellamy; Williams, 2010).

O fim da Guerra Fria trouxe um novo foco para as RSSs. A queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética levaram a uma onda de transições democráticas na Europa Central e Oriental. Nessa época, a reforma do setor de segurança tornou-se uma parte essencial do processo de democratização e da construção do Estado nesses países. Organizações internacionais e países ocidentais começaram a promover o modelo de reformas como parte de seus programas de assistência, com ênfase na desmilitarização, desmobilização e reintegração (DDR) de ex-combatentes, bem como na profissionalização das forças armadas e da polícia (Schnabel; Ehrhart, 2005).

O fim do milênio traz consigo uma nova geração de operações de manutenção de paz altamente interligadas com o modelo RSS de nexos segurança-desenvolvimento, geração essa a qual o Kosovo pertence, além do Afeganistão, Iraque, Libéria, Serra Leoa e Líbia. Tais operações apresentaram um uso ampliado da força e mandatos robustos, um maior envolvimento de organismos e atores internacionais, e um maior foco em garantir a “National Ownership” das instituições do Estado de Direito, isto é, a garantia de que a soberania e gestão de tais instituições será passada para os países reformados (Andersen; Engedal, 2013).

2.2.2 A Operacionalização das RSS

O que torna as RSSs um objeto de estudo tão complexo e debatido é seu forte alinhamento ao campo de “state-building”, i.e, o campo de policy-making que trabalha com processos de criação e consolidação de instituições do Estado Moderno. As operações de paz anteriores, por mais multidimensionais e extensas que fossem, não entravam no campo de desenvolvimento socioeconômico, aparato institucional e jurídico, e accountability e compliance por parte da esfera pública como os modelos estudados seguem. Através das lentes desse tipo de operação, a resposta para a reintegração de ex-combatentes e deslocados, a reestruturação de “Estados Falidos” e a consolidação de um futuro econômico sustentável se encontram na união de esforços do campo de segurança e desenvolvimento, almejando o controle e organização do Estado, e até mesmo uma reestruturação da esfera civil (Chaana; 2002).

Seguindo mais adiante, é necessário elucidar como usualmente esse tipo de operação é realizada. Tamanho, orçamentos, divisões de trabalho e objetivos específicos irão variar de

acordo com o contexto em que x ou y país se encontra, porém existe um framework macro de trabalho que as RSSs seguem. Em um dos trabalhos mais ricos sobre o padrão de reforma, Jane Chanana trabalha com uma divisão de quatro divisões de campo de trabalho que vai orientar basicamente todo estudo acerca das RSSs, sendo estes: político, institucional, econômico e social (Chaana; 2002). O primeiro campo foca em desenvolver mecanismos administrativos e jurídicos voltados ao setor de segurança, garantindo accountability e compliance dos agentes para com a esfera civil. A frente institucional foca na reforma da estrutura burocrática e capacidade operativa dos agentes de segurança, garantindo profissionalização de suas unidades e o maior nível de transparência possível. A frente econômica trata de orçamentos e recursos do setor de segurança e a garantia do “Right-Financing”, i.e, a necessidade de uma avaliação minuciosa das necessidades relacionadas com a segurança, determinando políticas de segurança pública adequadas e acessíveis, desenvolvendo uma governação de segurança sustentável, supervisão, responsabilização e mecanismos e processos de priorização para fornecer serviços de qualidade cada vez mais elevada ao longo do tempo (Middlebrook, Peake; 2008). Por fim, a frente social volta-se para a sociedade civil organizada e suas ações no campo da segurança, como monitoramento das atividades dos agentes de segurança e a demanda por maior transparência.

Para o estabelecimento de uma missão de reforma sob esse modelo, são necessárias algumas pré-condições para garantir a maior taxa de sucesso possível. O Centro para Inovação de Governança Internacional define 4 condicionantes para que seja possível o estabelecimento de uma missão aos moldes de RSS (CIGI; 2010). Primeiramente, os programas devem ser planejados, implementados e avaliados localmente, isto é, necessitam ser pensados desde o estágio mais embrionário com o contexto específico em mente, dado que uma medida pode parecer produtivo para a comunidade internacional ou para outra conjuntura pode ter resultados completamente díspares para os atores locais. Portanto, é essencial que os princípios, políticas, leis e estruturas desenvolvidas durante o processo de reforma sejam conciliados com a história, cultura e estrutura legal do país em reforma.

Em segundo lugar, a eficiência dos programas de RSS depende de um consenso entre os atores locais sobre os princípios, a visão estratégica e os objetivos específicos do programa. Atores externos muitas vezes dependem de uma elite restrita para supervisionar as reformas, selecionando parceiros locais mais por conveniência do que pela necessidade de promover um

processo inclusivo. Isso pode levar à formação de relações clientelistas com grupos étnicos específicos, o que pode corromper as forças de segurança, enfraquecer a disciplina e minar a confiança pública no Estado. Também é necessário um nível mínimo de segurança para avançar no processo de RSS. Essas reformas são processos de longo prazo destinados a abordar as causas estruturais da insegurança, e não a enfrentar ameaças imediatas. Países pós-conflito geralmente enfrentam um alto grau de insegurança residual, sendo assim, a presença de uma missão de apoio à paz pode fornecer uma segurança temporária e aumentar o custo para os atores locais de escolherem a violência em vez do diálogo e do compromisso (CIGI; 2010).

Outrossim, para implementar reformas holísticas, é necessário, no mínimo, contar com certa base institucional mínima e capacidade humana adequada. Em países que sofreram com o flagelo da guerra e estão se recuperando de conflitos civis, a capacidade institucional e humana é geralmente limitada, tornando difícil determinar um ponto de partida e a sequência das reformas. Ademais, com uma multiplicidade de atores externos e locais envolvidos no processo, cada um com seus próprios objetivos e interesses, é crucial estabelecer mecanismos que garantam a coerência no planejamento e na operação. Doadores frequentemente trazem suas próprias preocupações, o que pode comprometer a visão holística da agenda de RSSs (CIGI; 2010).

Por fim, é importante que os atores externos reconheçam que as RSSs são um processo prolongado. Embora o período imediatamente após um conflito seja crucial para iniciar os esforços de reforma e recuperação com apoio coordenado dos doadores, as RSSs podem levar até uma década para se concretizarem. Não há soluções rápidas para tais crises, elas requerem uma visão de longo prazo e recursos duradouros para serem bem-sucedidas (CIGI; 2010).

Subsequentemente, é necessário postular as fases de um programa de RSS. Seguindo o que é postulado pelo PNUD e OCDE, o modelo é composto por 3 fases principais: a fase preparatória, a implementação central, e por fim, a fase de consolidação. Como dito, essa é uma separação teórica, e a extensão, duração e até mesmo as próprias fases podem fugir desse arcabouço, dada condições contextuais. Em primeiro lugar, se dá a fase preparatória, onde seu nome já denuncia muito do que a mesma consiste. Essa etapa foca na avaliação e discussão entre os policy-makers sobre quais rumos serão tomados e quais medidas serão realizadas e quais serão os pontos focais das reformas ali planejadas (OCDE; DAC 2007). A avaliação

feita pelas entidades que tomam a dianteira de um processo de reforma procura levantar o máximo de dados possíveis do país abordado, compondo uma base sólida para a estratégia futura (OCDE; DAC 2007). Teoricamente, esse momento deve incluir entidades locais e não-estatais para uma maior abrangência de informações, porém, há uma clara insularização para com elementos estrangeiros e doadores do programa (tal ponto será explorado mais a frente, no campo das críticas às RSSs). Para além do levantamento de informações e alinhamento de objetivos e resultados esperados, esse momento serve também para um mapeamento institucional do país estudado, avaliando o que já existe, o que precisa ser criado e o que precisa ser alterado no arranjo institucional, ponto crucial para uma operação desse escopo ser bem-sucedida.

Com um sólido banco de dados formado e consenso atingido entre as partes idealizadoras, se inicia o processo de preparação da estratégia norteadora de reforma, voltando-se para o campo institucional e estrutural do planejamento, i.e, definição de papéis e mandatos das forças de segurança, políticas governamentais voltadas para a segurança pública, a participação de atores não-estatais e a formação de corpos institucionais voltados à tomada de decisão consultiva (CIGI; 2010). Ademais, é nesta etapa também em que muito do planejamento financeiro e definição da alocação dos recursos disponíveis é feita, providenciando para os policy-makers cenários mais tangentes para a operacionalização da reforma.

Definida a estratégia, planejamento orçamentário e coordenação institucional, passa-se para a fase de implementação principal da operação, consistindo no bruto do trabalho “hands-on”, onde todas as mudanças de legislação, programas governamentais e projetos de desenvolvimento pós-conflito saem do papel. É nessa etapa em que se realiza o recrutamento de líderes e equipes, estabelecimento de presença física no país (bases operacionais, escritórios, campos de atuação e assistência), desenvolvimento de sistemas de coordenação e monitoramento, e tudo que se associa à um tipo de atividade mais concreta, saindo do campo conceitual e ideal. É também nessa etapa em que o modelo multidimensional e o nexo segurança-desenvolvimento inicia a mostrar os resultados, positivos ou negativos, da operação desenhada pelos policy-makers, e também a etapa onde se compara e cruza as medidas de state-building, manutenção da paz e justiça transicional (CIGI; 2010).

2.2.3. A Polícia e Seu Papel na Segurança Pública

Cada elemento constituinte do setor de segurança possui suas particularidades e minúcias ao passar pelo processo de reforma, onde pontos cruciais para o serviço de inteligência do país serão considerados secundários para as forças armadas, por exemplo. Sendo assim, para este trabalho, é necessário focar no que é possível de ser realizado e o que comumente é feito em reformas policiais sob a ótica das RSSs. A particularidade da polícia no meio da segurança nacional é seu contato próximo com a sociedade civil, sendo o elemento do setor mais presente na vida cotidiana dos cidadãos de qualquer país. A polícia, como instituição fundamental na sociedade, desempenha um papel central tanto na manutenção da ordem social quanto na proteção dos direitos e da segurança dos cidadãos. Conforme discutido no primeiro capítulo do *Oxford Handbook of Police and Policing*, de autoria de James J. Willis (2014), a polícia é uma organização formal e estruturada, inserida no sistema de justiça criminal, com a responsabilidade de implementar e fazer cumprir a lei. Sua função vai além da mera aplicação de normas legais; ela envolve também a prevenção de crimes, a investigação de ofensas e a proteção dos indivíduos e de suas propriedades. Enquanto elemento essencial da segurança pública, a polícia atua como o principal agente responsável por garantir a tranquilidade e o bem-estar da sociedade. O autor discorre que a atividade policial é moldada por diversos fatores históricos, sociais e políticos, o que implica que sua atuação e a percepção pública de sua legitimidade podem variar conforme o contexto em que opera. A confiança pública na polícia é essencial para o cumprimento eficaz de suas responsabilidades, e essa confiança é, em grande parte, determinada pela capacidade da polícia de agir de maneira ética e justa. A legitimidade da polícia, portanto, depende de sua adesão a princípios de justiça e de respeito aos direitos humanos (Willis; 2014; p.6).

Diferentemente de outros componentes do setor de segurança, o debate acerca de mudanças no modelo padrão de policiamento surge predominantemente no campo da sociologia, em resposta à crescente ineficiência deste para com o aumento da criminalidade. O modelo tradicional de policiamento, amplamente adotado ao longo do século XX no mundo ocidental, caracterizou-se por uma abordagem reativa e centralizada na aplicação da lei, com foco na resposta rápida a crimes e na manutenção da ordem pública através de patrulhas visíveis e intervenções imediatas, onde Willis coloca que:

Acreditava-se que manter uma presença visível nas comunidades, responder prontamente a chamadas de emergência individuais de emergência (especialmente

aquelas relacionadas a crimes) e o aumento do risco de detenção poderiam reduzir o crime porque prender alguns infratores e deter outros daria a impressão de onipresença policial. (Willis; 2014; p.6).

Esse modelo, muitas vezes chamado de "policciamento de patrulha" ou "policciamento de resposta", funcionava sob a premissa de que a presença ostensiva da polícia e a rápida reação a incidentes criminais seriam suficientes para deter a criminalidade e garantir a segurança pública, no entanto, à medida que o século avançava, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, ficou evidente que o modelo tradicional de policiamento possuía reacionárias e limitações significativas (Willis; 2014; p.7). Durante esse período, muitas sociedades ocidentais começaram a experimentar um aumento acentuado na criminalidade, particularmente nos centros urbanos, onde tal crescimento na atividade criminosa foi acompanhado por uma escalada na violência, com crimes como assaltos, homicídios e conflitos de gangues tornando-se cada vez mais frequentes. O policiamento tradicional, que se baseava principalmente em patrulhas aleatórias e respostas a chamadas de emergência, mostrou-se inadequado para lidar com essa complexidade crescente (Weisburd and Braga 2006).

Novas diretrizes e alinhamentos para a atividade policial foram sendo desenvolvidas e testadas nesse cenário, porém, mesmo com soluções adotadas, como o modelo problem-solving, novas maneiras de monitoramento da atividade policial, e ordens de conduções mais passivas de abordagem, a polícia continua sendo, até os dias atuais, um agente de atuação majoritariamente coercitiva. Ao final dos anos 90, questões raciais, a violência contra grupos marginalizados e uma crescente corrupção nas unidades tomaram conta das forças policiais ao redor do mundo (Willis; 2014; p.7).

Diante desse cenário, os policy-makers por trás de missões multidimensionais de manutenção de paz e os idealizadores das primeiras reformas em grande escala inseriram a polícia como componente crucial de seus planejamentos de uma configuração pós-conflito estável e um futuro Estado de Direito saudável e pacífico. De acordo com a OCDE, a chave de uma reforma de sucesso se encontra no modelo de "polícia comunitária", i.e, um modelo de policiamento baseado na confiança entre polícia e comunidade, com atuação voltada ao modelo "problem-solving", consistindo em uma estratégia de policiamento que envolve a identificação e análise de problemas específicos de crime e desordem, a fim de desenvolver estratégias de resposta eficazes (OCDE; DAC 2007). Os idealizadores focam na

implementação de recrutamento, treinamento, monitoramento e comprometimento à risca do Estado de Direito e das normas democráticas, além do trabalho coordenado e alinhado com as mudanças do sistema jurídico do país abordado. As operações possuem certos objetivos e ferramentas centrais presentes em todos os cenários, adicionando outros dependendo do cenário encontrado no país, sendo estes: cooperação internacional com lideranças policiais externas, recrutamento diversificado (grupos étnicos, gêneros, background sociais), accountability e transparência, observação parlamentar do policiamento, combate à corrupção, construção de confiança e propriedade local das forças policiais (OCDE; DAC 2007).

2.3. AS CRÍTICAS E AS LACUNAS DO MODELO RSS

A eficácia das operações de reforma do setor de segurança tem sido amplamente debatida, com críticas que destacam a falta de uma compreensão profunda do contexto e da conjuntura local em que essas reformas são implementadas. Críticos argumentam que muitas dessas operações carecem de um exame histórico e cultural adequado, resultando em reformas que são percebidas como ahistóricas e acontextuais. Isso pode comprometer a eficácia das reformas, uma vez que as estruturas de segurança implementadas não ressoam com as realidades locais e, portanto, enfrentam resistência e desconfiança. A falta de participação local e de uma análise empírica aprofundada são frequentemente apontadas como falhas significativas, levando a um desencontro entre as expectativas da comunidade internacional e as necessidades reais do país-alvo.

Além das questões de contexto e participação, outras críticas focam no caráter ambicioso das RSSs, que muitas vezes estabelece metas idealistas e de curto prazo que são difíceis de alcançar em contextos frágeis e pós-conflito. A dependência de doadores e elites locais, a falta de transparência e accountability, e o foco restrito apenas no aparato estatal de segurança também são temas críticos discutidos. Essas questões podem levar a uma implementação insustentável e à frustração tanto das populações locais quanto dos doadores. A ausência de uma abordagem inclusiva e a dificuldade em promover mudanças duradouras são desafios que precisam ser enfrentados para garantir a eficácia das RSSs a longo prazo.

Jane Chanaa, em seu trabalho “Security Sector Reform: Issues, Challenges, and Prospects”, destaca que as RSSs são frequentemente projetadas, implementadas e avaliadas

por atores internacionais, carregando consigo um amplo arcabouço conceitual, porém acabam pecando na frente prática e física, onde se falta investigação empírica acerca do objeto analisado (i.e, o país-alvo), falta de considerações específicas para com a conjuntura estudada e pouca participação local, levando ao seu amplamente difundido conceito de divisão “conceptual-contextual”. Segundo a autora, os programas de RSSs "devem ser projetados, implementados e avaliados localmente, pois o que pode parecer produtivo para a comunidade internacional pode ter conotações e efeitos significativamente diferentes quando julgado por atores domésticos" (Chanaa, 2002). Essa abordagem é baseada na premissa de que a criação de instituições de segurança modernas e eficientes pode ser alcançada através de modelos universais e soluções técnicas. No entanto, a autora argumenta que, mesmo que estruturas de segurança orientadas pelo Ocidente sejam formalmente estabelecidas, "as atitudes subjacentes podem permanecer profundamente ligadas à tradição" (Chanaa, 2002). Portanto, os princípios, políticas, leis e estruturas desenvolvidas durante o processo de reforma devem ser reconciliados com a história, cultura e estrutura jurídica do país em reforma.

Complementando a exposição da divisão “conceptual-contextual”, Haldén e Egnell trabalham com um foco maior na ausência de uma compreensão histórica do ambiente abordado. Argumentam que muitas reformas de segurança são implementadas sem uma compreensão adequada das dinâmicas históricas e culturais dos países-alvo. Eles ressaltam que a falta de consideração das especificidades históricas pode levar à implementação de estruturas de segurança que não ressoam com as experiências e expectativas locais. Por exemplo, impor estruturas de segurança ocidentais em países com tradições e sistemas de governança diferentes pode resultar em desconfiança e resistência. As RSSs tecnocráticas tendem a negligenciar o fato de que a legitimidade e a eficácia das instituições de segurança estão profundamente enraizadas no contexto histórico e cultural (Hálden; Egnell, 2009). Essa limitação histórica que permeia as RSSs muitas vezes desconsidera as estruturas tradicionais de autoridade e poder que podem ser fundamentais para a segurança local. Em muitos contextos pós-conflito, as instituições formais de segurança podem ser vistas com desconfiança devido a um histórico de repressão e abusos. Os autores destacam que as RSSs precisam ser sensíveis a essas realidades para evitar perpetuar ciclos de desconfiança e ineficácia. A integração das reformas com as normas e valores locais é essencial para garantir que as novas estruturas de segurança sejam aceitas e sustentáveis a longo prazo (Hálden; Egnell, 2009).

O caráter supra-ambicioso das RSSs é outra crítica central, estes autores observam que as reformas de segurança frequentemente estabelecem objetivos extremamente elevados e idealistas, que são difíceis de alcançar em contextos frágeis e pós-conflito. Essas metas ambiciosas podem incluir a criação de forças de segurança democráticas, transparentes e eficientes em um curto período de tempo. No entanto, as limitações de recursos, capacidades e condições de segurança tornam essas metas irrealistas. O resultado é frequentemente a frustração e a decepção entre a população local e os doadores internacionais, quando as reformas falham em cumprir as expectativas (Hálden; Egnell, 2009). Também apontam que esse problema pode levar a uma alocação ineficaz de recursos. Esforços e fundos são frequentemente direcionados para grandes projetos de reforma que não são sustentáveis, em vez de focar em melhorias incrementais e realistas. Eles sugerem que uma abordagem mais modesta e pragmática, que se concentre em ganhos incrementais e no fortalecimento gradual das capacidades locais, pode ser mais eficaz a longo prazo (Hálden; Egnell, 2009).

Michael Brzoska, em seu artigo "Development Donors and the Concept of Security Sector Reform" (2003), critica a dependência excessiva de doadores e elites na implementação das RSSs. Ele observa que os atores externos tendem a confiar em um conjunto restrito de elites locais com ideias semelhantes para supervisionar as reformas, muitas vezes baseando a seleção de parceiros locais mais na conveniência do que na necessidade de promover um processo inclusivo. Esse comportamento pode resultar na formação de relações clientelísticas com certos grupos étnicos, o que tem ramificações profundas para as RSSs. Brzoska alerta para os perigos de "etnicização" o processo: "Quando o clientelismo étnico é incorporado nas burocracias militares, policiais e de segurança, isso as corrompe, enfraquece a disciplina, reforça a sensação de impunidade e fomenta a desconfiança pública (especialmente de minorias) no próprio estado" (Brzoska, 2003). Também associado aos doadores, há a questão do financiamento e orçamento dessas missões, onde a dependência de financiamento e suporte externo pode comprometer a sustentabilidade das reformas. Quando os recursos externos são retirados, os progressos feitos podem rapidamente retroceder, especialmente se não houver uma forte base de apoio local. Isso destaca a importância de desenvolver capacidade local e garantir que as reformas sejam integradas nas estruturas e práticas existentes da sociedade (Brzoska, 2003).

Outrossim, a questão da propriedade local ou apropriação local é essencial para o sucesso das reformas. Donais (2008) enfatiza que o sucesso dos programas depende de haver

um consenso entre os atores domésticos sobre os princípios deste, a visão estratégica incorporada no programa e os objetivos específicos que o programa busca alcançar . Schroeder e Chappuis argumentam que há uma tendência entre os atores externos de confiar em um grupo restrito de elites locais para supervisionar as reformas, o que pode minar a legitimidade e a eficácia das RSSs (Schroeder, Chappuis; 2014). Ainda há também o elemento de legitimidade das instituições reformuladas por agentes externos e sua aceitação pela população local. Peake e Marenin destacam que, em muitos casos, essas operações são vistas como impostas externamente, o que gera resistência e desconfiança entre os atores locais (Peake, Marenin; 2008). Essa percepção pode minar a eficácia das reformas e dificultar a implementação de mudanças duradouras. A falta de participação genuína dos atores locais no processo de reforma é um dos principais obstáculos à legitimidade. Muitas vezes, os programas são projetados e implementados por elites tecnocráticas ou grupos selecionados que não representam plenamente a diversidade da sociedade local. Isso resulta em reformas que não refletem as necessidades e aspirações da população, comprometendo a sua aceitação e eficácia. Peake e Marenin argumentam que a inclusão de uma ampla gama de stakeholders locais é essencial para construir confiança e garantir que as reformas sejam vistas como legítimas e apropriadas (Peake, Marenin; 2008).

Outro aspecto importante é que a implementação de reformas abrangentes que sejam de propriedade e dirigidas por atores locais requer pelo menos as fundações de instituições estáveis e capacidade humana. Nos países que experimentaram o colapso do Estado ou estão se recuperando de conflitos civis, a capacidade institucional e humana é invariavelmente limitada. Determinar um ponto de partida para o processo e como sequenciar as reformas em tais contextos é extremamente difícil. A multiplicidade de atores externos e locais envolvidos no processo, cada um com seus próprios objetivos e interesses, torna crucial o estabelecimento de mecanismos para garantir a coerência nos níveis de planejamento e operacional. Brzoska alerta que os doadores, em particular, "trazem consigo seu próprio conjunto de preocupações", o que pode "comprometer seriamente a visão holística da agenda" (Brzoska, 2003).

O foco estadocêntrico e limitado da estratégia elaborada pelos policy-makers é outro ponto que críticos levantam sobre o modelo. Andersen (2006) destaca que as RSSs frequentemente se concentram exclusivamente no aparato coercitivo do Estado, como as forças armadas e a polícia, enquanto negligenciam outros atores importantes da segurança,

como organizações não-governamentais, grupos comunitários e setores privados. Essa abordagem pode levar a uma visão restrita da segurança que não aborda plenamente as necessidades e preocupações da população local. Karkoszka e Hendrickson (2002) argumentam que a inclusão de uma gama mais ampla de atores na agenda de segurança é crucial para construir uma segurança abrangente e sustentável. Michael Wingens também critica esse enfoque estadocêntrico, ressaltando que esse modelo frequentemente reforça as estruturas de poder existentes e não promove mudanças significativas nas relações de poder subjacentes. Ele argumenta que as RSSs devem adotar uma abordagem mais inclusiva e participativa, que envolva ativamente a sociedade civil e outros grupos não-estatais na formulação e implementação das reformas de segurança (Wingens; 2016).

É necessário levantar também os problemas que esses trabalhos possuem em promover transparência e a accountability, elementos essenciais para o sucesso das reformas do setor de segurança. A transparência envolve a divulgação clara das informações sobre o processo de reforma, como objetivos, métodos, progressos e desafios. Isso é vital para construir confiança entre os stakeholders, incluindo a população local, doadores internacionais e organizações da sociedade civil. Quando o processo é transparente, as partes interessadas podem monitorar e avaliar o progresso, identificar problemas e propor soluções, o que contribui para uma implementação mais eficaz. A accountability, por sua vez, refere-se à obrigação dos responsáveis pela implementação das reformas de prestar contas de suas ações e decisões. Isso inclui prestar contas aos doadores e organizações internacionais, bem como à população local diretamente afetada. A accountability pode ser fortalecida através de mecanismos de monitoramento e avaliação robustos, participação da sociedade civil e publicação regular de relatórios detalhados sobre o progresso das reformas. Quando estes elementos não são trabalhados da maneira correta, insegurança e desconfiança surgem no caminho (Peake, Marenin; 2008). Sem informações claras, a população pode interpretar mal os objetivos das reformas ou desconfiar das motivações por trás delas, gerando resistência e dificultando a implementação das mudanças necessárias. Além disso, a ausência de accountability pode resultar em abusos de poder e corrupção, comprometendo a eficácia das reformas. Implementar práticas de transparência e accountability em contextos de RSSs pode ser desafiador, especialmente em países pós-conflito com instituições fracas. A resistência das elites locais e a falta de recursos são alguns dos obstáculos. Brzoska destaca que doadores internacionais e elites locais muitas vezes preferem operar discretamente para evitar controvérsias, mas essa abordagem pode ser contraproducente (Brzoska; 2003).

Finalmente, é crucial reconhecer que as RSSs são um processo longo. Chanaa (2002) observa que, enquanto o período imediato após um conflito representa um momento vital em que a atenção e o apoio concentrados dos doadores são necessários para lançar os esforços de reforma e recuperação, as RSSs podem levar até uma década para alcançar sua plena fruição. Não há soluções rápidas para as RSSs ; elas exigem uma perspectiva de longo prazo e recursos duráveis para serem bem-sucedidas.

2.4 AS ENTIDADES INTERNACIONAIS PRESENTES NA REFORMA

Como dito previamente no tópico de contextualização histórica, os momentos finais da guerra civil trazem consigo um maior envolvimento da comunidade internacional, com o Conselho de Segurança definindo os próximos passos para a reestruturação do país com a Resolução 1244. Esta resolução autorizou a criação da Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK) e estabeleceu um quadro legal para a administração temporária e a transição para a auto governança democrática.

Um dos elementos centrais do documento se encontra nas diretrizes 11 e 12, onde se propõe o estabelecimento de uma forte presença civil internacional no Kosovo através da UNMIK e organismos internacionais aliados, delegando específicas responsabilidades às entidades mencionadas. Entre tais responsabilidades, se encontra o estabelecimento de forças policiais locais, com a finalidade de manter a lei e a ordem, proteger e promover os direitos humanos e assegurar a segurança e retorno de todos os refugiados e deslocados afetados pelo conflito (CSNU,1999).

A UNMIK, aliada a Organização para Segurança e Cooperação da Europa (OSCE) foram encarregadas de estabelecer e treinar a Polícia do Kosovo (KPS), com o objetivo de substituir as forças policiais iugoslavas e criar uma instituição que pudesse operar de acordo com os princípios democráticos e os direitos humanos. Este esforço envolveu a formação de novos recrutas, a implementação de padrões profissionais e éticos, e a supervisão das atividades policiais para garantir a legalidade e a imparcialidade. Com o advento dos anos 2000, a EULEX se junta às duas organizações para trabalhar no desenvolvimento das polícias do país. A seguir se encontra um panorama geral sobre essas entidades.

2.4.1 ONU/UNMIK

Com o fim do conflito em junho de 1999, a ONU assumiu um papel central na estabilização e reconstrução do Kosovo. A Resolução 1244 do Conselho de Segurança, adotada em 10 de junho de 1999, autorizou a criação da Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK), que foi encarregada de administrar o território e facilitar o retorno à normalidade após a retirada das forças iugoslavas. A UNMIK foi concebida como uma operação multifacetada de construção da paz, refletindo a necessidade de uma abordagem integrada para lidar com as complexas dinâmicas políticas, sociais e econômicas do Kosovo pós-conflito (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012a).

A UNMIK foi estruturada em quatro pilares principais, cada um liderado por diferentes entidades internacionais, como forma de garantir uma abordagem coordenada e eficaz para a administração do Kosovo. O Pilar I, liderado pelas Nações Unidas, focou-se na Polícia e Justiça. A criação da Polícia do Kosovo (KPS) foi uma das principais tarefas deste pilar, que incluiu a formação de novas forças policiais, o estabelecimento de padrões profissionais e éticos, e a reforma do sistema judicial. A ONU trabalhou em estreita colaboração com a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) para garantir que a KPS fosse capaz de operar de acordo com os princípios democráticos e respeitasse os direitos humanos (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012a).

O Pilar II, também sob a liderança da ONU, dedicou-se à Administração Civil. A UNMIK assumiu a responsabilidade pela administração direta do território, estabelecendo um governo provisório e criando as bases para a autogovernança democrática. Este pilar foi essencial para garantir que a transição do controle iugoslavo para a administração internacional fosse realizada de forma ordenada e que as instituições locais fossem capacitadas para assumir gradualmente as responsabilidades governamentais (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012a). O Pilar III, liderado pela OSCE, concentrou-se na Democratização e Construção de Instituições. A OSCE desempenhou um papel crucial na promoção da democracia no Kosovo, supervisionando eleições, promovendo a participação cívica e assegurando que as instituições emergentes fossem inclusivas e representativas de todas as comunidades étnicas. Além disso, a OSCE foi responsável pela formação de novos líderes e pela implementação de reformas que garantissem o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

O Pilar IV, sob a liderança da União Europeia, focou na Reconstrução e Desenvolvimento Econômico. A revitalização da economia do Kosovo foi uma prioridade, dado o estado de devastação deixado pelo conflito. A União Europeia, em coordenação com a ONU, implementou programas destinados a restaurar a infraestrutura básica, fomentar o crescimento econômico e atrair investimentos estrangeiros. Esses esforços foram cruciais para estabilizar a região e promover um desenvolvimento sustentável a longo prazo (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012a).

2.4.2 OSCE

A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), fundada em 1975 com a assinatura do Ato Final de Helsinque, evoluiu consideravelmente nas décadas seguintes, assumindo um papel crucial na segurança regional, especialmente após o fim da Guerra Fria. Nos anos 1990 e início dos anos 2000, a OSCE ampliou sua atuação na prevenção de conflitos e na reconstrução pós-conflito, desempenhando um papel vital em situações de crise como a do Kosovo.

Durante o período de conflito, a OSCE estava ativamente envolvida na região, monitorando as violações de direitos humanos e buscando soluções diplomáticas para a crise. Como mencionado previamente, com a adoção da Resolução 1244 do CSNU, a OSCE assumiu um papel central na reestruturação do Kosovo, integrando a UNMIK como o Pilar III, focado na Democratização e Construção de Instituições. (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012a) No cenário pós-conflito, a OSCE foi encarregada de supervisionar as primeiras eleições democráticas, um passo fundamental para legitimar as novas estruturas políticas e integrar as diferentes comunidades étnicas no processo governamental, além de dedicar-se à capacitação de líderes políticos e administrativos, oferecendo treinamento técnico para garantir o funcionamento eficaz e democrático das instituições emergentes. A promoção dos direitos humanos foi outro aspecto essencial do mandato da OSCE no Kosovo. A organização implementou programas destinados a fortalecer a proteção dos direitos fundamentais, com especial atenção às minorias étnicas, que estavam particularmente vulneráveis no contexto de tensões intercomunitárias (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012a). A OSCE também desempenhou um papel importante na reforma do sistema educacional, promovendo valores democráticos e incentivando a reconciliação entre as diversas comunidades.

No que tange a esfera da segurança, a OSCE, em parceria com a ONU, foi responsável pela formação e desenvolvimento da nova força policial do Kosovo, a Polícia do Kosovo (KPS). A organização trabalhou para garantir que a KPS operasse segundo padrões internacionais, com ênfase na imparcialidade e no respeito aos direitos humanos. Esse esforço foi essencial para construir a confiança da população nas instituições de segurança e para estabelecer uma força policial eficaz e legítima (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012a).

3.3.3 EULEX

A Missão da União Europeia para o Estado de Direito no Kosovo (EULEX) é uma das maiores e mais ambiciosas missões civis já lançadas pela União Europeia. Estabelecida em 2008, a EULEX foi projetada para apoiar e fortalecer as instituições de Estado de Direito do Kosovo, incluindo o sistema judicial, a polícia e o serviço alfandegário. A missão foi criada sob os auspícios da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da União Europeia, com o objetivo de promover a estabilidade e o desenvolvimento de um sistema de governança democrática no Kosovo. Por ter sido inserida no contexto após a ONU e OSCE, a EULEX pode trabalhar com uma base institucional mais consolidada (EULEX, 2022). Ademais, a ideia inicial era transferir as responsabilidades policiais da UNMIK inteiramente para a EULEX, mas dado contratempos e problemas internos, ocorreu uma divisão de responsabilidades pelo território do país, característica que será explorada posteriormente no trabalho (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012a).

O mandato da EULEX foi definido pelo Conselho da União Europeia, com base no convite das autoridades do Kosovo e em conformidade com a Resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU. O principal objetivo da missão é apoiar as autoridades do Kosovo no fortalecimento do Estado de Direito, com foco especial na justiça, na polícia e nas alfândegas. Isso inclui a supervisão, orientação e aconselhamento das instituições locais, além de realizar certas funções executivas onde necessário, para garantir a aplicação efetiva da lei e a proteção dos direitos humanos (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012a). Sua estrutura é composta por vários componentes principais, sendo a primeira a Divisão de Polícia da EULEX, que trabalha em estreita colaboração com a Polícia do Kosovo (KPS) para garantir a manutenção da lei e da ordem, combater o crime organizado e a corrupção, e melhorar as capacidades operacionais e de gestão da polícia local. A Divisão de Justiça é responsável por apoiar o

sistema judicial do Kosovo, promovendo a independência e a eficiência dos tribunais, supervisionando casos de crimes de guerra, corrupção e outros crimes graves (EULEX, 2022). A Divisão de Alfândegas auxilia na administração e reforma do sistema alfandegário, garantindo a arrecadação de receitas e combatendo o contrabando e outras atividades ilícitas (EULEX, 2022).

3. O PROCESSO DE REFORMA: ATORES INTERNACIONAIS E AS ENCARNAÇÕES DA AGÊNCIA LOCAL

O presente capítulo tem como objetivo analisar o extenso processo de reforma das forças policiais do Kosovo, por meio de uma abordagem cronológica que explora as principais medidas adotadas ao longo desse período. Além disso, discutirá os desafios políticos e operacionais enfrentados, como os atritos com o governo sérvio e episódios de violência étnica. A seção está dividida em três partes: a primeira apresenta uma análise dos Acordos de Rambouillet e da Resolução 1244, o documento orientador inicial da operação de paz no país, com foco em suas diretrizes para a reforma policial. Na segunda parte, examina-se o desenvolvimento da reforma, começando com a liderança da ONU e da OSCE no processo de reestruturação policial, seguido pela entrada da EULEX na terceira parte, que complementa e amplia os esforços já em curso, especialmente após a declaração de independência do Kosovo.

3.1. AS PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO OTAN E DA ONU

3.1.1. Os Acordos de Rambouillet

Como exposto no capítulo anterior, o conflito se encerra com um acordo de paz entre as forças ocidentais e o governo Milosevic, alcançado em 3 de Junho de 1999, sendo proposto a saída das tropas sérvias do território. Na semana seguinte, também foi firmado o Acordo de Kumanovo, encabeçado pela KFOR, a representação oficial da OTAN na missão de paz da região, e no dia seguinte, o Conselho de Segurança das Nações Unidas formula a Resolução 1244, ordenando a entrada da ONU e outros organismos internacionais para iniciar os trabalhos de manutenção de paz e reconstrução do Kosovo e a orientação dos rumos que a missão de paz tomaria dali em diante.

A Resolução 1244 tornou-se o documento central que guiou a missão de paz e a reestruturação institucional no território (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012a). Ela possui como base as resoluções anteriores formuladas no CSNU (1160, 1199, 1203, 1239) e os Acordos de Rambouillet, formulados pela OTAN (CSNU; 1999). Todos estes anteriores propunham medidas mais imediatas, almejando a mitigação a curto prazo das atrocidades cometidas durante o período beligerante, como a retirada imediata de tropas em solo, condenação dos crimes e seus responsáveis e a garantia da proteção de civis ainda presentes no Kosovo, ou deslocados à força. Os Acordos de Rambouillet, porém, já apontavam para outros campos voltados ao pós-conflito.

Esses acordos, apesar de não terem sido acatados inicialmente pelos sérvios (pelo contrário, sendo estes um catalisador para a escalada maior do conflito e levando a um extenso bombardeio pela OTAN)², são importantes tanto para uma maior compreensão dos eventos transparecidos, mas também para futuras medidas propostas pela comunidade internacional para a resolução do conflito, voltadas para o campo da Reforma do Setor de Segurança..

O Artigo I do primeiro capítulo do Acordo de Rambouillet formulado pela OTAN já apontava para princípios democráticos e de autogovernança para a região, e seus artigos seguintes tratam de configuração da administração governamental, corpo jurídico e liberdades fundamentais (OTAN; 1999). Para além destes elementos, o documento pode ser separado entre os eixos militar, civil, econômico e jurídico (voltados aos futuros julgamentos na instância do Tribunal Penal da Antiga Iugoslávia), onde os militares se referem majoritariamente a retiradas de tropas e cessar fogo, econômicos ao planejamento inicial de reconstrução da esfera socioeconômica da região, e o civil, voltado a questões administrativas e institucionais do futuro corpo governamental.

Dentro do Artigo XI, Entrada de Força, se encontra o campo temático de polícia e segurança pública, onde as recomendações para essa frente são feitas. Tais medidas

² Os Acordos de Rambouillet são vistos de forma extremamente crítica pela academia como uma forma cínica de projeção de poder do EUA nos Balcãs, tanto devido a forma em que foram negociados, colocando os sérvios em uma posição de “aceitação ou bombardeio”, como pelas medidas propostas pela OTAN, como a leniência para os combatentes KLA, e pela proposta de livre-entrada e transição das tropas ocidentais, isentas de investigação mesmo se um combatente ou representante cometesse um crime grave (Sörensen, 2013; Sörensen. 2009, p. 215; Herring, 2000; Dauphinee 2003).

encontradas nesse artigo são os primeiros passos da reforma policial na região, com elementos que futuramente se concretizaram, como o papel monitorador da OSCE das atividades policiais realizadas pela comunidade internacional e pela futura polícia do Kosovo. Ademais, o documento também aponta para uma configuração de polícia comunal, tentando fugir do modelo ostensivo mencionado no capítulo anterior. A OTAN expõe:

1. À medida que se desenvolverem, as unidades de polícia comunitária, organizadas e posicionadas nos níveis municipal e comunal, assumirão a responsabilidade primária pela aplicação da lei em Kosovo. As responsabilidades específicas da polícia comunal incluirão patrulhas policiais e prevenção de crimes, investigações criminais, prisão e detenção de suspeitos de crimes, controle de multidões e controle de tráfego.

2. Número e composição. O número total de policiais comunitários estabelecidos por este Acordo operando em Kosovo não excederá 3.000 policiais em serviço ativo. Entretanto, o CIM terá autoridade para aumentar ou diminuir esse limite de pessoal se determinar que tal ação é necessária para atender às necessidades operacionais. Antes de tomar qualquer medida desse tipo, o CIM deverá consultar a Administração da Justiça Criminal e outros funcionários, conforme apropriado. As comunidades nacionais em cada comuna devem ser representadas de forma justa na unidade de polícia comunal. (OTAN, 1999, p.28).

Também ganha foco no documento o elemento de treinamento dos novos cadetes que integrariam a força, já propondo a “Academia de Polícia Interina”, onde inicialmente, “tal treinamento seria lecionado por chefes de delegações internacionais, até que o corpo policial local tenha se desenvolvido completamente” (OTAN,1999).

O documento delimita também um esboço de modelo de operacionalidade das forças, na qual essas seriam autoridade exclusiva sobre a aplicação da lei, substituindo gradualmente a presença das forças policiais da Sérvia (MUP), exceto em funções limitadas de policiamento de fronteira. Durante o período de transição, o MUP seria restrito a funções policiais civis sob a supervisão internacional, e qualquer interferência poderia resultar em sanções. A nova força policial kosovar seria, portanto, o único órgão de segurança interna após a retirada completa das forças sérvias e depois dos ciclos de formação de hierarquia, garantindo a autonomia do Kosovo em questões de segurança pública. Além disso, o acordo especificava os procedimentos de aplicação da lei em situações excepcionais, como perseguições criminais, prevendo uma coordenação entre as autoridades federais e kosovares em casos de perseguições transfronteiriças, com regulamentações detalhadas sobre os limites e as armas que poderiam ser utilizadas (OTAN; 1999).

A principal diferença entre as propostas iniciais da OTAN e os planos formulados no âmbito na UNMIK/ONU se encontra na presença da KFOR na esfera da segurança pública, onde essa cobriria muito mais funções que acabaram sendo delegadas à jurisdição da chefiada pela ONU, como o monitoramento conjunto com a OSCE, recrutamento, aconselhamento do topo da cadeia de comando e presença em órgãos jurídicos como a “Administração Criminal de Justiça” e a “Comissão Criminal de Justiça” (OTAN; 1999). Basicamente, o documento coloca a OTAN como ponta de lança de toda a operação, em uma tentativa de se projetar ainda mais nos Balcãs como um polo de poder político (Sorensen; 2013). Além disso, é necessário colocar também um outro ponto em que a OTAN teve protagonismo através da KFOR ao longo dos anos 2000 na frente policial, mesmo com a perda de liderança no processo de manutenção de paz, sendo no caso, a questão fronteiriça.

Com base no exposto, já era possível perceber a influência do modelo de RSS, estipulado inicialmente pela OTAN, nos Acordos de Rambouillet, sobretudo no que diz respeito à estruturação das operações policiais e à transição de poder. No entanto, muitas das diretrizes estipuladas nos acordos se encontraram presentes na Resolução 1244, que aprofundou e ampliou essas propostas. Uma das diferenças mais marcantes entre as duas abordagens é a ausência da questão étnica em Rambouillet. Enquanto os Acordos de Rambouillet tratavam de medidas imediatas e de curto-médio prazo, focando em questões técnicas de segurança e retirada das forças sérvias, não abordaram diretamente a complexa reconciliação entre albaneses e sérvios. Isso pode ser entendido, em parte, pela dificuldade de se resolver tal conflito em um prazo tão curto. Em contrapartida, a Resolução 1244, adotada pelo Conselho de Segurança, coloca a questão étnica como um ponto central para a estabilização duradoura da região, reconhecendo a necessidade de sua abordagem desde o início da operação de paz. A reconciliação interétnica, além de compor um dos principais pilares da missão da ONU, também foi essencial para a formulação de uma nova força policial local, com o objetivo de refletir a diversidade e garantir a segurança de todas as comunidades no Kosovo.

3.1.2 A Resolução 1244

A Resolução 1244, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU em 10 de junho de 1999, marcou um ponto de inflexão no processo de estabilização do Kosovo, após os intensos conflitos na região dos Balcãs. Aprovada em meio à intervenção da OTAN e ao colapso do controle sérvio sobre o território, a resolução estabeleceu as bases legais para a criação de

uma missão de administração internacional no Kosovo, com o objetivo de garantir a segurança, promover a reconstrução institucional e facilitar a transição para um governo local (Schwabach; 2000). Essa resolução muda o paradigma do conflito por duas razões iniciais: insere a ONU novamente no tabuleiro, depois de ter sido deixada para um papel secundário pela OTAN no período da intervenção militar, e por mudar o caráter militar para um civil da missão de paz no território (Murphy; 2013). Outrossim, é através dela que surge a necessidade de uma abordagem que reconhecesse e tratasse as tensões étnicas entre sérvios e albaneses, definindo diretrizes para a construção de uma nova força policial multiétnica e para o restabelecimento da ordem pública.

A Anistia Internacional (1994) relata sobre violência policial na antiga Iugoslávia, oferecendo uma visão detalhada sobre a escalada de abusos cometidos pela polícia sérvia contra a população albanesa no Kosovo, antes do início da guerra civil. Seu relatório destaca que, desde o início de 1994, houve um aumento substancial nos casos de brutalidade policial na província, com policiais, em sua maioria sérvios, frequentemente agredindo etnias albanesas, seja durante prisões ou em batidas nas suas casas, especialmente em relação a líderes políticos e educadores que se opunham ao regime de Belgrado (Anistia Internacional, 1994). As vítimas mais frequentes eram membros de partidos políticos albaneses, como o Partido da Liga Democrática do Kosovo, e professores que se recusavam a seguir o currículo imposto pela Sérvia após a revogação da autonomia de Kosovo em 1990 (Anistia Internacional, 1994).

As tensões interétnicas no Kosovo cresceram em grande parte devido a esse tratamento violento, agravando a rejeição da maioria albanesa no território ao governo de Belgrado. As prisões, frequentemente sem motivo claro, eram seguidas de torturas e maus-tratos, como no caso de vários líderes locais que precisaram de tratamento médico após serem espancados pela polícia, como relatado no caso de Fetah Berisha e seus companheiros. O documento da Anistia Internacional (1994) destaca ainda que essas práticas violavam as normas de direitos humanos reconhecidas internacionalmente, como as estipuladas pela legislação nacional da antiga Iugoslávia e pelas convenções internacionais.

Sobre as propostas de curto-prazo, focadas em trazer um fim ao conflito e a retirada de tropas do território, a resolução se mostra bem similar ao que foi definido com os acordos de Rambouillet, demandando a saída de toda unidade militar, paramilitar e policial sérvia do Kosovo, e dirigindo aos grupos armados o mesmo pedido de cessar-fogo. Sobre tais grupos, a

ONU recomenda , a partir de negociações com membros destes com delegações da OTAN e EUA, que parte de seu contingente fosse reintegrado nas novas instituições detentoras do direito de uso da força, como exército e polícia (Herring; 2000). Como mencionado previamente, enquanto Rambouillet focava mais no campo militar e em projetar a OTAN como uma peça poderosa no Leste Europeu, a Resolução 1244 buscava trazer mais das capacidades da comunidade internacional em participar do processo de reconstrução do país e da manutenção da paz por lá (Yannis; 2002). Sobre a comunidade internacional e seu papel nessa tarefa, o documento:

autoriza o Secretário-Geral, com a ajuda de organizações internacionais relevantes, a estabelecer uma presença civil internacional em Kosovo, a fim de fornecer uma administração provisória para o Kosovo, sob a qual o povo de Kosovo possa desfrutar de uma autonomia substancial dentro da República Federal da Jugoslávia, e que fornecerá uma administração transitória enquanto estabelecer e supervisionar o desenvolvimento de instituições democráticas provisórias de autogoverno para garantir condições para uma vida pacífica e normal para todos os habitantes do Kosovo. (UNMIK; 1999, p. 4).

Em seguida, colocam as principais responsabilidades da comunidade internacional para com a missão da UNMIK, como administração pública temporária, provisão de recursos em auxílio a deslocados, promoção dos direitos humanos no Kosovo e observação de futuras eleições locais. Entre os objetivos destacados, a comunidade internacional também se encarrega de “manter a lei e a ordem civil, inclusive estabelecendo forças policiais locais e forças policiais locais e, enquanto isso, por meio do envio de pessoal da polícia internacional para servir em Kosovo” (UNMIK; 1999, p. 4).

Embora a proposta das Nações Unidas tenha sido bem recebida por muitos membros da comunidade internacional ocidental como um passo fundamental para a estabilização do Kosovo, com uma missão de escopo e complexidade sem precedentes (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012a), o documento foi criticado na época por seu caráter vago e pela falta de definições claras sobre o status final do território. Essa vagueza, que tinha como objetivo permitir maior liberdade de planejamento para os diferentes organismos internacionais envolvidos, como a OSCE na reforma da polícia, acabou gerando incertezas operacionais. A ausência de um posicionamento claro sobre o status de independência do Kosovo foi uma dessas lacunas, deixando ambos os lados do conflito — sérvios e albaneses — insatisfeitos e propensos a questionar a eficiência da resolução em promover uma solução definitiva (Murphy, 2013). Essa indefinição teve impactos duradouros, dificultando o estabelecimento

de uma ordem política estável no longo prazo, já que as tensões étnicas continuaram a alimentar descontentamentos e a fragilizar a paz³.

Do ponto de vista europeu, a resolução serviu como um marco no desenvolvimento de uma estratégia comum de segurança e defesa. Para muitos países da UE, a intervenção e a estabilização do Kosovo tornaram-se uma prioridade, refletindo o desejo de evitar novos conflitos no continente. Ao mesmo tempo, com a inserção de atores como a OSCE e, futuramente, a EULEX, o rumo que a operação de paz toma traz consigo a possibilidade de uma nova arquitetura de segurança europeia com possibilidade de maior independência da OTAN frente aos EUA (o que não se concretizou com o passar dos anos). A aplicação da Resolução 1244, portanto, teve implicações mais amplas na forma como essas potências conduziram suas políticas externas na região, mostrando a interdependência entre segurança internacional e política interna dos países envolvidos (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012a).

3.2. A PRIMEIRA ETAPA: ONU E OSCE, REESTRUTURAÇÃO HIERÁRQUICA, TREINAMENTO E MONITORAMENTO

A primeira etapa da reforma das forças policiais do Kosovo, conduzida pela UNMIK e pela OSCE, representa o início de um esforço multilateral para reorganizar e modernizar a estrutura de segurança no território, logo após os intensos conflitos que marcaram a região. O foco inicial dessa fase foi a reestruturação hierárquica das forças policiais locais, acompanhada de um extenso processo de treinamento e monitoramento. A criação de uma polícia que fosse não apenas profissional, mas também multiétnica, foi um dos principais objetivos, onde tal processo visava restaurar a ordem pública e, ao mesmo tempo, promover uma força policial que refletisse a diversidade cultural e étnica do Kosovo. Como mencionado no tópico acerca da UNMIK, a missão foi dividida em uma estrutura de 4 pilares, sendo o primeiro, de Polícia e Justiça, estando sob responsabilidade direta da ONU, com as outras OIs, responsáveis por diferentes pilares, participando do tema policial de forma auxiliar, com destaque a OSCE (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012a).

³ O caráter vago da Resolução 1244 foi um dos principais pontos de contingência no parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça acerca da legalidade da declaração de independência do Kosovo em 2008 (Murphy; 2013).

No planejamento original da UNMIK para a polícia, a Kosovo Police Service iniciaria como uma unidade de apoio ao grupo internacional de policiais em atividade no Kosovo, onde gradualmente com o avanço do desenvolvimento da unidade, essa iria tomando conta de todas responsabilidades pertinentes a realidade policial, incluindo a realização de patrulhas, gerenciamento de estações, serviços de trânsito, policiamento comunitário, policiamento de fronteiras e treinamento policial (UNMIK; 2004). O principal papel da OSCE na frente policial durante esse período foi o recrutamento dos novos policiais, focando na distribuição étnica proposta na Res.1244, e no treinamento dos cadetes na Kosovo Police Service School (KPSS), em coordenação com o Comissário-Chefe de Polícia da UNMIK (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012a).

O processo de recrutamento inicial, além de levar em conta o equilíbrio étnico das futuras unidades, incorporou também uma abordagem que trouxesse uma menor disparidade de gênero. Ademais, foi incorporado ao elemento de recrutamento a presença da KLA (Exército de Libertação do Kosovo), tanto nas forças policiais como as militares, como resultado dos movimentos realizados pela OTAN e EUA durante Rambouillet, delegando o futuro de parte da segurança pública do Kosovo aos combatentes (Sorensen; 2013). A meta inicial de minorias a serem recrutadas era de 15% dos agentes, meta essa mantida até 2006, quando ocorreu a mudança de responsabilidades da missão civil internacional na polícia para a União Europeia (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012b). Nos primeiros momentos da missão da UNMIK, os pilares responsáveis pela polícia ainda não estavam completamente estruturados, e se demandava tempo de treinamento dos novos recrutas antes que se pudesse colocá-los em patrulhas, logo, a KFOR ficou responsável pelas atividades policiais enquanto a ONU estabelecia sua missão policial internacional e os primeiros treinamentos da KPS ocorriam (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012b). No início dos anos 2000, a polícia do Kosovo começa a ganhar forma, onde ao final deste ano, o corpo policial geral possuía 4000 agentes, sendo 331 membros ativos da KPS, com mais 50 em treinamento interino (UNMIK; 2000). Para o aumento do número de membros ativos, a missão procurou recrutar os policiais que foram expulsos pelo governo federal sérvio nos anos 90, os integrando nos novos padrões de procedimento estipulados pela missão de paz (Bennet, *et al*; 2012). A partir de 2001, já existiam divisões temáticas dentro da polícia como controle de fronteiras e unidades especiais (UNMIK, 2001). É nesse período também em que se estabelece o plano de transição de posse das responsabilidades da frente policial da UNMIK para o governo do Kosovo. O relatório das Nações Unidas sobre a UNMIK de 2001 afirma o seguinte:

Um programa, iniciado em setembro de 2000, para começar a converter o KPS em uma agência de aplicação da lei de espectro total, está sendo aperfeiçoado à luz das lições aprendidas até o momento e dos desenvolvimentos no terreno. O plano de transição consiste em quatro fases. A Fase 1 é a transferência das responsabilidades de patrulha. A Fase 2 é a transição das funções táticas, por meio da qual os membros do KPS se tornam supervisores de primeira linha. A Fase 3 é a transição das funções operacionais, em que os membros do KPS assumem cargos de gerência de nível médio. A Fase 4 é a transição estratégica, na qual os membros do KPS assumem cargos de gerência sênior. (ONU, 2001).

Os anos seguintes foram focados em concretizar o plano de transição e o arranjo multi-étnico da KPS. A missão procurava atingir todas as suas metas até o ano de 2006, período definido como o ideal para a KPS assumir total controle em todo o território (UNMIK, 2001). Ao final deste período, a KPS já assumia responsabilidade de 5 dos 6 sub-territórios do Kosovo definidos pela ONU no início do processo de reforma (sendo o sexto o norte, que possui particularidades específicas até hoje, dada sua proximidade com a Sérvia), e os relatórios realizados pelo Secretário Geral e pela comanda da UNMIK demonstraram satisfação com o desenvolver da reforma (UNMIK, 2005). É necessário ressaltar, porém, os percalços enfrentados durante esse primeiro período do processo, como observações e preocupações apontadas por outras OIs e episódios de falhas severas e desconfiança nos agentes de segurança pública ocorridas nesse recorte temporal.

De acordo com Crossley-Frolick e Ozkanca (2012a), através do relatório “Kosovo Internal Security Sector Review” elaborado pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) e pela Representação Especial do Secretário Geral no Kosovo sobre esse primeiro momento da reforma, sendo este o documento mais completo sobre percepção da população sobre a segurança no Kosovo. Duas preocupações iniciais foram levantadas: corrupção e a politização da KPS, e problemas na logística interna da operação em relação ao pessoal. (Crossley-Frolick, Ozkanca; 2012a, Apud PNUD; 2006).

O relatório aponta que a percepção pública sobre a UNMIK como um todo é “decepcionante” e que haveria muita mais a se fazer nas frentes econômicas e de Estado de Direito, ressaltando uma grande desconfiança nas instituições governamentais responsáveis por essa frente: O relatório expõe que:

há um medo generalizado de corrupção e interferência política no processo de justiça criminal, e com as instituições governamentais do Kosovo em geral, foi expresso com frequência. Além disso, havia a percepção de que as instituições de segurança não podem garantir a proteção de qualquer pessoa que queira resolver esses

problemas, seja por meio de um programa eficaz de proteção a testemunhas, ou no nível de proteção dos oficiais locais que desempenham funções básicas, como a aplicação de normas formação de Estado (PNUD; 2006).

Apesar do que foi dito acima, a pesquisa encontrou que a KPS era uma certa “exceção” ao caso, tendo uma resposta mais positiva por parte da comunidade, ainda que com ressalvas, principalmente por parte da comunidade sérvia que temia um movimento de politização das forças e uma representação ainda insuficiente da etnia dentro da hierarquia da polícia, principalmente em cargos mais importantes (PNUD; 2006). Outrossim, era evidente para o corpo responsável pela análise que “Deficiências na alta liderança, ... , e a constante movimentação de pessoal-chave, foram identificados como problemas que colocavam em risco a estabilidade institucional e prejudicavam o pensamento estratégico”. (Oskanca; 2012a, Apud PNUD; 2006).

O relatório acima, apesar de providenciar informações importantes e críticas da reforma até o momento em que foi realizado, ainda assim apresenta uma visão da própria ONU de como a reforma se encaminhava, podendo não refletir necessariamente a real percepção da segurança pública na época. Isso se torna evidente quando se analisa os casos mais severos de distúrbio na segurança pública do Kosovo e como os agentes responsáveis responderam a tais momentos.

Desde o fim da guerra civil, esporadicamente ocorreram episódios de violência étnica no Kosovo, desde incidentes pontuais até crises severas na segurança pública que acometem toda a arquitetura de proteção do país ao caos. Durante a primeira metade dos anos 2000, um evento marcou a história da região, conhecido como a “Rebelião de 2004”. O incidente consistiu no num violento tumulto promovido pelos albaneses em resposta a um suposto afogamento de 3 crianças por sérvios no norte do Kosovo, tal incidente tendo bases sensacionalistas e imprecisas (Human Rights Watch; 2004). De acordo com o Balkan Insight (2024), entre o dia 17 e 18 de março daquele ano, “dezenove pessoas foram mortas na violência interétnica: 11 albaneses e oito sérvios. Um total de 954 pessoas ficaram feridas, 4.100 foram deslocadas de suas casas e centenas de milhões de dólares em danos foram causados”.

O relatório da Human Rights Watch (HRW) sobre o caso colocou grande parte da culpa pelo escalonamento das tensões durante esse episódio foram de parte da mídia albanesa, promovendo um discurso nacionalista e anti-servio, que vinha radicalizando fortemente a

juventude albanesa, e das forças policiais da KFOR e UNMIK. O report explicita as reações destes agentes como:

As organizações de segurança em Kosova - KFOR, a polícia internacional da UNMIK e o KPS - falharam catastróficamente em seu mandato de proteger as comunidades minoritárias durante a violência de março de 2004 ... Em Svinjare, as tropas francesas da KFOR não conseguiram ajudar os sérvios sitiados, apesar de sua base principal estar a apenas algumas centenas de metros de distância - na verdade, a multidão de albaneses étnicos passou direto pela base para incendiar a aldeia ... Em Prizren, as tropas alemãs da KFOR não se mobilizaram para proteger a população sérvia e as muitas igrejas ortodoxas sérvias históricas, apesar dos pedidos de ajuda de seus colegas da polícia internacional da UNMIK, que mais tarde acusaram os comandantes alemães da KFOR de covardia. Em Kosovo Polje, a UNMIK e a KFOR não foram vistas em lugar algum enquanto multidões de albaneses queimavam metodicamente as casas dos sérvios. O vilarejo de Belo Polje, reconstruído nos arredores de Pec para abrigar os sérvios que retornavam, foi totalmente queimado, apesar de ser quase adjacente à principal base italiana da KFOR. Os soldados italianos da KFOR se recusaram a se aproximar dos sérvios sitiados, forçando-os a correr por várias centenas de metros em meio a uma multidão hostil de albaneses, antes que a KFOR os evacuasse ... Até mesmo na capital Pristina, os sérvios foram forçados a se barricar em seus apartamentos, enquanto manifestantes albaneses atiravam neles, saqueavam e queimavam os apartamentos abaixo e ao redor deles, por até seis horas, antes que a KFOR e a UNMIK viessem em seu auxílio. (Human Rights Watch; 2004).

A má-gestão da crise pelas entidades internacionais envolvidas deixou um trabalho imenso a ser enfrentado pela recém-estabelecida, mas ainda incompleta, KPS, que, além de estar em fase de estruturação, não dispunha do equipamento e do treinamento necessários para lidar com situações de grande gravidade e complexidade (Daltveit, 2007). Nesse contexto, a questão da politização da polícia no Kosovo, particularmente em relação às preocupações da comunidade sérvia, tornou-se evidente, como relatado pelo PNUD. Durante o episódio, algumas forças policiais tentaram seguir os protocolos para garantir a ordem, mas houve casos de omissão, nos quais agentes permaneceram inertes enquanto atrocidades ocorriam, além de registros de prisões arbitrárias de sérvios (Human Rights Watch, 2004).

Esse episódio evidencia que, desde o início da reforma, surgiram problemas críticos, incluindo dificuldades de logística operacional entre as diferentes forças responsáveis pela segurança pública e uma disparidade significativa de recursos entre elas. Em especial, revelou-se a insuficiência de preparo dos agentes que integrariam o futuro corpo policial do Kosovo, o que levanta questionamentos sobre as orientações, os treinamentos e o monitoramento realizados pela OSCE e ONU, bem como sobre o papel da inteligência da KFOR, que falhou em prever e mitigar a escalada de violência nas manifestações albanesas (Daltveit, 2007).

Com tantos retornos negativos vindos da comunidade do Kosovo, ONGs e de dentro da própria ONU, a missão precisou passar por reestruturações grandes, afetando o arranjo das forças policiais. Entre estas novas reconfigurações se encontram o desmantelamento do modelo de pilares inicial da UNMIK, na tentativa de passar maior posse institucional para o governo do Kosovo, deixando a KPS sob supervisão apenas da ONU e a implementação da “Inspeção da Polícia do Kosovo”, última responsabilidade da OSCE na frente de monitoramento, com a finalidade de garantir o compliance de todas as estações da polícia do território (Bennet, *et al*; 2012).

Ao final desse período inicial, por volta de 2007-2008, a operação policial no Kosovo funcionava sob a divisão de 6 regiões estratégicas, e 34 estações de comando, com a equipe da KPS composta por 8995 funcionários: 1 vice-comissário, 4 Vice-Comissário Assistente, 17 Coronéis, 27 Tenentes-Coronéis, 32 Majores, 92 Capitães, 306 tenentes, 863 sargentos, 5.818 policiais, 85 cadetes, 586 policiais de segurança e 1.164 funcionários civis pessoal (CUE; 2008). No que tange às OIs, a OSCE perde presença no processo de reforma, com a ONU contribuindo com reforços de pessoal e equipamento, e a KFOR ainda contribuindo majoritariamente com patrulha de fronteira e segurança no norte do Kosovo (CUE; 2008). Nessa configuração, a distribuição étnica da corporação girava em torno de 10% de kosovares sérvios e 6% de outras minorias étnicas (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012b).

A maior mudança no processo de reforma começaria a ocorrer em 2006, com o início da implementação da EULEX na manutenção da paz da região. Motivados por uma crescente na preocupação sobre corrupção e crime organizado no leste-europeu, a União Europeia procurava aumentar sua presença no Kosovo, sendo a ideia original uma substituição completa da UNMIK pela EULEX na gerência da operação de paz, porém, o consenso atingido foi o controle das frentes de justiça e polícia, com outros temas sendo coordenados em conjunto por ambas as partes (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012a).

3.3. SEGUNDA ETAPA: EULEX , DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA, NOVA DIVISÃO DE TRABALHO E “AUTO-GOVERNANÇA”

A segunda fase do processo de reforma das forças policiais no Kosovo marca uma transição significativa, que coincide com a Declaração de Independência do país em 2008 e a

intensificação da atuação da EULEX . Essa fase introduz uma nova divisão de trabalho entre as instituições locais e internacionais, com o objetivo de fortalecer a capacidade de autogovernança do Kosovo, especialmente no setor de segurança. Diferente do papel desempenhado pela UNMIK e pela OSCE na etapa inicial, que focou principalmente na reestruturação e formação da força policial, a EULEX assumiu a responsabilidade de monitorar, orientar e assessorar as autoridades locais, além de garantir que a transição para a soberania total fosse conduzida de forma estável e com respeito às normas de Estado de direito. Tal tarefa, porém, não teve um início estável, já que a UE necessitou enfrentar inicialmente as repercussões geradas pela declaração em 2008.

3.3.1. A Declaração de Independência do Kosovo e suas Repercussões no Território

Antes de abordar a segunda etapa da reforma, é crucial compreender o momento de declaração de independência do Kosovo, dado que com esse episódio, o Ministério de Assuntos Internos se torna um ator presente nesse tema, novas tensões inter-étnicas surgem e, a EULEX se torna completamente operacional apenas em 2009, precisando levar em conta as mudanças que surgiram com a declaração. A Declaração de Independência do Kosovo, proclamada em 17 de fevereiro de 2008, trouxe impactos profundos tanto no cenário local quanto no panorama internacional, dando mais um passo para a separação da Sérvia, após anos de administração internacional sob a égide da ONU e de intervenção militar da OTAN (Collins, 2022).

A principal mudança foi o estabelecimento de um governo plenamente independente, que passou a ser responsável por gerir os assuntos internos do Kosovo. Isso incluiu a criação de novas instituições nacionais, como ministérios e agências governamentais, responsáveis pela administração de setores-chave como saúde, educação, segurança e economia. O Kosovo também adotou sua própria constituição em 2008, que definiu o sistema político como uma república parlamentar e estabeleceu a separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (Collins, 2022). O destaque para a segurança pública seria o novo Ministério de Assuntos Internos, que se torna o principal responsável pelo tema no território. Com essa nova orientação na justiça e segurança, a KPS também passa por grandes mudanças para além de gerência da instituição, sendo renomeada apenas como Kosovo Police (KP), e o surgimento de uma nova instituição voltada para segurança: a Kosovo Security Force (KSF),

funcionando como um primeiro passo para um possível futuro Exército Nacional (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012b).

A declaração de independência teve consequências diretas nas tensões entre albaneses e sérvios, sendo alvo de críticas quanto à sua legalidade, especialmente por se chocar com o princípio da integridade territorial, consagrado na Carta das Nações Unidas e em outras normas internacionais (Collins, 2022). Esse princípio estabelece que o território de um Estado não pode ser alterado sem o consentimento desse Estado, o que, na visão da Sérvia e de seus aliados, incluía o Kosovo. O governo sérvio argumentou que, como parte integrante de seu território, a declaração unilateral de independência era ilegal e uma violação direta de sua soberania. Outros países, como Rússia e China, também se opuseram, alegando que tal declaração poderia criar precedentes perigosos para outras regiões separatistas no mundo (Collins, 2022). Outro ponto central no questionamento da legalidade envolveu a interpretação da Resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU, aprovada em 1999. A resolução estabeleceu o Kosovo como uma província autônoma da Sérvia, mas sob administração internacional (Schwabach; 2000). Os opositores da independência alegavam que a Resolução 1244 preservava a soberania da Sérvia sobre o Kosovo, enquanto os defensores da independência argumentavam que a resolução não impedia uma eventual solução que levasse à autodeterminação, considerando o contexto pós-conflito e as dificuldades de reintegração com a Sérvia (Murphy; 2013).

Em 2008, a Sérvia solicitou à Assembleia Geral da ONU que submetesse à Corte Internacional de Justiça (CIJ) a questão da legalidade da declaração de independência. Em 2010, a CIJ emitiu um parecer consultivo, no qual afirmou que a declaração de independência do Kosovo não violava o direito internacional (Murphy; 2013). A CIJ argumentou que o direito internacional, em sua forma geral, não proibia declarações unilaterais de independência, e que a Resolução 1244 não impunha restrições explícitas a tal ato. Embora a CIJ tenha se limitado a avaliar a legalidade da declaração em si, sem abordar as consequências políticas ou a questão do reconhecimento internacional, essa decisão foi amplamente considerada uma vitória para o Kosovo e seus apoiadores (Murphy; 2013).

Nos momentos seguintes à declaração de independência, a insatisfação e revolta, tanto do governo sérvio quanto da população presente principalmente no norte do Kosovo, se manifestou de inúmeras formas, umas mais tumultuosas que outras. Sobre os momentos seguintes, o relatório anual da UNMIK relata que:

Como expressão de sua insatisfação, os sérvios de Kosovo expandiram seu boicote às instituições de Kosovo para incluir a polícia, o judiciário, o transporte e as administrações municipais. Os policiais sérvios do Serviço de Polícia do Kosovo (KP) deixaram seus postos em vários municípios do sul do país, enquanto os sérvios do Kosovo do KP no norte do Kosovo continuaram a se reportar à polícia internacional da UNMIK polícia internacional. (UNMIK; 2008).

A partir deste momento e até os dias atuais, os sérvios dentro do Kosovo procuram instituições e lideranças paralelas, principalmente ao norte do Kosovo, em parte também graças a influência do Estado sérvio em figuras de liderança locais e até mesmo dentro de instituições oficiais do Kosovo, incluindo a própria polícia (Balkan Insight; 2024, Ozkanca; 2012). O boicote feito por policiais sérvios de dentro da KPS incluiu “contratos com o Ministério de Assuntos Internos da Sérvia (MUP) da Sérvia, em abril de 2009, para receber salários de aproximadamente £340 de Belgrado da folha de pagamento do MUP” (Ozkanca; 2012, adip, Kosovar Institute for Policy Research and Development; 2009). Apesar de certos entendimentos terem sido atingidos entre Pristina e Belgrado com o Acordo de Bruxelas em 2013, a situação ainda é tensa entre as partes⁴, com crescente no tom de discursos de líderes dos dois países desde o final dos anos 2010 (BBC; 2023).

3.3.2. O Impacto da EULEX na KP Pós-Independência

Passada a crise inicial desencadeada pela declaração de independência, a União Europeia pôde finalmente avançar com seu planejamento inicial para operações no Kosovo, aproveitando o cenário estabilizado para estabelecer a EULEX como a maior missão civil da UE, com um mandato focado em fortalecer o estado de direito e apoiar as instituições kosovares na administração da segurança pública (Collins; 2022). Esse movimento marcou uma nova etapa para o país, em que a supervisão europeia buscava complementar e eventualmente substituir o papel das Nações Unidas, assumindo uma posição central na liderança do processo de "state-building". A implementação da EULEX trouxe um modelo

⁴ “Um total de 99 dos 193 países da Organização das Nações Unidas (ONU) já reconheceram a independência de Kosovo, incluindo os EUA, o Reino Unido e 22 dos 27 países da União Europeia (UE). Mas a Rússia e a China, que não reconhecem, bloquearam a filiação de Kosovo à ONU. E o presidente sérvio, Aleksandar Vucic, prometeu que a Sérvia nunca reconheceria Kosovo como independente” (BBC; 2023).

mais abrangente de monitoramento, orientação e assessoria para a KPS, visando a criação de uma força policial autônoma e alinhada com padrões europeus de governança e segurança.

Apesar de ter sido considerada uma missão de sucesso, principalmente na frente de reformas e state-building, os inúmeros casos de ineficiência de garantia de segurança pública em momentos caóticos contribuíram para a substituição de da ONU pela UE na liderança de um mandato internacional no Kosovo. Além do exemplo dos confrontos de 2004, em 2007 outro episódio trágico ocorreu, onde dois policiais Romani atiraram em civis durante protestos liderados por um partido albanês radical (Collins; 2022). Esses dois casos e outros menores mancharam a imagem da ONU como uma organização capaz de garantir a ordem em um ambiente tão instável e beligerante (Collins; 2022) e, aliado ao desejo da União Europeia de desenvolver uma arquitetura de segurança internacional mais independente da OTAN e tendo protagonismo em cenários de instabilidade (Zupančič, *et al*; 2017), negociações de uma transferência de liderança se iniciaram em 2006 (Collins; 2022).

A chegada da missão europeia e o atingimento de seu estado de operacionalização total porém foi bastante conturbada, levando cerca de dois anos para concluir essa etapa inicial. A razão inicial é política, envolvendo a declaração de independência, visto que sem o reconhecimento de nações como China e Rússia, qualquer movimento dentro do Conselho de Segurança proposto seria vetado, fenômeno este também presente dentro da própria comunidade europeia, onde o status do Kosovo também não era (e ainda não é) consensual (Collins; 2022). A segunda razão para essa extensa janela de tempo é logística, dado que o contato entre as duas missões foi bastante conturbado na questão de documentação (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012a). Processos jurídicos em aberto com documentação má-organizada, materiais e dados obsoletos dificultaram, e a burocracia interna de ambas as organizações travaram o processo inúmeras vezes (Collins; 2022). No que tange documentos e dados obsoletos, estes elementos forçaram a EULEX a realizar um diagnóstico extenso de todo trabalho já realizado pela UNMIK (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012a).

Como dito anteriormente, a operacionalidade da EULEX só atinge capacidade total a partir de 2009, onde já neste ano, a representação da UE apresenta um diagnóstico do que há de ser melhorado na polícia do Kosovo (EULEX; 2009). O primeiro problema apontado pela entidade sobre a KP foi acerca da liderança das forças, que não apresentavam nível técnico suficiente para elaborar um direcionamento estratégico holístico para combater problemas como a corrupção e o crime organizado dentro do território (EULEX; 2009). Ademais, se

mostrava necessário também o desenvolvimento de uma equipe de inteligência própria com contato direto e rápido com as lideranças da KP, sem depender dos agentes internacionais da ONU e OTAN (EULEX; 2009). Esse ponto em específico demonstrava ainda um grande grau de dependência das forças policiais locais em relação às OIs, condição essa que também afetava a eficiência do trabalho em fronteiras, tarefa majoritariamente responsável pela KFOR, que focava demais na divisa com a Sérvia, local com foco maior de conflitos e crises (EULEX; 2009). A questão fronteiriça foi um ponto focal para a EULEX no início, dado que o crime organizado nos Balcãs já mostrava um alto grau de internacionalização ao final dos anos 2000, envolvendo atividades como tráfico de drogas e de pessoas por todo o território europeu, levantando sérias preocupações dos tomadores de decisão da UE (EULEX; 2009). Um ponto bastante elogiado nesse diagnóstico inicial seria a diversidade dentro da KP até o momento, onde o número atingido estava próximo as metas iniciais da OSCE para a representatividade dos sérvios dentro da força (EULEX; 2009). A presença de outras etnias, porém, não é mencionada no texto.

Com esse diagnóstico inicial, o papel da EULEX se inicia na reforma das polícias do Kosovo, porém, a missão procurou uma abordagem diferente da adotada pela ONU e OSCE que haviam liderado o processo anteriormente. A missão europeia e seus comandantes tomaram um papel muito mais consultivo e distante do que seus antecessores, buscando um papel mais secundário e dando o protagonismo para as forças locais (Bennet, *et al*; 2012). Isso fica bastante evidente em seu escopo inicial, onde o contingente pessoal da EULEX apresentava apenas 1600 membros participando da frente policial, em contrapartida, a UNMIK em 2001 apresentava mais de 4000 membros nessa frente (Bennet, *et al*; 2012). Esse contingente reduzido evidenciou uma das primeiras falhas da operação europeia no Kosovo: o número de agentes ativos foi insuficiente para monitorar toda a KP. A EULEX conseguiu acompanhar efetivamente apenas três lideranças e suas respectivas equipes, deixando de lado o monitoramento das patrulhas (Bennet et al., 2012).

Entre 2009 até o momento da nova reestruturação da frente policial na operação de paz, a EULEX se tornou a maior participante externa no tema em todo o Kosovo (com permissão de uso de poder coercitivo caso fosse necessário), exceto no norte, que ainda demandava atenção particular (Crossley-Frolick; Ozkanca; 2012a). Nas áreas mais próximas à Sérvia, com concentrações de comunidades sérvias, a UNMIK ainda manteve uma forte

presença, aliada a KFOR que continua ativamente na segurança da fronteira (Crossley-Frolick, Ozkanca; 2012; KFOR, 2023).

A maior crise enfrentada nesse período foi em 2011, quando o governo do Kosovo, através da KP, toma diversos postos administrativos de controle fronteiriço para si, sem notificar ou consultar o governo da Sérvia ou a KFOR e EULEX (OSW; 2011). Esse ocorrido possui antecedentes políticos envolvendo negociações entre as partes anteriormente naquele ano, sendo esses diálogos as primeiras tentativas de contato e negociação desde a declaração de independência (OSW; 2011). As negociações no momento tratavam de comércio e aprovação de produtos entre os países (na época, o comércio entre Belgrado e Pristina estava bloqueado, com a Sérvia barrando importações oriundas do Kosovo).

Esse momento é importante por alguns fatores. Em primeiro lugar, expõe uma independência do governo e seu controle da polícia não vista anteriormente, onde tal instituição foi usada para garantir os interesses locais, indo até contra a comunidade internacional que lhe auxiliou em compor a força. Em seguida, se torna o primeiro momento de grande condenação das decisões tomadas pelo governo do Kosovo independente. Por último, é a primeira grande manifestação da visão que Pristina tem sobre a comunidade internacional e a questão do Norte do Kosovo, onde os líderes interpretam que, apesar de lhes fornecerem grande ajuda, as OIs nunca serão capazes de garantir que o governo do Kosovo consiga soberania e controle completo no norte do país, os levando a tomar medidas mais drásticas para atingir esse objetivo (International Crisis Group; 2011). O analista Marko Prelec, através da ONG “International Crisis Group” (2011), diz que:

“O Kosovo não acredita mais que a comunidade internacional, especialmente a UE e sua missão de Estado de Direito (EULEX), devolverá o norte. Ele não se dá conta da profunda oposição ao seu governo entre os sérvios que vivem lá. Ao pressionar a KFOR a fechar a fronteira para o tráfego comercial, impedindo o contrabando, Pristina acredita que fez mais para recuperar o norte em um dia do que seus parceiros internacionais fizeram em quase três anos.”

O movimento de Pristina acarretou em inúmeros protestos e confrontos entre sérvios do Norte e a KP, demandando intervenção direta da OTAN para mitigar o caos. A EULEX voltou a se envolver na crise apenas para negociar um novo arranjo de patrulhamento das fronteiras, um que integrasse mais a KP a ação (Balkan Insight; 2011). O que ficou estabelecido foi a

presença de membros da KP em um dos portões de Jarinje, inspecionando veículos não comerciais (Balkan Insight; 2011).

O modelo de operação continuaria dessa forma até 2012, quando passaria por uma reestruturação dividida em duas partes: a Divisão Executiva e a Divisão de Fortalecimento, a última focando nos temas de justiça, segurança e costumes (Zupančič, *et al*; 2017). Aliado a isso, a EULEX buscou pela primeira vez aumentar sua presença no norte para garantir que seus objetivos fossem atingidos pela região também. Os anos 2010 também trouxeram um foco maior na inteligência da polícia do Kosovo, com a implementação de um novo modelo de policiamento aliado ao comunitário: o Intelligence-Led Policing (EULEX; 2017). Tal modelo busca uma abordagem mais analítica e quantitativa de criminologia para prevenção de crimes, procurando também melhorar a efetividade do planejamento estratégico do comando das forças (Burial of Justice Assistance; 2009). Sua efetividade, porém, não é alvo de elogios, já que o modelo depende de expertise nas áreas de tecnologia e ciência de dados, além de equipamentos e computadores avançados que demandam muito custo (EULEX, 2021). As rodadas porém, não trouxeram resultados, logo a importação na Sérvia se manteve bloqueada, levando as autoridades em Pristina a não só bloquear o fluxo comercial da mesma forma, mas também a tomar dois postos de controle fronteiro que estavam sob os cuidados da EULEX, após alegar que a mesma não respeitou as ordens do governo (Balkan Insight, 2011).

Os anos seguintes viram poucas alterações na maneira em que a comunidade internacional interage com o avanço da KP, tendo em vista a organização conseguiu um nível desejável de autonomia na avaliação da UE, com a EULEX ainda focando no trabalho de mentoria do comando contra a corrupção e o crime organizado em foco (EULEX, 2019). O final dos anos 2010 apresenta, na verdade, uma perda de presença da EULEX, seguindo o objetivo de garantir que instituições locais pudessem garantir o Estado de Direito no Kosovo (Smith, 2021). Esse fenômeno foi sentido com mais força no âmbito jurídico, onde todos os juízes fornecidos pela UE foram substituídos por locais no ano de 2019 (Smith, 2021). No que tange a polícia, a EULEX aumentou sua presença no norte, enquanto deixou o dia-a-dia administrativo e de patrulha do resto do país nas mãos das forças locais (Smith, 2021).

É necessário deixar claro que qualquer sucesso que a missão europeia tenha tido, seja na frente policial, jurídica ou administrativa, não se refletiu no Norte do país, onde tanto a EULEX quanto a UNMIK não conseguiram atingir uma presença política efetiva. Dada a grande quantidade de instituições e costumes paralelos na área, as missões não obtiveram

capilaridade necessária para uma atuação efetiva nas frentes de reforma e state-building como ocorrera no resto do país (Collins, 2022). Por ser um palco de disputas políticas constantes, a região de Mitrovica representa a grande falha de toda a operação de paz (Collins, 2022), por mais razões que serão exploradas no próximo capítulo.

3.4. O FIM DOS ANOS 2010 E INÍCIO DOS 2020: O MOMENTO ATUAL E A RETOMADA DO ATRITO

A disparidade de eficiência entre o norte e o resto do Kosovo se manteve ao longo de toda a década de 2010, com os resultados mais significativos da EULEX concentrados nas áreas de maioria albanesa. Nesse contexto, dois elementos ganham destaque nos últimos anos da década: a expansão da Inspeção da Polícia do Kosovo e a tentativa de entrada na Interpol, que refletem o esforço contínuo do país para consolidar sua posição no cenário internacional. A PIK (Police Inspectorate of Kosovo), começou a ser idealizada pela OSCE, mas foi se tornar operacional apenas em 2010, durante o início do mandato da EULEX (PIK; s.d). Como o nome já revela, é o corpo responsável pelo monitoramento de possíveis atividades ilícitas dentro da corporação, relatando todo o seu trabalho para o Ministério de Assuntos Internos e para a EULEX (PIK; s.d). Com o passar da década, a EULEX buscou investir mais recursos nesse órgão, a fim de garantir maior compliance da corporação e colaborar mais com o Ministério de Assuntos Internos (EULEX; 2012).

O outro elemento internacional que interage com a polícia do Kosovo nesse momento é a Interpol, a principal organização de cooperação policial global, que desempenha um papel vital na coordenação de esforços contra crimes transnacionais, como tráfico de drogas, terrorismo e cibercrimes. Ao longo dos últimos 14 anos, o Kosovo teve sua entrada na Interpol negada três vezes, com a mais emblemática tendo sido em 2018, onde o Kosovo fez uma grande campanha diplomática defendendo sua entrada, alegando a necessidade de maior coordenação entre os países da Europa no combate contra o crime organizado no Leste-Europeu (Global Initiative Against Organized Crime; 2023). Todas as tentativas de entrada, porém, foram negadas devido ao status ainda nebuloso acerca da independência do Kosovo e sua condição como país soberano, disputada pela Sérvia, Rússia, China e outros países membros da UE (Global Initiative Against Organized Crime; 2023).

A disputa pela Interpol se enquadra como mais uma peça das tensões diplomáticas que ainda perduram entre Kosovo e Sérvia, com avanços nessa frente ainda limitados. Os anos 2010 foram marcados mais por esses tipos de atritos, mais no campo diplomático do que episódios de violência inter-étnica ou escaladas beligerantes. Tal conjuntura se altera porém, nos anos 2020, com o cenário, tanto interno ao Kosovo quanto entre as duas partes, após a crise da Covid 19 apresentando momentos de crise mais agravantes (Homan; 2024). Já em 2021, o norte do país foi surpreendido por um movimento por parte do governo de enviar unidades especiais da Kosovo Security Force para lá, numa primeira tentativa realmente significativa de garantir a presença de agentes de segurança locais na área, além das unidades das OIs (International Crisis Group; 2024). O ato foi mal visto pelos habitantes, que protestaram e tiveram alguns confrontos com a polícia, mas até o momento, foram vistos como incidentes não preocupantes (International Crisis Group; 2024).

A gênese da escalada de fato ocorreu na Crise das Placas de 2022, onde o governo do Kosovo procurou registrar as placas de veículos de cidadãos do norte como automóveis do Kosovo, e não da Sérvia (International Crisis Group; 2023). O movimento foi visto como mais uma forma do governo kosovar projetar sua soberania e controle sobre o norte, algo que foi antagonizado em massa pelos sérvios. Em resposta ao ocorrido, barricadas foram levantadas nas estradas do norte, protestos em massa se iniciaram em todo o país, e diversos kosovares-sérvios que se encontravam no quadro administrativo público, como prefeituras e a própria polícia, saíram de suas respectivas funções (International Crisis Group; 2023). Com essa saída em massa de figuras importantes, as instituições paralelas presentes no país ganharam ainda mais força em certas cidades e regiões, optando até pelo uso do dinar sérvio para trocas comerciais cotidianas (Homan; 2024).

A Crise das Placas foi o primeiro passo para o atrito e constante incerteza que paira no Kosovo atualmente. Como mencionado, protestos surgiram por todo o país e, com o passar do tempo, ampliaram as reivindicações para além das placas, como falta de confiança nos agentes de segurança e a ineficiência destes, corrupção e abuso de poder por parte dos albaneses (International Crisis Group; 2023). O próximo evento a contribuir para elevação nas dissidências foi o período eleitoral local convocado pelo governo para escolher substitutos dos cargos vagos após a resignação em massa do ano anterior (Homan; 2024). Essa foi mais uma tentativa de garantia de poder do governo nas comunidades sérvias, já que não havia concorrência contra os albaneses concorrendo aos cargos no momento, e muitos dos locais

optaram por boicotar as eleições, não indo ao voto (International Crisis Group; 2024). Tal movimento foi criticado pela comunidade internacional⁵, com figuras como Anthony Blinken (Secretário de Estado dos Estados Unidos) alertando o governo kosovar a ter cautela em como agir nas áreas mais próximas à Sérvia (Al Jazeera; 2023). Um evento externo contribuiu ainda mais para o caos que se instituiu após as eleições, onde duas chacinas cometidas na Sérvia desencadearam diversos protestos contra o governo de Vucic (Presidente da Sérvia)⁶, nos quais vários líderes da comunidade kosovar-sérvia atenderam. Aproveitando a ausência de tais lideranças, o governo do Kosovo toma prédios municipais da região norte e envia tropas fortemente armadas para a proteção e garantia de domínio desses edifícios (Homan; 2024). Os policiais enviados foram orientados a coletar todo tipo de documentação oficial desses estabelecimentos, e catalogá-los como provas de atividades criminais (International Crisis Group; 2023).

O que se sucede são dias de confronto entre a população local e os policiais, com o início de um aumento expressivo da atividade de grupos paramilitares sérvios nesses confrontos, com o uso de armas de fogo e explosivos, instaurando o caos pela área (Homan; 2024). Outrossim, a Sérvia movimenta tropas para a fronteira com o Kosovo, alertando gravemente a KFOR a re-orientar sua estratégia de defesa da área (International Crisis Group; 2023). Ainda sobre a KFOR, as forças da KP não conseguem controlar a situação sozinhas, levando a missão da OTAN a enviar mais tropas para o Kosovo, mais especificamente, 1000 homens a mais (Homan; 2024).

O último fato notável nessa crescente de confrontos se relaciona com a atividade paramilitar/terrorista vinda do Norte. Em setembro de 2023, um destes grupos paramilitares criou uma emboscada contra uma unidade da KP com uma mina terrestre, onde um policial morreu (Al Jazeera; 2023). O governo do Kosovo apontou o envolvimento de possíveis 45

⁵ Em nota oficial, a Embaixada Americana do Kosovo (2023) diz: “Os Estados Unidos e nossos parceiros internacionais têm pedido constantemente ao governo de Kosovo que priorize a coordenação com a comunidade internacional e não tome medidas unilaterais em questões da agenda do Diálogo facilitado pela UE. O fato de o governo do Kosovo não atender a essas solicitações reflete uma deterioração real e crescente em nossa parceria”.

⁶ Dois atiradores, aparentemente não associados, causaram 21 mortes e nove feridos nos dias 3 e 4 de maio de 2023, na região metropolitana de Belgrado (um em vilas próximas e outro em uma escola). Protestos tomaram as ruas, clamando pela renúncia do presidente Vucic e uma reforma na segurança pública (AP News; 2023).

suspeitos envolvidos no caso, apontando Milan Radoicic, um dos políticos que renunciou de seu cargo nas eleições daquele ano, como mandante (Reuters; 2023). Em combate direto, três paramilitares morreram, com os outros escapando. Ambas as partes se encontram em alerta até o momento de escrita do trabalho, sem nenhum consenso tendo sido atingido.

A comunidade internacional, principalmente a OTAN, observa atentamente, solicitando aos líderes a trabalharem para acalmarem a situação (Homan; 2024). A comunidade sérvia no norte do Kosovo se encontra em uma situação delicada, sem confiança alguma na KP após a Crise das Eleições de 2023, com o governo kosovar impondo ainda mais restrições, como a proibição da circulação do divar sérvio no país no início de 2024 (International Crisis Group; 2024).

3.5. O ARRANJO ATUAL DA ESTRUTURA POLICIAL DO KOSOVO

Como já mencionado previamente, o momento atual mostra a KP como uma instituição mais independente em grande parte do território do Kosovo (Homan; 2024). A força tem condições o suficiente para orientar e liderar suas próprias patrulhas rotineiras, já possui divisões temáticas e unidades especiais capazes de coordenar operações maiores, como a tomada dos prédios sérvios no Norte em 2023. Os principais departamentos são o de Investigação, o de Operações e o de Fronteiras (KP; n.d). Seguindo os números do último relatório anual da KP (2023), as forças possuem 8817 funcionários, sendo 7949 policiais e 868 civis. Entre estes funcionários, 85,21% são homens e 14,79% são mulheres, com albaneses constituindo 90,8% das forças, enquanto outras etnias compõem os 9,2% restantes (KP; 2023; p.7).

A presença da ONU através da UNMIK é bem mínima atualmente. Desde a transferência de responsabilidade para a EULEX, a missão interina foi perdendo espaço, com a retirada total de recursos ou transferência de equipamentos e pessoal para a missão da UE. Tratando de dados de abril de 2024, há um total de 343 funcionários estabelecidos no país, onde 100 são civis, 206 são civis locais, 19 são voluntários, 10 são policiais da própria ONU e 8 são militares observadores (UNPK; 2024). O foco da missão já saiu do campo de reformas e manutenção da paz, agora voltada para a promoção da segurança, estabilidade e respeito aos direitos humanos no Kosovo (UNPK; 2024), e o grande projeto da UNMIK atualmente se

encontra no campo de construção de confiança nas instituições locais do Kosovo (UNMIK; n.d).

O momento atual da OSCE é similar ao da UNMIK, com sua presença no Kosovo reduzida ao longo dos anos. A missão já não participa do treinamento e recrutamento também desde a chegada da EULEX, apenas trabalhando em colaboração com o Ministério de Assuntos Internos no monitoramento das atividades policiais. O foco da missão, porém, foi voltado para atividades e operações contra-terrorismo e anti crime organizado, seguindo a agenda atual de segurança do resto da Europa (OSCE; s.d). O último relatório publicado pela organização (2022) aponta que há 115 funcionários estrangeiros e 375 locais no Kosovo.

A EULEX é a entidade internacional mais presente no Kosovo atualmente, sendo a segunda instituição responsável pela segurança do país, atrás apenas do Ministério de Assuntos Internos (EULEX; 2024). A missão possui atualmente em torno de 400 funcionários, porém, apesar do número parecer baixo, o trabalho desses funcionários é mais abrangente que o das outras missões. A EULEX participa ativamente no sistema judiciário do Kosovo com “monitoramento e acompanhamento de toda a cadeia criminal do Kosovo (i.e Polícia, Acusação e Corte), em casos grandes como crimes de guerra, violência, corrupção e gênero” (EULEX; 2024). A frente policial é liderada pelo pilar de operações de suporte da EULEX, com seu núcleo sendo a Unidade de Polícia Formada, constituída por 105 agentes em atividade. Suas principais atividades são o patrulhamento remoto e operações de controle de multidões e insurgências, colaborando ativamente com a KFOR quando se trata da região norte. A EULEX também atua como elo entre a KP e a Interpol, já que o Kosovo não foi aceito dentro da organização. Logo, a missão europeia também funciona como uma ponte entre a polícia internacional e a polícia local no combate contra o crime organizado europeu.

A KFOR e, logo, a OTAN, não participaram ativamente do processo de reforma das polícias do Kosovo, porém até hoje constitui um elemento fundamental da segurança pública do Kosovo. Como dito algumas vezes neste capítulo, a KFOR manteve forte presença no patrulhamento e defesa da fronteira com a Sérvia desde o início das operações de paz após o conflito de 1999. Em termos de números, a KFOR possui o maior contingente pessoal de todas as OIs envolvidas, com 4700 tropas ativas, 1000 novas após os embates de 2023 (European Western Balkans; 2024). Essas tropas não fazem trabalho policial comum, como patrulhas por exemplo, sendo mais voltadas para o suporte operacional em casos de descontrole (Homan; 2024).

Sintetizando o capítulo, a reforma das forças policiais no Kosovo, inicialmente planejada e liderada pela ONU, foi orientada pelas diretrizes estabelecidas nos Acordos de Rambouillet. O objetivo era criar uma força multiétnica e garantir o monitoramento de suas atividades para promover uma estrutura de segurança pública que fosse tanto funcional quanto inclusiva, refletindo a diversidade étnica do Kosovo. A primeira fase do processo concentrou-se na reestruturação da Polícia do Kosovo (KPS) e na introdução de protocolos de atuação, com o intuito de garantir a ordem e combater a violência. No entanto, o desafio enfrentado pela missão internacional foi imenso, com uma gestão difícil e uma série de falhas logísticas e operacionais que comprometiam a eficácia da segurança pública. A partir de 2008, com a declaração de independência do Kosovo e o fortalecimento da missão da EULEX, a reforma passou a ser conduzida com maior foco na autogovernança e no respeito ao Estado de direito. Ainda que avanços tenham sido obtidos, o Norte continua sendo um campo de disputa, e mais problemas ainda são visíveis na atuação da KP, sendo estes o foco da próxima etapa do trabalho.

4. BALANÇO DOS RESULTADOS

O presente capítulo busca avaliar os resultados alcançados pelas organizações internacionais (OIs) ao longo das duas etapas da reforma das forças policiais no Kosovo, baseando-se nas análises e discussões desenvolvidas nos capítulos anteriores. Para tanto, serão revisitados os objetivos macro traçados pelas OIs no início do processo, com foco na criação de uma força policial multiétnica, autônoma e comprometida com a transparência e combate à corrupção, além da implementação de um modelo de policiamento comunitário menos ostensivo. A primeira parte deste capítulo, portanto, examina até que ponto esses objetivos foram efetivamente atingidos, levando em conta tanto as promessas feitas quanto às limitações estruturais, políticas e culturais que emergiram no curso da reforma.

Na segunda parte, a análise se concentrará na avaliação da polícia do Kosovo com base em critérios amplamente utilizados nos estudos sobre forças policiais, criminologia e segurança pública. Serão aplicadas métricas como taxas de criminalidade, percepção da segurança pela comunidade, índices de violência e brutalidade policial, além de indicadores técnicos como taxa de resolução de inquéritos e tempo de resposta das forças policiais. A partir dessas métricas, busca-se uma avaliação crítica da eficácia das reformas implementadas,

levando em consideração as tensões étnicas locais, os desafios de financiamento e a continuidade de práticas problemáticas como o clientelismo e a corrupção.

4.1 OS OBJETIVOS DAS OIS COM A REFORMA

Como apresentado no capítulo anterior, o principal fator de instabilidade no Kosovo continua sendo o atrito entre sérvios e albaneses. Nesse contexto, a tentativa de construir uma força policial multiétnica fazia sentido tanto na época em que foi concebida quanto no momento atual. No entanto, a maneira como esse objetivo foi implementado revelou inúmeras falhas. De início, os números estipulados para a distribuição étnica, com a meta de 10% de sérvios e 5% de outras minorias, não se sustentaram ao longo do tempo. Durante a primeira fase da reforma, conduzida pela UNMIK, a força policial alcançou 10% de sérvios e 6% de outras minorias, próximo do objetivo estipulado (Crossley-Frolick & Ozkanca, 2012b). Nesse aspecto, o trabalho conjunto de recrutamento entre a ONU e a OSCE pode ser considerado bem-sucedido. Entretanto, a partir do final da década de 2000, com a proclamação de independência do Kosovo, iniciou-se um declínio na presença de sérvios kosovares nas instituições estatais, incluindo a polícia. Atualmente, as forças policiais contam com apenas 9,2% de integrantes de minorias, abaixo do objetivo inicial (KP, 2023, p.7). As causas dessa redução estão associadas à renúncia de agentes sérvios em protesto contra as ações do governo do Kosovo e da população albanesa, como já discutido anteriormente.

Neste ponto, a literatura crítica pode ser útil para compreender melhor as limitações dessa reforma. Chanaa (2002), Halden e Egnell (2009) argumentam que missões baseadas no modelo de Reforma do Setor de Segurança (RSS) frequentemente aplicam soluções padronizadas sem considerar adequadamente as especificidades de cada contexto. No caso do Kosovo, as OIs concentraram-se majoritariamente no recrutamento e treinamento imediato de minorias nas forças policiais como solução central para mitigar os conflitos inter-étnicos, sem abordar adequadamente barreiras mais profundas, como as relações políticas frágeis entre Sérvia e Kosovo, as barreiras linguísticas, e o trauma da guerra civil, ainda recente (Crossley-Frolick & Ozkanca, 2012a; 2012b; Bennet et al., 2012). Essas limitações são compreensíveis à luz dos Acordos de Rambouillet e da Resolução 1244, que priorizaram soluções imediatistas para estabilizar a crise, além de procurar garantir os interesses estratégicos dos Estados Unidos e OTAN de garantirem forte presença na região e influência nos antigos países do bloco socialista (Herring, 2000). Destarte, o processo de reconstrução no Kosovo negligenciou uma análise profunda das complexas questões étnicas e históricas da

região que resultam em uma integração e conciliação efetiva entre os dois lados . Essa superficialidade no planejamento das reformas contribuiu para a perpetuação das tensões étnicas e da desconfiança entre as comunidades, minando os esforços de integração e pacificação (Crossley-Frolick & Ozkanca, 2012a; 2012b; Bennet et al., 2012).

Um processo simplificado e raso como esse não só afeta a maneira com que as relações civis e policiais-civis continuam perpetuando o atrito, mas também dentro da própria KP e outras instituições. Arben Shala (2022) mostra em sua dissertação, baseada em entrevistas com membros da UNMIK, que tanto a KP quanto a KFOR enfrentaram sérios problemas linguísticos, tanto internos quanto externos. Isso quer dizer que o contato dentro da corporação era prejudicado pela distância linguística do albanês, sérvio, inglês e outras línguas, afetando treinamento, efetividade de operações e controle documental (Shala; 2022). O problema foi identificado no início da reforma, levando a UNMIK e as outras OIs a recrutar tradutores para as três línguas que pudessem atuar tanto em escritórios quanto “em solo”, porém, estes eram muito jovens ou inexperientes, e também eram destratados tanto pelos próprios agentes da polícia local quanto pelos cidadãos (Shala; 2022). No tocante à população civil, essa distância linguística também foi um ponto de contingência, onde contato entre policiais de diferentes etnias em territórios mono étnicos era quase impossível (Shala; 2022). Seguindo para um aspecto mais amplo que a língua, as forças policiais do Kosovo e os organismos internacionais envolvidos já se mostraram tendências e práticas associadas ao racismo cultural para com suas contra-partes, novamente tanto interna quanto externamente. O trabalho de Shala (2022) ressalta que os policiais já foram relatados por terem feitos comentários e xingamentos sobre origem, etnia, e um forte comportamento análogo ao complexo de superioridade. A autora então traz a hipótese de que o treinamento dos recém-admitidos destoava das prioridades voltadas ao multi-etnismo do recrutamento, verificando que aulas, materiais e procedimentos passados durante esse momento inicial da carreira do policial são mais voltados para o policiamento tradicional, deixando de lado as minúcias e particularidades de programas voltados a relações inter-étnicas (Shala, 2022).

O comportamento exposto acima, a alta taxa de evasão de policiais minoritários e as evidências de violência policial perpetrados pela polícia do Kosovo (que serão exploradas mais a frente) mostram que apenas recrutamento e um treinamento de semanas na academia não são o suficiente para anular ou mitigar os efeitos de décadas de ódio acumulados e nutridos por um cenário sociopolítico conturbado. O foco das OIs em atingir metas numéricas

para a composição multiétnica da força policial foi insuficiente para superar os obstáculos estruturais e culturais que persistem no país. A premissa de que o simples recrutamento de minorias e um curto treinamento técnico seriam o bastante para transformar instituições profundamente marcadas por divisões étnicas é uma visão ingênua e tecnocrática.

A falta de um engajamento mais profundo com as questões étnicas e culturais significou que, mesmo com a criação de uma força policial formalmente multiétnica, os preconceitos e divisões continuam a minar a eficácia da polícia. A evasão de policiais sérvios após a independência, combinada com a crescente desconfiança mútua entre comunidades, é um reflexo direto da incapacidade das reformas de criar uma verdadeira coesão dentro da força policial. Conforme apontado por autores como Shala (2022), as barreiras linguísticas e o trauma social não foram suficientemente abordados pelas OIs dentro do corpo policial, o que resultou em uma força policial desarticulada e incapaz de atuar de maneira eficiente em áreas de maioria sérvia. Adicionalmente, as práticas racistas e comportamentos de superioridade identificados pela autora refletem a profundidade dos problemas culturais, onde os policiais kosovares, tanto de etnia albanesa quanto sérvia, muitas vezes reproduzem estereótipos e atitudes de hostilidade em relação a seus colegas e à população que deveriam proteger. Isso demonstra que, sem um esforço real para transformar as relações étnicas e sem um programa robusto de reconciliação e sensibilização, a mera presença de diferentes grupos étnicos na força policial não resulta em um serviço verdadeiramente integrado e funcional.

A ausência de uma participação significativa de etnias minoritárias além de albaneses e sérvios nas reformas policiais do Kosovo também constitui uma falha estrutural crítica do processo. Embora o objetivo das reformas fosse criar uma força policial verdadeiramente multiétnica, o foco predominante recaiu sobre essas duas grandes etnias, dado que a guerra civil foi protagonizada pelo atrito entre ambas, negligenciando grupos como bosníacos, gorani, turcos e romani, que também fazem parte da complexa composição étnica do país. Essa limitação revela uma abordagem insuficiente por parte das organizações internacionais, que falharam em promover uma representatividade plena, restringindo a diversidade da KPS a um eixo albanês-sérvio. A literatura crítica sobre a Reforma do Setor de Segurança (RSS) sugere que a reconstrução de forças de segurança em contextos pós-conflito não deve se concentrar apenas nas divisões étnicas mais evidentes (Chaana, 2002). Ao desconsiderar as necessidades e a inclusão dessas outras etnias, a reforma ignorou grupos que historicamente também sofrem discriminação e marginalização, o que reduziu a legitimidade da KPS diante

dessas comunidades. Essa exclusão resultou em uma lacuna de representatividade que comprometeu a confiança no sistema de segurança pública e perpetuou desigualdades no tratamento dessas populações.

Além disso, como Crossley-Frolick e Ozkanca (2012a) argumentam, a falta de participação dessas outras minorias não é apenas simbólica, mas tem efeitos práticos profundos. Grupos menores continuam sub-representados nas forças policiais, o que agrava a percepção de que a polícia é uma extensão do poder albanês. Essa percepção de exclusão também impacta negativamente o acesso dessas minorias à justiça e à segurança pública, uma vez que elas tendem a desconfiar de uma polícia que não as representa. O fato de que a reforma falhou em criar condições para que essas minorias tivessem voz ativa no processo reformista demonstra uma das principais críticas ao modelo RSS: sua tendência a implementar soluções tecnocráticas sem entender as nuances culturais e étnicas locais. Ao ignorar as necessidades e realidades das minorias menores, as OIs contribuíram para perpetuar a marginalização dessas comunidades, enfraquecendo o próprio objetivo de construir uma força de segurança inclusiva e estável no longo prazo.

Portanto, a reforma falha não apenas por não alcançar as metas numéricas de diversidade, mas também por não abordar de forma holística as necessidades sociais e culturais de longo prazo do Kosovo. A ideia de que recrutamento e treinamento técnico seriam suficientes para superar as divisões profundas do pós-conflito ignora a complexidade do processo de construção de confiança entre as comunidades e dentro das instituições. Como afirmam Chanaa (2002) e outros autores críticos da RSS, as reformas foram implementadas de maneira a-histórica, ignorando as particularidades locais em favor de uma visão tecnocrática e universalista que não levou em consideração as raízes profundas do conflito étnico na região.

O segundo grande objetivo das OIs na reforma foi a autonomia da KPS/KP, ou seja, que a reforma das políticas, instituições e atividades de segurança em um determinado país deve ser projetada, gerenciada e implementada por atores domésticos e não por atores externos (Smith, 2021).

Como visto no capítulo anterior, a EULEX já realizou uma grande redução de sua operação em setores como judiciário, e não foi diferente no setor policial. Esse fenômeno é observado em relação a todas as OIs envolvidas na reforma, com um número cada vez mais

decrecente de agentes atuando em solo. Outrossim, a KP também já possui departamentos diferentes focados em temas diversos capazes de formular novas estratégias e direcionar operações próprias sem auxílio algum das OIs (KP; 2023; p.7). O tamanho da organização em números também já se mostra bastante expressivo.

Um exemplo simbólico da autonomia e propriedade do governo do Kosovo para com sua polícia se mostra no incidente das últimas eleições do norte do país, onde o mesmo conseguiu coordenar uma operação de larga escala de tomada dos prédios da administração pública usando apenas suas forças táticas (Homan; 2024). Mesmo que tenha sido um movimento controverso e rechaçado pela comunidade internacional, esse mostra o quão sólida pode ser a propriedade da liderança e coordenação da polícia. Esse fato, porém, representa uma faca de dois gumes no que tange a autonomia e independência dos kosovares e suas forças de segurança pública pois, apesar de ter sido uma operação idealizada e coordenada localmente, as forças locais não foram o suficiente em questão para conter a comoção resultada pelo evento, dependendo de reforços da KFOR para controlar a situação (Crisis Group; 2023). Ademais, os policiais da KP em solo também não se mostravam adequadamente treinados para uma situação como essa, isto é, de protestos em massa com avanços de civis, mostrando uma abordagem truculenta e ostensiva (Al Jazeera, 2023).

Toda a linha do tempo da reforma policial no norte do Kosovo foi marcada por crises, tensões étnicas e uma dependência persistente de forças internacionais, como a KFOR e a EULEX, para a manutenção da ordem. Embora as organizações internacionais tenham buscado criar uma polícia autônoma e capaz de garantir a segurança pública de forma independente, esse incidente reforça a percepção de que a polícia do Kosovo ainda não adquiriu uma propriedade completa de suas funções como agente garantidor da ordem e da paz. A abordagem reformista falhou em criar uma força policial que pudesse operar de maneira eficaz sem o suporte constante de missões internacionais, e isso reflete as críticas da literatura sobre a RSS, que apontam para a natureza incompleta e, muitas vezes, a-histórica dessas reformas (Chanaa, 2002). Além disso, a capacidade de resposta às crises locais continua comprometida por uma formação que prioriza o policiamento comunitário de maneira superficial, sem considerar as necessidades de preparo tático para cenários de alta tensão, como o enfrentado no norte. A reforma falhou em integrar adequadamente esses dois aspectos, deixando a KPS vulnerável tanto em termos de estratégia de longo prazo quanto em sua atuação em situações emergenciais. Isso reforça a crítica de que, apesar dos esforços das

OIs para construir uma força autônoma, a dependência estrutural e as limitações institucionais ainda pesam sobre a polícia kosovar, minando sua eficácia e sustentabilidade a longo prazo.

Por fim, o combate à corrupção nas forças policiais constituiu um dos principais objetivos das organizações internacionais (OIs) envolvidas no processo de reforma no Kosovo, especialmente pela União Europeia, por meio de sua missão na região. A corrupção, em suas diversas manifestações, representa um desafio persistente em toda a região dos Balcãs e se destaca como uma das questões mais críticas enfrentadas pelas OIs atualmente (UNDOC, 2011). O aparato estatal do Kosovo, incluindo sua polícia, não está imune a essas preocupações. Neste contexto, a corporação conta com um grupo de inspeção dedicado, cuja função é a supervisão e fiscalização das atividades ilícitas, priorizando a conformidade (compliance) nas operações policiais (Beka, Beka, 2024).

Adicionalmente, a corrupção em estados em transição, como o Kosovo, apresenta um desafio significativo para a consolidação da democracia e o desenvolvimento institucional. Shishani (2022) ressalta que, nesses cenários, a corrupção não é um fenômeno isolado, mas um reflexo de fragilidades institucionais, conflitos de interesse e a persistência de redes informais de poder. A passagem de sistemas autoritários para democráticos frequentemente expõe as instituições à captura por elites locais, que utilizam a corrupção como um meio de perpetuar seu controle e influenciar as estruturas de governança. Isso gera um ciclo vicioso, onde a corrupção mina a confiança pública nas instituições, dificulta a implementação de reformas e impede o avanço rumo a um Estado de Direito robusto.

O último relatório do Centro Kosovar para Estudos de Segurança sobre a percepção pública de corrupção dentro das instituições públicas do Kosovo revela que a KP se encontra entre uma das instituições mais confiáveis pela população, com 28% dos entrevistados acreditam que a KP não possui traços de atividades ilícitas (WBSB, 2022). Mas mesmo com um grupo envolvido majoritariamente neste tópico, com certa preferência dentro da distribuição de recursos dentro da operação de paz, a KP ainda é marcada por casos de corrupção e atividades ilegais (UNDOC, 2011). Em 2016, o relatório da inspeção revelou um total de 55 casos associados ao tema (Telegrafi, 2016). Em outro episódio, de 2022, uma operação anticorrupção levou à prisão de 5% dos agentes do departamento de patrulha fronteira (GI-TOC, 2023). Destarte, apesar de ser considerada uma instituição confiável por grande parcela da população, a ilegalidade ainda é um fator presente dentro das forças.

Para uma melhor avaliação do problema, é necessário especificar como a corrupção se manifesta na KP. As três principais formas de corrupção encontradas por ONGs e OIs são abuso de autoridade, maus-tratos durante exercício de dever e suborno (GI-TOC, 2023). O suborno foi uma prática mais evidenciada nas fronteiras, com destaque nas divisas com Albânia e Sérvia, onde há forte presença do crime organizado e atividades de tráfico de drogas, especificamente a *cannabis* (GI-TOC, 2023). Mesmo não sendo uma atividade tão denunciada por toda a existência da nova polícia, essa ganhou força nos últimos anos, graças ao crescimento das redes criminosas transnacionais, representando cerca de 13% de todas as denúncias de atividades ilegais dentro da corporação no ano de 2022 (GI-TOC, 2023).

Na análise da corrupção nas forças policiais do Kosovo, o abuso de autoridade se destaca como uma das manifestações mais preocupantes (GI-TOC, 2023). Essa problemática é intrínseca a uma cultura institucional que frequentemente prioriza a hierarquia e o controle em detrimento da responsabilidade e da transparência (Shishani, 2022, pg. 187). A falta de supervisão efetiva e a impunidade em casos de abuso de poder geram um ambiente propício para práticas corruptas, onde os policiais podem agir sem medo de represálias (Shishani, 2022, pg. 188). Apesar da prevalência dessas práticas, a EULEX conseguiu estabelecer mecanismos de monitoramento para atividades ilegais através da Polícia de Investigação do Kosovo (PIK). De acordo com Shishani (2022), a criação da PIK é reconhecida como um dos sucessos da reforma, fornecendo uma estrutura dedicada para investigar e responsabilizar aqueles que abusam de seu poder., para além do próprio órgão interno voltado à supervisão: a Divisão de Padrões Profissionais (Shishani, 2023).

Uma análise realizada por Maloku e Maliki (2021) sobre os casos investigados pela Polícia de Inspeção do Kosovo (PIK) entre 2015 e 2019 traz insights pertinentes sobre a atuação desse órgão. Os autores concluem que, mesmo com investigações internas sendo conduzidas anualmente e registradas adequadamente para garantir a transparência, os policiais envolvidos em atividades ilegais frequentemente enfrentam punições leves ou, em alguns casos, não são responsabilizados de maneira alguma (Maloku, Maliki, 2021). Essa situação é preocupante, uma vez que a falta de consequências efetivas para os infratores pode minar a credibilidade da PIK e desestimular denúncias. Outrossim, é comum que os casos de abuso de autoridade sejam subnotificados, uma vez que denúncias envolvendo oficiais de alto escalão podem resultar em retaliações severas contra os denunciantes, criando um ambiente de medo e inibição (Maloku, Maliki, 2021). Shishani (2023) também evidencia que o número de casos

de corrupção dentro da corporação vem aumentando nos últimos 5 anos, onde o número de reclamações anuais sobre a conduta direcionados a PIK foi de 1000 em 2013 para 1792 em 2022.

A corrupção nas forças policiais do Kosovo continua a ser um problema persistente, apesar dos esforços das organizações internacionais, especialmente da União Europeia, para implementar reformas e estabelecer mecanismos de supervisão. A presença persistente de práticas corruptas, como abuso de autoridade, maus-tratos e suborno, reflete não apenas fragilidades institucionais, mas também a influência de redes informais de poder que perpetuam a cultura de impunidade. Embora a Polícia de Inspeção do Kosovo (PIK) tenha sido criada como um avanço positivo no combate à corrupção, a realidade é que muitos policiais infratores ainda enfrentam consequências mínimas, o que prejudica a eficácia do sistema de justiça interna. Além disso, o aumento no número de denúncias nos últimos anos indica uma crescente preocupação com a conduta policial, mas também ressalta os riscos associados à denúncia, como retaliações contra aqueles que ousam expor abusos. Portanto, é imperativo que as iniciativas de reforma sejam acompanhadas de um comprometimento real com a responsabilização, a transparência e a proteção dos denunciantes, a fim de restaurar a confiança pública nas instituições e promover um Estado de Direito sólido e eficaz no Kosovo.

Para além dos objetivos das OIs, é necessário avaliar o escopo da operação de manutenção de paz a partir dos parâmetros mais estruturais do modelo RSS, isto é, a quantidade de atores e visões envolvidas, a dependência de recursos dos doadores e suas exigências, o orçamento e tamanho da operação. Como demonstram Crossley-Frolick e Ozkanca (2012a), severas questões de logística e comunicação afetaram a efetividade das OIs no processo de reforma, como na transição de responsabilidade para a EULEX ou na coordenação da resposta ao caos público de 2003. Tal fenômeno se encaixa no argumento de Halden e Egnell (2009), sobre a superestimada ambição e excessivo tamanho dessas operações de RSS, que, ao envolverem um número elevado de partes com diferentes objetivos e metodologias de operacionalidade, criam uma grande confusão interna de responsabilidades, jurisdições e deveres.

A dependência em recursos oriundos dos doadores ainda é um problema presente no cenário atual das reformas no setor de segurança do Kosovo. Como observado por Brzoska (2003), a ajuda internacional, muitas vezes crucial para financiar e sustentar as reformas de

segurança, cria um ciclo de dependência que pode comprometer a autonomia e a sustentabilidade das instituições locais a longo prazo. No caso do Kosovo, essa dependência se manifesta na constante necessidade de apoio financeiro e logístico por parte das organizações internacionais, como a União Europeia, a OTAN e a ONU, para manter tanto a estrutura quanto às operações da Polícia do Kosovo, como evidenciado pelos últimos confrontos no Norte.

Esse ciclo de dependência limita a capacidade de planejamento e execução das forças locais e compromete a adaptação dessas reformas às necessidades e contextos específicos do Kosovo. Como destacado por Brzoska (2003), a prioridade dos doadores frequentemente reflete seus próprios interesses estratégicos e concepções de segurança, que nem sempre coincidem com os desafios e necessidades locais. A continuidade de financiamento e apoio externo, em vez de ser temporária, tornou-se parte essencial do funcionamento do setor de segurança do Kosovo, uma vez que as autoridades locais carecem de orçamento e recursos humanos suficientes para arcar com a responsabilidade total das operações de segurança. Destarte, a dependência em relação aos doadores mantém o sistema vulnerável a mudanças nas prioridades internacionais e à volatilidade do financiamento externo, o que pode afetar diretamente a estabilidade e a efetividade das forças de segurança locais (Brzoska, 2003). A necessidade constante de suporte financeiro externo, conforme apontado por Brzoska (2003), perpetua uma forma de clientelismo, em que as reformas são, em parte, moldadas para satisfazer os requisitos e interesses dos financiadores, muitas vezes em detrimento de uma reforma genuinamente autossustentável e adaptada ao contexto local (Brzoska, 2003).

Uma outra questão fundamental da reforma deve ser observada. Desde os momentos iniciais de negociação dos Acordos de Rambouillet, observou-se uma concentração do poder decisório nas mãos da maioria e das elites albanesas, o que gerou uma dependência desse grupo restrito como interlocutor principal nas reformas de segurança no Kosovo (Persaud, 2024). Schroeder e Chappuis (2014) destacam que essa prática reflete uma tendência crítica entre os atores internacionais nas Reformas do Setor de Segurança (RSS), que frequentemente se apoiam em elites políticas locais específicas para supervisionar e implementar mudanças. No entanto, esse modelo de condução das reformas apresenta implicações profundas para a legitimidade e eficácia das transformações propostas, pois reduz o processo a uma visão estreita, limitada pelos interesses de um grupo exclusivo, e compromete a inclusão e representação mais ampla das comunidades kosovares (Persaud, 2024).

No contexto kosovar, essa prática resultou em uma concentração de poder nas mãos das elites albanesas, promovendo a hegemonia desse grupo nas estruturas de segurança e administração pública, em detrimento de uma representação equitativa e inclusiva de todas as comunidades étnicas (Persaud, 2024). Embora o apoio a uma elite albanesa possa ter sido visto como uma estratégia prática para facilitar a implementação das reformas e consolidar a autonomia de uma nova nação, esse enfoque estreito desconsiderou os interesses e a participação de outras minorias, como os sérvios, romani, bosníacos e gorani, que também integram a complexa composição demográfica do Kosovo (Persaud, 2024). Schroeder e Chappuis (2014) argumentam que essa abordagem, baseada na confiança em um pequeno grupo de atores locais, tende a minar a legitimidade do processo de RSS, uma vez que ele se distancia das realidades sociais e políticas mais amplas. No caso kosovar, essa concentração de poder albanês contribuiu para uma percepção de exclusão e desconfiança entre as minorias, limitando seu envolvimento e enfraquecendo o impacto positivo das reformas (Persaud, 2024). Além disso, essa concentração de poder alimenta uma dinâmica de clientelismo, na qual as decisões políticas e administrativas são monopolizadas por um grupo restrito, que não necessariamente reflete os interesses de toda a sociedade kosovar (Brzoska, 2003).

Essa tendência se relaciona ao conceito de “etnização” da reforma de segurança, discutido por Brzoska (2003), no qual o processo de reforma se torna gradualmente orientado e alinhado com os interesses de um grupo étnico majoritário, deixando de atender aos princípios de neutralidade e inclusão. Segundo o autor, ao priorizar uma etnia em detrimento das demais, as RSS deixam de ser uma ferramenta de integração e se transformam em um mecanismo de reforço da hegemonia étnica. No caso do Kosovo, esse fenômeno reflete-se na maneira como as instituições de segurança pública, especialmente a polícia, passaram a representar predominantemente os interesses e valores da população albanesa, marginalizando a atuação e confiança das minorias étnicas. Essa “etnização” das RSS no Kosovo compromete a construção de uma força de segurança verdadeiramente multiétnica e integrada, promovendo, ao contrário, a alienação de comunidades minoritárias e comprometendo a coesão social. As reformas que deveriam atender a uma população diversa acabam sendo percebidas como instrumentos de poder de uma única etnia, reduzindo o apoio e a confiança das minorias na polícia e nas instituições de segurança pública. Esse fator ajuda a explicar os desafios de evasão de policiais sérvios e a baixa participação de outras minorias, que se sentem marginalizadas no processo reformista. Sendo assim, a concentração de poder nas elites albanesas, facilitada pela dependência dos atores internacionais nesse grupo específico e

pela tendência de etnização das reformas, revela uma das falhas estruturais mais graves das RSS no Kosovo. Em concordância, Wingens (2016) argumenta que o modelo de RSS frequentemente reforça estruturas de poder existentes, perpetuando um ciclo de desconfiança entre a polícia e a população. No Kosovo, a falta de envolvimento de atores não estatais e a ausência de mecanismos de supervisão comunitária significam que a KP, muitas vezes, atua de maneira isolada, o que pode acentuar a percepção de que é uma força externa, em vez de uma instituição que protege e serve os cidadãos (Wingens, 2016). Isso é particularmente problemático em um contexto onde a legitimidade da polícia é constantemente questionada devido a casos de corrupção e abuso de autoridade.

Por fim, a reforma das forças de segurança no Kosovo falhou em incorporar uma gama mais ampla de atores na segurança pública, comprometendo a colaboração com a polícia e, conseqüentemente, a criação de um ambiente mais seguro para a população. A crítica de Andersen (2006) sobre o enfoque restrito da estratégia de RSS, que prioriza o aparato coercitivo do Estado, é particularmente pertinente no contexto do Kosovo, onde as reformas se concentraram na modernização da Polícia do Kosovo (KP) sem estabelecer vínculos significativos com a sociedade civil. Essa omissão não apenas limita a eficácia da polícia em lidar com questões complexas, como a violência doméstica e os crimes de ódio, mas também ignora as profundas inter-relações sociais e culturais que permeiam esses problemas. Persaud (2024) ressalta que a insularização de recursos voltados para forças hegemônicas no país resultou na marginalização de atores secundários, como organizações não governamentais e grupos comunitários, que poderiam contribuir de forma significativa para as reformas. Esse descaso gerou um vácuo na estratégia de segurança, o que impede a construção de um sistema de segurança verdadeiramente inclusivo e eficaz, capaz de responder às necessidades reais da população. Karkoszka e Hendrickson (2002) enfatizam que uma abordagem mais abrangente, que inclua a participação ativa de ONGs e grupos comunitários, é crucial para enfrentar essas questões de maneira eficaz. Sem essa inclusão, a polícia pode operar em um vácuo, sem entender plenamente as necessidades da comunidade que serve.

4.2. AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE POLICIAL

Este tópico será dedicado à aplicação de métricas quantitativas e qualitativas visando à avaliação crítica da eficácia das reformas implementadas nas forças policiais do Kosovo.

Serão utilizados critérios como índices de criminalidade e métricas tradicionais de avaliação da atividade policial, percepção de segurança pela comunidade e índices de violência e brutalidade policial. Essas métricas possibilitam uma análise objetiva do desempenho da KP após o processo de reforma, porém, a avaliação irá além dos dados quantitativos.

4.2.1. Taxas de Criminalidade do Kosovo

Em primeiro lugar, se avalia a taxa de criminalidade do Kosovo, aliada ao número de casos, prisões e multas e tempo de respostas das forças, sendo estes os índices de avaliação da eficiência técnica da atividade policial mais observados por órgãos técnicos (Mazlov, 2016, p.9). Entende-se por taxa de criminalidade a divisão do número de crimes cometidos em determinado espaço pela população da mesma em um mesmo recorte temporal (Boivin, 2022). Essa, apesar de ser uma das maneiras mais populares de se calcular o crime notificado em uma dada área, apresenta suas falhas, já que a maneira de cálculo está sujeito a uma subnotificação considerável, dado que não são todas as atividades ilegais que são notificadas aos agentes de segurança pública (Mazlov, 2016, p.9). Os dados fornecidos pelos órgãos de segurança pública estão sujeitos a erros e inconsistências, seja por falhas de registro e documentação interna ou até por manipulação de números para exibir resultados mais favoráveis (Boivin, 2022). Mesmo com essas divergências, a métrica ainda é valiosa para a avaliação de atividade policial, como demonstram Sánchez e Rodriguez-Dominguez (2013), que em seu estudo defendem uma maior proeminência do uso da métrica no lugar de orçamento para segurança pública ao se discutir eficiência policial e/ou planejamento estratégico de entidades públicas para o tema.

Diante dessas limitações, a taxa de criminalidade deve ser sempre analisada em conjunto com outras métricas complementares. A taxa de resolução de inquéritos abertos, por exemplo, fornece uma visão mais direta da eficiência policial em resolver problemas concretos e em seu tempo de resposta, ambos fundamentais para avaliar a eficácia do serviço prestado. A rapidez no atendimento e na instauração de investigações reflete a capacidade de reação das forças de segurança, impactando diretamente a percepção de segurança da população (Sanchez, Rodriguez-Dominguez, 2013).

Avaliar essas métricas porém já se inicia com uma dificuldade inicial: a disponibilidade de dados. Na busca pelos dados acerca dos crimes cometidos através de fontes governamentais, encontra-se uma disponibilidade limitada dos mesmos, onde o acervo da

própria KP disponibiliza seus relatórios anuais até 2020 apenas, e os relatórios anuais fornecidos pelo PIK vão até 2018. Expandindo a busca para outras origens oficiais que tratam da criminalidade diretamente, os relatórios anuais da EULEX fornecem quadros avaliativos da performance da KP em determinadas frentes temáticas, como a resposta a criminalidade, a essas porém, são apenas atribuídas notas de A a D, sendo A ótimo e D preocupante, com comentários breves sobre o tema e questões pertinentes a esses e/ou uma porcentagem avaliando um sub-tema (por exemplo: o tema de resposta ao crime recebeu nota A em 2012, com a estratégia de redução ao crime recebendo nota de 100%), não fornecendo uma base quantitativa necessária para a avaliação desejada (EULEX, 2012).

Dada a restrição, a análise da métrica de criminalidade se restringe ao período de 2020-2023 para a taxa de criminalidade. Para o tamanho da população, se usa o último censo realizado este ano como base.

Tabela 1 - A Taxa de Criminalidade do Kosovo (2019-2023)

Ano	Número de Crimes Registrados	Taxa de Criminalidade
2019	30.259	1681,0
2020	27.404	1522,4
2021	30.108	1672,7
2022	29.857	1658,7
2023	28.827	1601,5

Fonte: Kosovo Police Annual Report (2020,2021,2022,2023,2024)

Com base no exposto na Tabela 1, a taxa de criminalidade no Kosovo segue uma tendência estável (com uma leve queda no ano de 2020 graças a pandemia), com afirmação essa sendo corroborada pelos relatórios da EULEX (2008, pg.; 2013, pg. ; 2017, pg.) que, desde 2008, notificam que o número de crimes cometidos e notificados a KP não varia ao

longo dos anos. A EULEX aponta que as razões por trás dessa estabilidade são o aprimoramento da inteligência KP, o trabalho conjunto entre departamentos da instituição, o contínuo foco em combate ao crime organizado e o patrulhamento bem coordenado nas áreas urbanas do Kosovo. Em comparação com a criminalidade de outros países, o Kosovo possui um índice baixo, principalmente em comparação com outros países dos Bálcãs, que além dos problemas com o crime organizado, enfrentam números maiores de assassinatos e outros crimes (GI-TOC, 2021). O UNDOC também aponta que a incidência de crimes como roubos, furtos, latrocínios, assaltos a mão armada, homicídios, extorsões e estupro é menor que as dos países vizinhos no geral (UNDOC, 2013, pg. 60).

Os relatórios também apresentam o número de casos abertos no determinado ano. Esse dado porém é trabalhado de forma incompleta nos relatórios, já que, para fins de uma compreensão mais holística da atividade policial, é necessário tanto o número de casos iniciados, quanto o número de casos que foram encerrados, concluídos e que continuam em aberto para o ano seguinte (Mazlov, 2016, p.10). Os relatórios da KP (2019, 2020, 2021, 2022, 2023) apresentam o agregado total de casos iniciados e o número de casos aberto de cada recorte individualmente, fornecendo o número de encerrados apenas em algumas frentes temáticas (i.e. no ano de 2021, 761 casos disciplinares dentro da corporação foram resolvidos). Essa ausência de dados torna a análise desse fator incompleta, não permitindo saber qual é a taxa de sucesso de resolução dos casos da KP.

Em seguida, o número de prisões e multas liberadas num determinado período é comumente utilizado como métrica para avaliar a atuação policial, pois reflete a capacidade da polícia em capturar suspeitos e manter a ordem pública. Esse indicador é fácil de quantificar e pode oferecer uma visão de curto prazo sobre a atividade e o empenho policial em coibir crimes e desordens. Contudo, o uso dessa métrica, tanto isoladamente quanto em conjunto com outras métricas deve ser usado com cuidado, já que especialistas apontam que o número de prisões pode ser um indicador superficial, pois se concentra na quantidade e não na qualidade do trabalho policial, negligenciando fatores como a resolução efetiva dos casos, a prevenção de crimes e o respeito aos direitos civis. Também é necessário levar em conta que a ênfase em metas quantitativas pode levar a práticas de “policiamento por quotas”, incentivando a prisão de suspeitos por delitos menores para inflar estatísticas, sem necessariamente reduzir a criminalidade de maneira significativa e sustentável (Mazlov, 2016, p.12). Esse olhar deve ser ainda mais incisivo ao se tratar de um ambiente como o Kosovo,

onde a complexidade da violência étnica e a fragilidade das relações entre comunidades distintas intensificam os desafios para a eficácia policial.

Tabela 2 - Número de presos no Kosovo entre 2019 e 2023

Ano	Número de Presos
------------	-------------------------

2019	13.782
------	--------

2020	13.661
------	--------

2021	15.248
------	--------

2022	16.124
------	--------

2023	15.072
------	--------

Fonte: Kosovo Police Annual Report (2019, 2020, 2021, 2022, 2023)

Como apresentado na Tabela 2, o número de pessoas presas pela KP vem crescendo nos últimos anos. O ano de 2023 apresentou um aumento principalmente graças aos protestos no Norte, onde as tensões entre a população sérvia local e o governo central do Kosovo se intensificaram. Esse cenário levou a um maior número de confrontos e à atuação reforçada das forças policiais, resultando em um crescimento nas detenções (Kosovo Police, 2023, pg.10).

Tanto os relatórios internos, quanto os trabalhos de supervisão realizados por EULEX e outras OIs, como UNODC, apontam que a KP se tornou uma instituição de extensa autonomia e capaz de proteger a integridade de sua população e contribuir para um ambiente mais seguro e honesto, ainda que haja ressalvas como a persistência de problemas como a corrupção e uma forte presença do crime organizado (UNODC, 2013). Mas para obter o panorama completo da realidade da segurança pública, é necessário ir além das estatísticas e quadros avaliativos institucionais, destarte, deve se olhar para as contribuições de ONGs e da população.

4.2.2. A Percepção de Segurança Local

Em seguida, é necessário avaliar a percepção de segurança das comunidades. Esse ponto já foi tocado anteriormente, porém é necessário analisar esse ponto de forma mais minuciosa. A percepção de segurança é composta pela confiança da população nas instituições que garantem a segurança pública, os principais problemas percebidos pela população e o quão alarmantes esses se encontram e o perfil da comunidade estudada (Mazlov, 2016). Esse último ponto é de suma importância, já que a parcela da população albanesa terá uma percepção diferente da segurança pública em comparação aos sérvios, romani, etc.

O Centro Kosovar para Estudos de Segurança (2022) realizou uma pesquisa sobre a percepção de segurança da população, elencando quais são as principais ameaças à segurança pública no Kosovo no cenário pós-pandêmico. De acordo com o estudo, os principais problemas apontados foram o crime organizado, a violência doméstica, a corrupção e a violência urbana/terrorismo, sendo essa última categoria associada a movimentos nacionalistas/fundamentalistas (CKES, 2022b). O tema da corrupção já foi tratado anteriormente para casos relacionados à polícia e como o aparelho institucional o enfrenta, porém a preocupação que o público possui com essa problemática vai além da KP. A corrupção na esfera judicial é especialmente problemática no Kosovo, pois compromete diretamente a imparcialidade das decisões e a confiança da população no sistema de justiça (Beka, Beka, 2024). Juízes e promotores, muitas vezes sob pressão de redes de influência e interesses políticos, podem mostrar parcialidade em suas decisões, criando um ambiente de impunidade para aqueles que possuem conexões ou recursos financeiros (Beka, Beka, 2024).

O crime organizado é uma preocupação compartilhada entre o público e a UE no Kosovo, já que as redes de criminosos transnacionais crescem sem parar no Balcãs (Krasniqi, 2016). No século XXI, os Balcãs emergiram como um importante hub para o crime organizado e narcotráfico, particularmente no tráfico de heroína, que flui da Ásia Central para a Europa, onde organizações criminosas da região se beneficiam da instabilidade política e da corrupção, facilitando o contrabando de drogas, armas e seres humanos (Krasniqi, 2016). Ademais, a interconexão entre grupos locais e redes internacionais tem intensificado a complexidade das atividades criminosas, desafiando os esforços das autoridades para a implementação de estratégias eficazes de combate ao crime (Krasniqi, 2016). O crime organizado no Kosovo trabalha predominantemente com tráfico de drogas e tráfico humano,

seguindo a “Roda dos Balcãs”⁷, aproveitando-se das fronteiras frágeis e dos sistemas judiciais sobrecarregados da região (Daci, 2024). No Kosovo, a fragilidade institucional e a corrupção facilitam a atuação de organizações criminosas, que se infiltram não apenas no comércio ilegal, mas também em setores econômicos e políticos, buscando legitimar suas atividades (Daci, 2024). O trabalho de combate ao crime organizado no Kosovo é ponto crucial da agenda da KP, com contínuas mobilizações conjuntas entre departamentos, unidades especiais, o Ministério da Justiça e a EULEX, atuando principalmente nas fronteiras com Sérvia e Albânia (Daci, 2024). O que o governo do Kosovo sempre traz para discussão como um ponto de fragilidade nesse combate, corroborado pela UE, é a necessidade de maior articulação entre os países que compõem a rota dos Balcãs para trabalhar em conjunto para uma atuação mais completa nessa luta (um dos motivos da insistência de entrada na Interpol) (Comissão Europeia, 2023, pg. 42; Daci, 2024).

No que tange a violência doméstica, esse é um problema que vem crescendo nos últimos 10 anos, e é uma frente em que o Estado e a polícia não aparentam possuir avanços significativos, mesmo com esforço institucional (Anistia Internacional, 2023). Em 2022, foi aprovado a “Estratégia Nacional de Proteção contra a Violência Doméstica e a Violência contra a Mulher”, voltado a fortalecer a resposta institucional contra tais crimes e adotar uma abordagem centrada na figura da vítima, em resposta aos protestos realizados no ano, clamando por uma mudança na situação que a cada ano se agrava (Anistia Internacional, 2023, pg. 5). A percepção, porém, é de que a nova estratégia é insuficiente, e uma de suas principais lacunas se encontra na resposta da polícia a casos de violência doméstica, onde a KP apenas age nos casos de violência física aparente ou quando a situação no domicílio resulta em um feminicídio (Anistia Internacional, 2023, pg. 33). Vítimas que foram atrás da KP também relatam que diversos policiais trataram suas condições com desrespeito e deboche, evidenciando uma cultura tóxica e um treinamento insuficiente e falho dos agentes de segurança pública ao tratar da questão (Anistia Internacional, 2023, pg.34).

⁷ A Balkan Route é uma rota de tráfico e migração que conecta o Oriente Médio e a Ásia à Europa através dos Balcãs (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Grécia, Kosovo, Montenegro, Macedônia do Norte, Turquia europeia, costa romena, r parte da Sérvia e da Croácia), usada principalmente para o contrabando de drogas, armas e pessoas. Originalmente associada ao tráfico de heroína do Afeganistão, a rota também se tornou uma passagem crítica para migrantes durante a crise migratória de 2015-2016 (Daci, 2024).

O Centro também traz a avaliação pública da polícia como mencionado no último subtópico, onde 28% da população considera a KP como altamente confiável (CKES, 2022a). A de se notar porém que, a taxa de confiabilidade na polícia deve ser observada com cautela, já que a maioria albanesa no país tende a ter uma relação distinta com a esfera de segurança pública que as minorias espalhadas pelo país (Sanchez, Verbovci, 2019, pg. 217) . A noção de que diferentes comunidades interpretam a segurança pública de formas distintas é explorada por Can (2019, p.93), que apresenta a ideia de que minorias, além de enfrentarem fragilidades advindas de desafios socioeconômicos como pobreza e criminalidade, também são frequentemente privadas do recurso à proteção policial. Para essas comunidades, os agentes de segurança pública representam não apenas uma barreira, mas são vistos como elementos fundamentais na perpetuação de opressões e constrangimentos históricos (Can, 2019, pg. 93). Seu estudo é fundamentado nas diferentes percepções de segurança das comunidades pretas, hispânicas e brancas dos Estados Unidos e como a relação com os agentes de segurança pública varia de acordo com o grupo estudado (Can, 2019, pg. 99). Essa perspectiva destaca como a desconfiança e a percepção de insegurança em relação à polícia afetam desproporcionalmente as minorias, alimentando um ciclo de exclusão e vulnerabilidade que mina os esforços de segurança pública ostensiva e compromete a confiança da população na capacidade protetiva do Estado (Can, 2019, pg. 99).

O trabalho de Sanchez e Verbovci (2019) trabalha com a temática de policiamento das diferentes minorias étnicas presentes no Kosovo, e como as mesmas se relacionam com a KP. Os autores mapeiam a confiabilidade na KPS do período pré-independência e da KP no período pós-2008, e relatam que as relações entre minorias e polícia era pior durante a liderança da ONU no processo de reforma de paz, notando que a KPS era muito mais reativa (Sanchez, Verbovci, 2019, pg. 225). A intervenção da EULEX trouxe um maior foco no modelo de policiamento comunitário, que teve mais sucesso nas áreas mais populosas e urbanizadas, onde a KP procurava maior contato com lideranças de grupos minoritários (Sanchez, Verbovci, 2019, pg. 227). Tal resultado não foi observado nos vilarejos e cidades onde há predominância de minorias étnicas e/ou instituições paralelas, principalmente no Norte, onde não só o modelo comunitário não foi realizado da forma planejada, como continuou apresentando uma polícia reativa e ostensiva (Sanchez, Verbovici, 2019, pg. 228).

A título de exemplo de como a percepção de segurança pública pode ser bastante destoante entre comunidades, é necessário um estudo que foque em alguma área predominada

por grupos minoritários. O caso do município de Gnjilane é um propício para análise, tendo sido objeto de estudo de Maloku (2015), onde o autor analisa o medo da criminalidade na região (sendo um bom exemplo também por sair das análises da região Norte, ilustrando um panorama mais amplo da segurança no Kosovo). O autor, com base em uma pesquisa de campo que incluiu entrevistas com 270 contribuintes sobre suas percepções de segurança na cidade e comparações dessas respostas com as estatísticas oficiais fornecidas pela KP, observa uma significativa disparidade entre a percepção pública e os dados registrados sobre criminalidade (Maloku, 2015, pg. 139). Enquanto os indicadores mostram níveis de segurança e criminalidade relativamente estáveis, os habitantes se sentem muito mais vulneráveis e inseguros. Esse sentimento de insegurança é agravado pela desconfiança nas instituições responsáveis pela proteção pública, que muitos consideram ineficazes e distantes das reais necessidades da população (Maloku, 2015, pg. 139). Além disso, a cidade enfrenta diversos problemas sociais e econômicos, como altos índices de desemprego, pobreza e uma infraestrutura precarizada, que acabam criando um ambiente propício ao aumento da criminalidade e intensificam a sensação de abandono e desamparo por parte do Estado (Maloku, 2015, pg. 139).

A percepção de segurança no Kosovo reflete tanto os problemas estruturais de um sistema policial que ainda luta para estabelecer confiança pública quanto às dificuldades socioeconômicas que agravam a vulnerabilidade das comunidades. Embora as estatísticas oficiais apontem para uma estabilidade relativa na criminalidade e efetividade da polícia no país, o sentimento de insegurança prevalece nas comunidades mais vulneráveis, indicando uma falha em traduzir dados quantitativos em uma sensação real de proteção entre esses cidadãos. Esse descompasso expõe uma lacuna na efetividade do policiamento comunitário, que deveria, em tese, aproximar a polícia das demandas da população, promovendo o diálogo e a confiança mútua. No entanto, a implementação desigual desse modelo em regiões onde predominam minorias étnicas e áreas mais remotas, limita seu potencial de transformação e reforça a sensação de abandono institucional.

4.2.3. A Violência Policial

Observar o fracasso da aplicação do modelo comunitário nessas áreas nos leva a avaliar a questão da violência e brutalidade policial perpetrada pelas forças policiais,

problema esse em que o policiamento comunitário era apontado como principal solução. Esse é um problema que permeia toda a reforma, de forma em que aparece quase como um elemento herdado pelas forças policiais dos regimes anteriores à guerra civil. Ao longo da linha do tempo exposta ao longo do trabalho, inúmeros casos severos de violência praticada contra a população foram denunciados pela população, organismos transnacionais e ONGs. Essa continuidade de práticas violentas não apenas compromete a credibilidade das instituições de segurança, mas também agrava as tensões sociais, particularmente em um contexto como o do Kosovo, onde a memória recente de conflitos étnicos ainda pesa nas relações entre diferentes comunidades. A brutalidade policial é frequentemente vista como uma extensão do controle autoritário, resultando em uma falta de confiança nas forças de segurança por parte da população, que se sente mais ameaçada do que protegida (Bezuidenhout, Kempenp, 2023, p.272). Essa dinâmica não apenas perpetua um ciclo de violência e desconfiança, mas também dificulta a implementação de reformas significativas, uma vez que a população pode se opor à colaboração com a polícia e a aceitação das iniciativas de segurança propostas (Bezuidenhout, Kempenp, 2023, p.272).

Para uma compreensão mais holística do fenômeno, se faz necessário definir as diferentes formas de manifestação do uso da força pela polícia. Coerção policial refere-se ao uso de força ou pressão por parte das autoridades policiais para compelir indivíduos a agir de determinada maneira, obedecer a ordens ou se submeter a investigações, abrangendo uma variedade de práticas que podem incluir, mas não se limitam ao uso da força física, detenções, ameaças, intimidação e outros métodos que visam garantir o cumprimento da lei ou a manutenção da ordem pública (Terril, 2016, p. 264). A brutalidade policial é a forma mais extrema de manifestação de coerção na atividade policial refere-se ao uso excessivo, desproporcional e desnecessário da força por parte dos policiais, que muitas vezes resulta em danos físicos ou psicológicos aos indivíduos, se configurando como uma violação dos direitos humanos incluindo agressões, uso de armas letais em situações não justificadas, tortura e abuso verbal (Bezuidenhout, Kempenp, 2023, p.272).

Considerando o cenário sensível que é a conjuntura sociopolítica do Kosovo, o governo, sob orientação da EULEX, cria um dispositivo institucional voltado só para o monitoramento do uso da força por parte dos agentes da KP, e avaliar se houve ação truculenta ou excessiva pelo julgado (Maliqi, 2023, p. 316). Em seu trabalho sobre o uso da força pela KP, Maliqi expõe que:

A Lei da Polícia de Kosovo autoriza o desenvolvimento e a manutenção de uma Comissão de Uso da Força dentro da Polícia de Kosovo, que é responsável pela revisão de todas as instâncias do uso da força pelos policiais dentro da Polícia de Kosovo. Essa legislação se baseia nos estatutos baseados no artigo 55 da Lei da Polícia, parágrafos 1.2 e 1.3, que foram aprovados pelo Diretor Geral, que é o oficial de polícia mais graduado do país (Maliqi, 2023, p. 316).

A revisão do uso da força na Polícia do Kosovo é conduzida por uma Comissão de Uso da Força, composta por três supervisores, com o processo iniciando com o relato do incidente ao supervisor direto, que realiza uma investigação preliminar, coletando informações como relatórios de uso da força, depoimentos e gravações de vídeo (Maliqi, 2023, p.317). Após a coleta, o supervisor envia o dossiê à Comissão, onde caso houver indícios de infrações disciplinares ou crimes, as autoridades competentes são notificadas. A legislação exige que todos os incidentes de uso da força sejam documentados e reportados centralmente, permitindo a identificação de padrões e necessidades de treinamento. A comissão considera casos que envolvam minorias ou mulheres como especiais, garantindo representação adequada. Quando um policial usa uma arma de fogo, isso deve ser reportado imediatamente, e todos os formulários necessários devem ser preenchidos para revisão (Maliqi, 2023, p.317).

Tendo em vista o exposto acima, o aparato institucional kosovar apresenta mecanismos e trâmites aparentemente robustos para evitar que violações ocorram de forma corriqueira, o que é impressionante para um governo tão recente quanto o do Kosovo. No entanto, essa estrutura idealizada muitas vezes se choca com a realidade operacional das forças policiais. Apesar das diretrizes e protocolos estabelecidos, a eficácia dessas medidas é questionável, especialmente quando se considera a persistência de práticas abusivas e a falta de responsabilização efetiva em casos de violência policial. As denúncias recorrentes de brutalidade e o descontentamento da população indicam que os mecanismos de supervisão não estão funcionando como deveriam, evidenciando lacunas significativas na aplicação das normas e na cultura institucional (Anistia Internacional, 2023). Além disso, a insuficiência de treinamento contínuo e a falta de sensibilidade cultural entre os policiais, especialmente em um contexto de diversidade étnica como o do Kosovo, contribuem para a perpetuação de um ciclo de desconfiança entre a população e as autoridades policiais (Anistia Internacional, 2023). Portanto, embora existam sistemas formais em vigor, é crucial que haja uma revisão crítica e uma implementação eficaz desses mecanismos, a fim de garantir não apenas a

conformidade com os procedimentos, mas também a proteção dos direitos humanos e a construção de uma polícia verdadeiramente a serviço da comunidade.

Como ilustrado no último capítulo, eventos como as manifestações de 2003 e a Crise das Eleições do último ano ilustram como a brutalidade policial continua sendo um fenômeno constante da segurança pública do Kosovo, afetando principalmente as minorias étnicas do país. Os casos envolvendo sérvios são mais difundidos pela mídia e por ONGs como Anistia Internacional e Human Rights Watch, mas com certeza não são restritos a estes. O pós-pandemia viu uma crescente nas denúncias de violência policial praticada contra protestos realizados por autoridades Roma, como a Opre Roma, que em 2023 convocou manifestações gerais contra o espancamento de uma jovem da etnia na região de Gracanica, fora de Pristina (Balkan Insight, 2023). Apesar de notificado ao PIK, a investigação do caso não resultou em culpados ou punições, revoltando ainda mais a população (Balkan Insight, 2023). No mesmo ano, outro jovem Roma foi espancado nos arredores da capital, mas mesmo com a atenção da mídia local por conta dos protestos, que contou com a presença de grupos Ashkali and Egípcios (que enfrentam o mesmo problema de serem alvos constantes de abordagens truculentas) o PIK não conseguiu resolver o caso (Anistia Internacional, 2023).

A questão da violência policial no Kosovo expõe lacunas profundas e contínuas, que não são resolvidas apenas com a criação de diretrizes e comissões de supervisão. Apesar das melhorias aparentes no arcabouço institucional, as práticas de uso excessivo da força, o distanciamento da população e as tensões étnicas refletem uma cultura policial ainda marcada por padrões herdados do passado. A manutenção de uma força policial profissional e alinhada com os direitos humanos depende de esforços que vão além das regulamentações formais, incluindo a implementação efetiva de treinamentos em direitos humanos, a responsabilização transparente de abusos e o fortalecimento das relações comunitárias. Neste sentido, a reforma da polícia kosovar precisa não só de revisões estruturais, mas também de um compromisso contínuo com mudanças culturais internas e com a construção de uma segurança pública verdadeiramente inclusiva e confiável para todos os cidadãos.

5. CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, procurou-se examinar de forma crítica o processo de reforma das forças policiais no Kosovo, um projeto marcado pela orientação e planejamento de entidades internacionais e pautado pelos princípios do modelo interseccional de Reforma do

Setor de Segurança (RSS). A partir da análise da atuação de organizações internacionais como a ONU, OSCE e EULEX, e da trajetória dessa reforma até os dias atuais, foi possível identificar tanto os avanços quanto às limitações desse processo, evidenciando o impacto profundo que a geopolítica e as dinâmicas locais tiveram sobre os resultados obtidos.

A principal hipótese deste trabalho—de que as reformas, embora tenham obtido sucesso em atender necessidades específicas para o controle do cenário pós-conflito, falharam em construir um modelo de segurança pública sustentável e inclusivo a longo prazo—foi confirmada em diversos aspectos. Embora tenha havido um avanço significativo na integração de minorias e na construção de uma força policial formalmente multiétnica, as medidas adotadas não foram suficientes para mitigar as divisões étnicas e sociais que ainda perpassam a sociedade kosovar. O constante uso da força contra as outras minorias étnicas, a evasão de policiais sérvios após a independência, as barreiras culturais e práticas de comportamento preconceituoso dentro da corporação e as tensões políticas entre Kosovo e Sérvia são exemplos claros das fragilidades desse processo. Ademais, a multi-eticidade da KP é voltada a um núcleo binomial que exclui outras etnias que compõem o quadro demográfico do país, perpetuando assim desigualdades e injustiças enfrentadas por tais grupos.

Indo para um panorama mais “técnico” e material, a reforma obteve sucesso em criar uma força-tarefa com um número considerável de membros ativos distribuídos em diversos departamentos e unidades especiais, possibilitando operações maiores e complexas, como a desarticulação de organizações criminosas transnacionais e combate a corrupção, tanto dentro da instituição quanto em outros âmbitos do governo. Tal afirmação, porém, é fragilizada quando se trata do norte do Kosovo, que ainda depende da atuação da KFOR para estabilização em cenários de crise entre as forças do governo e a população sérvia, ou no enfrentamento de crimes não estipulados inicialmente pelas OIs ao planejar o treinamento dos futuros policiais, como a violência doméstica e outros crimes contra a mulher.

O policiamento comunitário também apresenta lacunas significativas, especialmente em áreas onde predominam minorias étnicas e regiões mais remotas do Kosovo. Embora essa abordagem busque aproximar a polícia das comunidades e fomentar uma relação de confiança, sua aplicação tem sido desigual. Em muitas áreas, a polícia continua a adotar práticas mais reativas e ostensivas, o que reforça a desconfiança entre os moradores locais. A brutalidade policial, vista em diversas denúncias ao longo dos anos, tem exacerbado esse problema, reforçando uma imagem de autoritarismo e opressão. Essa postura não apenas

contraria os princípios do policiamento comunitário, mas também compromete os esforços de reforma que visam consolidar uma força policial mais integrada e respeitosa dos direitos humanos.

Os resultados também destacam a necessidade de uma reflexão crítica sobre as etapas iniciais da reforma. As bases para a intervenção internacional foram estabelecidas com a Resolução 1244 e os Acordos de Rambouillet, que, apesar de representarem uma tentativa de estabilização e paz na região, apresentaram propostas vagas que impactam o desenvolvimento das forças de segurança locais. A Resolução 1244 impôs um modelo de governança tutelada, que, ao buscar garantir um equilíbrio entre os interesses de Kosovo e Sérvia, acabou por limitar a capacidade do Kosovo de construir um sistema de segurança autônomo e eficaz. O vago compromisso com a autonomia local, gerou uma dependência de organismos externos, restringindo a flexibilidade do Kosovo em adaptar suas políticas de segurança à complexa realidade étnica e social do país. A opacidade da Resolução 1244 e sua restrição de direcionar ordens específicas para as OIs, no desejo de deixá-las “livres” para tomada de decisão e planejamento, acabou resultando em problemas de comunicação e articulação nas responsabilidades de cada OI e seu papel nas reformas.

Em síntese, embora as reformas no Kosovo tenham alcançado progressos notáveis, o caminho para um sistema de segurança justo e integrado ainda apresenta desafios. A necessidade de uma abordagem verdadeiramente inclusiva, que considere as especificidades das comunidades locais e fortaleça a confiança pública, é evidente. Para que a segurança no Kosovo avance de forma sustentável, é imprescindível que as iniciativas futuras abordem as divisões étnicas e sociais com políticas de inclusão genuína e que a polícia seja capacitada para agir de acordo com os direitos humanos e a realidade de cada comunidade. Assim, o Kosovo poderá aspirar a um modelo de segurança pública que não só responda a crises imediatas, mas que também construa uma base sólida para a paz e a estabilidade duradoura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIU , Fatmir; ANDRIC, Gordana. Kosovo and Serbia Both Claim Victory in Border Deal. **Balkan Insight**. Pristina, 6 dez. 2011. Disponível em: <https://balkaninsight.com/2011/12/06/tahiri-serbia-recognizes-kosovo-through-the-ibm-deal/>

ANDERSEN, Louise Riis. SECURITY SECTOR REFORM IN FRAGILE STATES. Danish Institute for International Studies. Copenhagen, 2006. Disponível em: <https://www.diis.dk/en/research/security-sector-reform-in-fragile-states>

ANDERSEN, Louise Riis; ENGEDAL, Peter Emil. Blue Helmets and Grey Zones: Do UN Multidimensional Peace Operations Work? Danish Institute for International Studies. Copenhagen, 2013. Disponível em: <https://ciaotest.cc.columbia.edu/wps/diis/0029907/index.html>

ANISTIA INTERNACIONAL. FROM PAPER TO PRACTICE KOSOVO MUST KEEP ITS COMMITMENTS TO DOMESTIC VIOLENCE SURVIVORS. Amnesty International. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/08/kosovo-authorities-are-failing-domestic-violence-victims/> .

ANISTIA INTERNACIONAL. Human rights in Kosovo. Amnesty International. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/location/europe-and-central-asia/western-central-and-south-eastern-europe/kosovo/report-kosovo/>.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Kosovo: Authorities are failing domestic violence victims**. Amnesty International. Disponível em:

<<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/08/kosovo-authorities-are-failing-domestic-violence-victims/>>.

ANISTIA INTERNACIONAL. Yugoslavia: Police violence in Kosovo Province - the victims - Amnesty International. Londres, 1994 Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/documents/eur70/016/1994/en/>>. Acesso em: 18 nov. 2024.

Balkan countries score poorly on the 2021 Global Organized Crime Index. <https://riskbulletins.globalinitiative.net/see-obs-010/01-balkan-countries-score-poorly-2021-global-organized-crime-index.html>

BECHEV, Dimitar. Analysis: Are Kosovo and Serbia on the brink of war? **Al Jazeera**. 2023. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/features/2023/10/3/are-kosovo-and-serbia-on-the-brink-of-war>>.

BECHEV, Dimitar. Analysis: Are Kosovo and Serbia on the brink of war? www.aljazeera.com. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/features/2023/10/3/are-kosovo-and-serbia-on-the-brink-of-war>>.

BEKA, Agron; BEKA, LL.M. Agon. Preventing and Combating Corruption in Kosovo. *International Journal of Religion*. 5, n. 11, p. 847–85, 2024.

BELLAMY, A. J.; WILLIAMS, P. D.; GRIFFIN, S. Understanding peacekeeping. Cambridge, Uk ; Malden, Ma: Polity, 2010. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=IU16LW216ocC&oi=fnd&pg=PR5&dq=BELLAMY,+A.+J.%3B+WILLIAMS,+P.+D.%3B+GRIFFIN,+S.+Understanding+peacekeeping.&ots=HYoQZnKBq6&sig=NYtAOUFgbmNAWTgt6KQD6otd2EM#v=onepage&q=BELLAMY%2C%20A.%20J.%3B%20WILLIAMS%2C%20P.%20D.%3B%20GRIFFIN%2C%20S.%20Understanding%20peacekeeping.&f=false>

BENNET, Richard; *et al.* BUILDING THE POLICE SERVICE IN A SECURITY VACUUM. INTERNATIONAL EFFORTS IN KOSOVO, 1999 - 2011. **Innovations for Successful Studies** - Princeton University, 2012. Disponível em: <https://successfultsocieties.princeton.edu/publications/building-police-service-security-vacuum-international-efforts-kosovo-1999-2011>

BEZUIDENHOUT, Christiaan; KEMPEN, Annalise. When the Protectors Become the Aggressors: Police Brutality in South Africa. In: Albrecht James F. ; Heyer Garth den. Police Use of Force Global Perspectives and Policy Implications. Springer Nature, Cham, 2023. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-031-22705-9> .

BRZOSKA, Michael. Development Donors and the Concept of Security Sector Reform. **DCAF Occasional Paper No. 4**. Genebra, 2003. Disponível em: https://www.dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/op04_development-donors_0.pdf

CAN, S. Hakan. Introduction: Ethnicity and Other Demographics Associated with Perceived Police Fairness. In: ALBRECHT, James F.; HEYER, Garth den; STANISLAS, Perry. Policing and Minority Communities: Contemporary Issues and Global Perspectives. Springer Nature, Cham, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-19182-5>

CENTRO KOSOVAR PARA ESTUDOS DE SEGURANÇA. PUBLIC PERCEPTION ON TRUST, CORRUPTION, AND INTEGRITY OF PUBLIC INSTITUTIONS IN KOSOVO. Western Balkans Barometer for Security Pristina, 2022. Disponível em: https://qkss.org/images/uploads/files/WBSB_2022_Kosovo_Report_1_Dec_2022_ENG.pdf

CENTRO KOSOVAR PARA ESTUDOS DE SEGURANÇA.. Citizens' Perceptions on Public Safety and Threats to National Security in Kosovo. Western Balkans Security Barometer. Pristina, 2023. Disponível em: <https://qkss.org/en/publikimet/perceptimet-e-qtetareve-per-sigurine-publike-dhe-kercenime-t-ndaj-sigurise-kombetare-ne-kosove>>. Acesso em: 8 nov. 2024.

CHANAA, Jane. Security Sector Reform: Issues, Challenges, and Prospects. Oxford: Oxford University Press, 2002. Disponível em: <https://dokumen.pub/security-sector-reform-issues-challenges-and-prospects-9780198516743-0198516746.html>

COLLINS, Andrew. Disaggregating Local Ownership of Peacebuilding: Insights from Police Reform in Northern Ireland and Kosovo. 2022. Dissertação (Phd em Relações Internacionais) - King 's College, Londres, 2022. Disponível em: https://kclpure.kcl.ac.uk/portal/files/268616168/2022_Collins_Andrew_1450157_thesis.pdf

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Draft Concept of Operations (CONOPS) for the European Union Rule of Law Mission in Kosovo. Bruxelas, 2008. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/28756/2008-09-03-kosovo-concept-of-operations.pdf>. Acesso em: 29 set. 2024.

DACI, Greta. Organized Crime in Kosovo: A Comprehensive Analysis of Narcotics and Human Trafficking (2019-2023). **European Scientific Journal**, v. 34, p. 366–366, 2019. Disponível em: <<https://eujournal.org/index.php/esj/article/view/18669>>. Acesso em: 8 nov. 2024.

DALTVEIT, Egil. THE MARCH 2004 RIOTS IN KOSOVO: A FAILURE OF THE INTERNATIONAL COMMUNITY. Dissertação (Mestrado em Arte e Ciência Militar). Fort Leavenworth, p. 190. Kansas 2007. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/citations/ADA594379>

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA DOS ESTADOS UNIDOS. Navigating Your Agencies Path To Intelligence-Led Policing. 2009. Disponível em: https://bja.ojp.gov/sites/g/files/xyckuh186/files/media/document/navigating_your_agency_s_path_to_intelligence-led_policing.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

DOBBINS, James et al. America's Role in Nation-Building: From Germany to Iraq. RAND Corporation, 2003. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/monograph_reports/MR1753.html

DONAIS, Timothy. Understanding Local Ownership in Security Sector Reform. In: DONAIS, Timothy. Local Ownership and Security Sector Reform. **LIT Verlag**, Münster, 2008. Disponível em: <https://www.dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/LocalOwnershipandSSR1.pdf>

DURSUN-OZKANCA, Oya ; CROSSLEY-FROLICK, Katy. Security Sector Reform and Transitional Justice in Kosovo: Comparing the Kosovo Security Force and Police Reform Processes. **Journal of Balkan and Near Eastern Studies**, v. 6, n. 2, p. 121-143, 2012. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17502977.2012.655595>>

DURSUN-OZKANCA, Oya ; CROSSLEY-FROLICK, Katy. Security sector reform in Kosovo: the complex division of labor between the EU and other multilateral institutions in

building Kosovo's police force. **European Security**, v. 21, n. 2, p. 236–256, 2012. Disponível em: <<http://aei.pitt.edu/52664/1/DURSUN-OZKANCA.pdf>>.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DROGAS E CRIMES. BUSINESS, CORRUPTION AND CRIME IN KOSOVO: The impact of bribery and other crime on private enterprise. SAAS, Viena, 2013. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/corruption/Kosovo_Business_corruption_report_EN.pdf

EULEX. COMPACT PROGRESS REPORT. Pristina, 2019. Disponível em: <https://www.eulex-kosovo.eu/?page=2,53>

EULEX. COMPACT PROGRESS REPORT. Pristina: EULEX Kosovo, 2017. Disponível em: <https://www.eulex-kosovo.eu/?page=2,53>

EULEX. EU Rule of Law Mission in Kosovo -EULEX Justice Monitoring Report. Pristina, 2021. Disponível em: <https://www.eulex-kosovo.eu/eul/repository/docs/Raporti_Anglisht.pdf>.

EULEX. Factsheet. Pristina: EULEX Kosovo, 2024. Disponível em: <https://www.eulex-kosovo.eu/?page=2,64n>

EULEX. Kosovo Programme Report. Pristina, 2009. Disponível em: <https://www.eulex-kosovo.eu/?page=2,78>

EUROPEAN UNION RULE OF LAW MISSION IN KOSOVO. COMPACT PROGRESS REPORT: ASSESSING PROGRESS BETWEEN JUNE 2016 -JUNE 2017. Pristina, 2017. Disponível em: <<https://www.eulex-kosovo.eu/eul/repository/docs/CPR-2017.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2024.

EUROPEAN UNION RULE OF LAW MISSION IN KOSOVO. EULEX Programme Report 2012: Rule of Law Beyond the Headlines. Pristina, 2012. Disponível em: <<https://www.eulex-kosovo.eu/eul/repository/docs/CPR-2017.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2024.

EUROPEAN WESTERN BALKANS. NATO Washington Summit Declaration: Western Balkans of strategic importance, Russia the most significant threat. **EUROPEAN WESTERN BALKANS**. Belgrado, 11 jul. 2024. Disponível em:

<https://europeanwesternbalkans.com/2024/07/11/nato-washington-summit-declaration-western-balkans-of-strategic-importance-russia-the-most-significant-threat/>

Fillimi - EULEX - European Union Rule of Law Mission in Kosovo. www.eulex-kosovo.eu.
Disponível em: <<https://www.eulex-kosovo.eu/?page=2>>.

FORÇAS DO KOSOVO. Kosovo Force Yearbook 2023. OTAN. 2023. Disponível em:
<https://jfcnaples.nato.int/kfor/media-center/archive/year-book>

GLOBAL INITIATIVE AGAINST ORGANIZED CRIME. Arrests of police officers in Kosovo reveal a culture of bribe taking among border police and a strong internal investigation system in the police inspectorate. Genebra, out. 2022. Disponível em:
<https://riskbulletins.globalinitiative.net/see-obs-013/03-arrests-of-police-officers-in-kosovo.html>

GLOBAL INITIATIVE AGAINST TRANSNATIONAL ORGANIZED CRIME. Security threat: How criminals exploit Kosovo's political challenges. 2023 Disponível em:
<https://riskbulletins.globalinitiative.net/see-obs-017/01-how-criminals-exploit-kosovos-political-challenges.html>. Acesso em: 29 set. 2024.

HALDÉN, Peter; EGNELL, Robert. Laudable, ahistorical and overambitious: security sector reform meets state formation theory. **Conflict, Security & Development**, v. 9, n. 1, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14678800802704903>

HAXHIAJ, Serbeze. Worst Day of My Life: Kosovo Serbs Still Scarred by 2004 Unrest. **Balkan Insight**, 15 mar. 2024. Disponível em:
<https://balkaninsight.com/2024/03/15/worst-day-of-my-life-kosovo-serbs-still-scarred-by-2004-unrest/> Acesso em: 29 set. 2024.

HAZIRI, Fatos. Perspectives and Challenges of Kosovo Police - Quo Vadis?! Social Science Research Network, 2018. Disponível em:
<https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3175177> .

HENDRICKSON, Dylan; KARKOSZKA A. 2002, 'The challenges of security sector reform. In: SIPRI Yearbook 2002: Armaments, Disarmament and International Security. Oxford University Press. Oxford, 2001 Disponível em:
<https://www.sipri.org/sites/default/files/04..pdf>

HERRING, Eric. From Rambouillet to the Kosovo accords: NATO'S war against Serbia and its aftermath. **The International Journal of Human Rights**. v.4, n. 3, pg. 225-245, 2007.

Disponível em:

HOMAN, Jessica. Flaws and Strengths of International Mediation: United Nations Peacekeeping in the Republic of Kosovo. **MUNDI**, v. 3, pg. 57-73, 2024. Disponível em: <https://tuljournals.temple.edu/index.php/mundi/article/view/745> . Acesso em 4 set. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. Failure to Protect: Anti-Minority Violence in Kosovo. Nova Iorque, mar. 2004. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2004/03/01/failure-protect/anti-minority-violence-kosovo>. Acesso em: 29 set. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. Under orders: war crimes in Kosovo. **HRW**, 2001. Disponível em: <https://www.hrw.org/reports/2001/kosovo/>

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Behind the renewed troubles in northern Kosovo. 7 jun. 2023. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/behind-renewed-troubles-europe-balkans-northern-kosovo>. Acesso em: 29 set. 2024.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Northern Kosovo: Asserting Sovereignty amid Divided Loyalties. Pristina, 2 abr. 2024. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/europe-central-asia/balkans/kosovo/269-northern-kosovo-asserting-sovereignty-amid-divided-loyalties>

INTERNATIONAL EFFORTS IN KOSOVO, 1999 - 2011. Innovations for Successful Studies, 2012. Disponível em: <https://successfulsocieties.princeton.edu/publications/building-police-service-security-vacuum-international-efforts-kosovo-1999-2011>>.

ISUFI, Perparim. Roma Protesters Allege Police Brutality in Kosovo Town. **Balkan Insight**. Pristina, 29 ago. 2023. Disponível em: <https://balkaninsight.com/2023/08/29/roma-protesters-allege-police-brutality-in-kosovo-town/>

JACKSON, Paul. Introduction: Second-Generation Security Sector Reform. **Journal of Intervention and Statebuilding**, v. 12, n. 1. Maio, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17502977.2018.1426384>

JUDAH, T. Kosovo : war and revenge. New Haven Conn. ; London: Yale Nota Bene, 2002.

KAMBEROVIĆ, Husnija. The Discourse about Kosovo in Bosnia-Herzegovina, 1981–1989. **Comparative Southeast Studies**. v. 69. n.2-3. Berlim, 2020. Disponível em: https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/soeu-2021-0020/pdf?srsltid=AfmBOopG4XCmfRAOJsgyUtE84o61reLvHKKzSMTYTtAqkx8_cfb1isBx

KOSOVAR CENTER FOR SECURITY STUDIES. Citizen perceptions of integrity of public institutions in Kosovo. Pristina, 2022. Disponível em: https://qkss.org/images/uploads/files/Barometer_2021_Kosovo_1_ENG_%281%29_%281%29.pdf

KOSOVO POLICE. Kosovo Police Annual Work Report - 2019. Pristina, 2020. Disponível em: <https://www.kosovopolice.com/wp-content/uploads/2024/03/RAPORTI-I-PUNES-PER-VITIN-2023-ANGLISHT-1.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2024.

KOSOVO POLICE. Kosovo Police Annual Work Report - 2020. Pristina, 2021. Disponível em: <https://www.kosovopolice.com/wp-content/uploads/2024/03/RAPORTI-I-PUNES-PER-VITIN-2023-ANGLISHT-1.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2024.

KOSOVO POLICE. Kosovo Police Annual Work Report - 2021. Pristina, 2022. Disponível em: <https://www.kosovopolice.com/wp-content/uploads/2024/03/RAPORTI-I-PUNES-PER-VITIN-2023-ANGLISHT-1.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2024.

KOSOVO POLICE. Kosovo Police Annual Work Report - 2022. Pristina, 2023. Disponível em: <https://www.kosovopolice.com/wp-content/uploads/2024/03/RAPORTI-I-PUNES-PER-VITIN-2023-ANGLISHT-1.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2024.

KOSOVO POLICE. Kosovo Police Annual Work Report - 2023. Pristina, 2024. Disponível em:

<<https://www.kosovopolice.com/wp-content/uploads/2024/03/RAPORTI-I-PUNES-PER-VITIN-2023-ANGLISHT-1.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2024.

KOVACEVIC, Tamara. Kosovo: Why is violence flaring between ethnic Serbs and Albanians? **BBC**. 2 out. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/62382069>

KRASNIQI, Kole. Organized Crime In The Balkans. European Scientific Journal, ESJ, v. 12, n. 19, p. 204, 2016. Disponível em: <https://eujournal.org/index.php/esj/article/view/7727/7448>

MALIQI, Reshak. The Use of Force by Police Officers in the Republic of Kosovo. In: Albrecht James F. ; Heyer Garth den. Police Use of Force Global Perspectives and Policy Implications. Springer Nature, Cham, 2023. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-031-22705-9> .

MALOKU, Ahmet. Fear of Violence and Criminality in the Region of Gjilan, Kosovo. 5th International Conference on Social Sciences, v. 1, pg 130-140. Pristina, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/276466427_Fear_of_Violence_and_Criminality_in_the_Region_of_Gjilan_Kosovo>

MALOKU, Elda; MALIGI, Reshat. Treatment of corruption and strengthening integrity in Kosovo Police. Technium Social Sciences Journal. v. 19, p. 286-296. Maio, 2021. Disponível em: <https://techniumscience.com/index.php/socialsciences/article/view/3108>

MASLOV, Anton. Measuring the Performance of the Police: The Perspective of the Public. Quebec: Sécurité Publique Canada, 2015. Disponível em: <<https://www.publicsafety.gc.ca/cnt/rsrscs/pblctns/2015-r034/2015-r034-en.pdf>>.

MISSÃO INTERINA DAS NAÇÕES UNIDAS NO KOSOVO. COMMUNITY TRUST BUILDING PROJECTS 2024 - 2025. UNMIK. Disponível em: <<https://unmik.unmissions.org/community-trust-building-projects-2024-2025>>. Acesso em: 29 set. 2024.

MUJANOVIĆ, Jasmin. The flare-up of violence in Kosovo shows the folly of the west's appeasement of Serbia. The Guardian, 2023. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/commentisfree/2023/sep/29/the-flare-up-of-violence-in-kosovo-shows-the-folly-of-the-wests-appeasement-of-serbia>>.

MURPHY, Sean D. Reflections on the ICJ Advisory Opinion on Kosovo: Interpreting Security Council Resolution 1244 (1999). SSRN Electronic Journal, 2013. Disponível em: https://scholarship.law.gwu.edu/faculty_publications/1024/

NAÇÕES UNIDAS. Report of the Secretary-General on the United Nations Interim Administration Mission in Kosovo. Nova Iorque, 2000. Disponível em: <https://unmik.unmissions.org/sg-reports?page=7>

NAÇÕES UNIDAS. Report of the Secretary-General on the United Nations Interim Administration Mission in Kosovo. Nova Iorque, 2001. Disponível em: https://reliefweb.int/report/serbia/report-secretary-general-united-nations-interim-administration-mission-kosovo-2?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwurS3BhCGARIsADdUH52XAONqxaLShza6z5iTFAOj7sk-jvZoLy8T90hGy01dfr-YjKuoA2IaArFyEALw_wcB Acesso em: 29 set. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Report of the Secretary-General on the United Nations Interim Administration Mission in Kosovo. Nova Iorque, 2004. Disponível em: <https://unmik.unmissions.org/sg-reports?page=7>

NAÇÕES UNIDAS. Report of the Secretary-General on the United Nations Interim Administration Mission in Kosovo. Nova Iorque, 2005. Disponível em: <https://unmik.unmissions.org/sg-reports?page=7>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Resolução 1244 (1999). Conselho de Segurança, 10 de junho de 1999. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/1244\(1999\)](https://undocs.org/S/RES/1244(1999)). Acesso em: 29 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). Acordo de Rambouillet: Proposta de Acordo Interino para Paz e Autogoverno no Kosovo. Rambouillet, França, 23 de fevereiro de 1999. Disponível em: <https://1997-2001.state.gov/www/regions/eur/ksvo_ambouillet_text.html>

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). Secretary General Annual Report 2023. 2023 Disponível em:

https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2024/3/pdf/sgar23-en.pdf#page=154.

Acesso em 15 set. 2024

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Handbook on Security System Reform: Supporting Security and Justice. Paris: OCDE, 2012.

Disponível em:

https://www.oecd-ilibrary.org/development/the-oecd-dac-handbook-on-security-system-reform_9789264027862-en

ORGANIZAÇÃO PARA SEGURANÇA E COOPERAÇÃO NA EUROPA. Annual Report 2021. Pristina, 2021. Disponível em:

ORGANIZAÇÃO PARA SEGURANÇA E COOPERAÇÃO NA EUROPA. “MEASURING THE TRUST”: SECURITY AND PUBLIC SAFETY PERCEPTIONS IN KOSOVO.

Pristina, 2008 Disponível em: <https://www.osce.org/files/f/documents/a/c/32629.pdf>

PARRA DOMÍNGUEZ, Javier; GARCÍA SÁNCHEZ, Isabel María ; RODRÍGUEZ DOMÍNGUEZ, Luis. Relationship between police efficiency and crime rate: a worldwide approach. **European Journal of Law and Economics**, v. 39, n. 1, p. 203–223, 2013.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/257557949_Relationship_between_police_efficiency_and_crime_rate_a_worldwide_approach

PEAKE, Gordon; MARENIN, Otwin. Their Reports Are Not Read and Their Recommendations Are Resisted: The Challenge for the Global Police Policy Community.

Police Practice and Research, vol. 9, no. 1, 2008, pp. 59-69. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15614260801969938>

PERSAUD, Paul. The Perils of Global Governance: Why has the European Union Failed to Address Corruption in Kosovo? *Istanbul Policy Review*. v.2, n.1, pg. 35-40. 2024.

Disponível em: <<https://doi.org/10.33182/ipr.v2i1.3352>>

PICHLER, Robert; GRANDITS, Hannes; FOTIADIS, Ruža. Kosovo in the 1980s – Yugoslav Perspectives and Interpretations. **Comparative Southeast Studies**. v. 69. n.2-3. Berlim, 2020.

Disponível em:

<https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/soeu-2021-0059/html?srsltid=AfmBOoqBxDEbRk2MEWLojqGaOfU6mybL3WhuDDNT4-kC3pcXCmVWwrRl>

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Kosovo Internal Security Sector Review. Pristina, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/526009/Kosovo_Internal_Security_Sector_Review. Acesso em: 3 set. 2024.

SANCHEZ Michael R., VERBOVCI, Fahredin. The Challenges of Policing Ethnic Minority Communities in Post-Conflict Kosovo. In: ALBRECHT, James F; GARTH, Den Heyer ; STANISLAS, Perry. Policing and minority communities : contemporary issues and global perspectives. Cham: Springer, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-19182-5>

SANCHEZ, Michael R.; VERBOVCI, Fahredin. The Challenges of Policing Ethnic Minority. In: Albrecht, James F.; Heyer, Garth den; Stanislas Perry. Policing and Minority Communities: Contemporary Issues and Global Perspectives. Springer Nature, Cham, 2019. Disponível em: <<https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-19182-5>>

SCHNABEL, Albrecht; EHRHART, Hans-Georg. Security sector reform and post-conflict peacebuilding. United Nations University Press. Nova York. 2005. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/565830?v=pdf>

SCHROEDER, Ursula C.; CHAPPUIS, Fairlie. New Perspectives on Security Sector Reform: The Role of Local Agency and Domestic Politics. **International Peacekeeping**, vol. 21, no. 2, 2014, pp. 133-148. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13533312.2014.910401>

SCHWABACH, Aaron. Yugoslavia v. NATO, Security Council Resolution 1244, and the Law of Humanitarian Intervention. Syracuse Journal of International Law and Commerce, v. 27, n. 1, p. 77. San Diego, 2000. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=412181

SEDRA, Mark. Security Sector Reform 101: Understanding the Concept, Charting Trends and Identifying Challenges. Centro para Governança Internacional e Inovação. Waterloo, 2010. Disponível em: https://www.cigionline.org/sites/default/files/ssr_101_final_april_27.pdf

SEDRA, Mark. Security Sector Reform: Applying the principles of good governance to the security sector. **DCAF**. Genebra, 2019. Disponível em: https://www.dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/DCAF_BG_02_SecuritySectorReform_Nov2022.pdf

SHALA, Arben. TRANSLATION FOR INTERNATIONAL POLICE IN KOSOVO MISSIONS (1999-2018): CHALLENGES AND EXPECTATIONS. Dissertação (Doutorado em Filologia). Univerzita Karlova. Praga, p. 257, 2022. Disponível em: <https://dspace.cuni.cz/handle/20.500.11956/180282>

SHISHANI, Fitim. POLICE SUPERVISION — THE CASE OF KOSOVO. Access to Justice in Eastern Europe.v. 4, n. 21, 2023. Disponível em: <<https://ajee-journal.com/police-supervision-the-case-of-kosovo>>

SHISHANI, Fitim. SOME FEATURES OF POLICE CORRUPTION IN THE STATES IN TRANSITION: THE CASE OF KOSOVO. In: Murati, et al. Book of Proceedings: International Conference on Social and Healthcare Studies. Universum Press, 2023. Disponível em: <https://universum-ks.org/wp-content/uploads/2023/07/Books-of-Proceedings-Print-Copy-Final.pdf>

SMITH, Alexandra. Revising EULEX and Conditionality in Kosovo: Challenges, Purpose, and Practice. **European Policy Review**, v. 4, n. 1, p. 66 - 84, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/352820506_Revising_EULEX_and_Conditionality_in_Kosovo_Challenges_Purpose_and_Practice

SÖRENSEN, Jens Stilhoff. Reconstituting crisis: Revisiting the Dayton and Rambouillet Agreements and their impact in Kosovo. In: KOSTIC, Roland; ERIKSSON, Mikael. Mediation and Liberal Peacebuilding Peace from the Ashes of War? Londres, Routledge, 2013. p. 40-52. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320243811_Mediation_and_Liberal_Peacebuilding_Peace_from_the_Ashes_of_War

SÖRENSEN, Jens Stilhoff . State Collapse and Reconstruction in the Periphery Political Economy, Ethnicity and Development in Yugoslavia, Serbia and Kosovo. Nova York; Oxford Berghahn Books, 2009.

SZPALA, Marta. Relations between Serbia and Kosovo may become normalised. **OSW**. Varsóvia, 18 mai. 2011. Disponível em: <https://www.osw.waw.pl/en/publikacje/analyses/2011-05-18/relations-between-serbia-and-kosovo-may-become-normalised>

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Corruption in Kosovo: BRIBERY AS EXPERIENCED BY THE POPULATION. Vienna, 2011. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/corruption/CORRUPTION_KOSOVO_Population.pdf

VICKERS, M. Between Serb and Albanian : a history of Kosovo. New York: Columbia Univ. Pr., Cop, 1998.

WEISBURD, David L., BRAGA, Anthony A.. "Introduction: Understanding Police Innovation. **Exchanges The Interdisciplinary Research Journal**. v.4, n.1. Outubro, 2006.

WELLER, Marc. The Rambouillet conference on Kosovo. **International Affairs**, v. 75, n.2, p. 211-251, 1999. Disponível em: <https://library.fes.de/libalt/journals/swetsfulltext/5385086.pdf>

WILLIS, James, J. A Recent History of the Police. In: REISIG, Michael D.; KANE, Robert J. The Oxford Handbook of Police and Policing. Oxford University Press. Nova York, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/278665712_The_Oxford_Handbook_of_Police_and_Policing

WINGENS, Michael. Security Sector Reform - Limitations and Prospects of the Scholarly Debate. **Exchanges : the Warwick Research Journal**, v. 4, n. 1, 2016. Disponível em: <https://exchanges.warwick.ac.uk/index.php/exchanges/article/view/150/173>

YANNIS, Alexandros. The international presence in Kosovo and regional security: The deep winter of UN security council resolution 1244. **Southeast European and Black Sea Studies**, v. 2, pg. 173-191, 2002. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14683850208454679>

ZUPANČIČ, Rok; *et al.* The European Union Rule of Law Mission in Kosovo: An Effective Conflict Prevention and Peace-Building Mission? **Journal of Balkan and Near Eastern**

Studies, v. 20, n. 6, 2017. Disponível em:
<<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19448953.2017.1407539#abstract>> .